



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A REDE DE PRODUÇÃO DE SOJA CERTIFICADA RTRS DE MATO
GROSSO E GOIÁS**

Werlen Gonçalves Raasch

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: fev./2020



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A REDE DE PRODUÇÃO DE SOJA CERTIFICADA RTRS DE MATO
GROSSO E GOIÁS**

Werlen Gonçalves Raasch

Orientador: Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: fev./2020



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A REDE DE PRODUÇÃO DE SOJA CERTIFICADA RTRS DE MATO
GROSSO E GOIÁS**

Werlen Gonçalves Raasch

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial.

Aprovado por:

Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra, (POSGEA/UnB)
Orientador

Prof. Dr. Armando Fornazier, (FAV/UnB)
Examinador Interno

Prof. Dr. Samuel Frederico, (UNESP/Rio Claro)
Examinador Externo

Prof.^a Dr.^a Shadia Husseini de Araújo, (POSGEA/UnB)
Suplente

Brasília-DF: 20 de fevereiro de 2020



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G111r GONCALVES RAASCH, WERLEN
A REDE DE PRODUÇÃO DE SOJA CERTIFICADA RTRS DE MATO
GROSSO E GOIÁS / WERLEN GONCALVES RAASCH; orientador
JUSCELINO EUDÂMIDAS BEZERRA. -- Brasília, 2020.
156 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Geografia) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL. 2. SOJA CERTIFICADA RTRS. 3.
CERRADO BRASILEIRO. I. EUDÂMIDAS BEZERRA, JUSCELINO ,
orient. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Werlen Gonçalves Raasch

AGRADECIMENTOS

O meu desejo de fazer um mestrado acadêmico aflorou antes de ingressar na Geografia. A vontade surgiu quando ainda me dedicava as ciências exatas, nos anos de 2012/2013. Eram tantos "processeirxs" da química no ambiente do câmpus da UTFPR de Apucarana com planos de fazer um mestrado, que não foi tão difícil para mim encontrar inspiração na galera do Erlenmayer. Portanto, quando ingressei na Geografia em 2014, já estava nos meus planos pessoais buscar a obtenção do título de Mestre em Geografia...

Como nem tudo são flores, as pessoas que nos incentivam e apoiam se tornam especiais nos desafios da vida, assim, agradeço muito aos amigos que dizem “então vai”. Agradeço aos queridos da graduação em Geografia da UFMT, câmpus Rondonópolis, que incentivaram a minha vinda para a capital federal. Em especial da minha turma, a 29º T, as amigas do "Quarteto" Ângela, Wérica e Lívia... Não esqueceria jamais os amigos Edmilson e Luzirene, companheiros da militância no Movimento Estudantil à frente do CAGEO e DCE.

Na UFMT, tenho um carinho especial e agradeço pela amizade e contribuição da Professora Antônia Marília, que me orientou enquanto bolsista do PIBIC e no TCC, e sempre foi uma incentivadora da formação continuada na academia. E a minha amiga Adivane, que embarcou comigo nesse desafio de mudar para Brasília pela pós-graduação. Fica um agradecimento especial para você Adi e a querida Dandara pela contribuição na construção do material cartográfico e instrução no Excel.

Faço um agradecimento mais que especial a minha amiga Rosana, gratidão pela nossa conexão há tempos. A minha MÃE pelo apoio incondicional e amor materno. Aos familiares e amigos não mencionados que emanam boas energias, muito obrigado pelo carinho... Vou fugir, talvez, do tradicional e agradecer ao artista Milton Nascimento, que desde o TCC contribui indiretamente no meu processo de escrita. As suas canções, arranjos musicais e voz única acalenta, acalma a alma!

Agora, os agradecimentos aos amigos do planalto central. Agradeço aos queridxs do “GeoVale”, André, Cintia, Larissa, Márcia, Nathalia, Orimar e Vitor pelos momentos no RU, do cafezinho, de buscar água, nos bares, nos eventos acadêmicos e de diversão. Foram muito importantes nestes dois anos! Do Posgea fica o agradecimento aos professores e colegas que eu tive contato nas disciplinas cursadas, ajudaram a somar. Mas em especial ao meu orientador, o Professor Juscelino Bezerra, pelas orientações e pelo desafio proposto de desenvolver esta pesquisa, que para mim foi tudo novo. Aprendi muito!

Agradeço ao coordenador do programa pela liberação de apoio financeiro para executar os trabalhos de campo e participar de eventos acadêmicos. Nesse sentido, também agradeço à FAP-DF pelo aporte financeiro recebido que garantiu a minha ida em eventos internacionais na França e Argentina. E a CAPES pela bolsa de fomento à pesquisa fornecida.

Com sentimento de gratidão, enfatizo a importância das ações afirmativas na Universidade Pública. Mesmo sendo bolsista no mestrado, a dedicação exclusiva só foi possível em Brasília graças às políticas de assistência estudantil internas da UnB, que garantiu para mim e outros estudantes, em vulnerabilidade socioeconômica da graduação e pós-graduação, realizar as refeições no RU sem custo algum.

E por fim, não menos importante, aos que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço aos entrevistados que forneceram dados, informações, novos contatos e até carona. Vocês foram importantes para a pesquisa prosseguir e atingir este patamar.

“CAIS

*Para quem quer se soltar
Invento o cais
Invento mais que a solidão me dá

Invento lua nova a clarear
Invento o amor
E sei a dor de me lançar

Eu queria ser feliz
Invento o mar
Invento em mim o sonhador (...)*”

Milton Nascimento/Ronaldo Bastos

APOIO FINANCEIRO

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central compreender as multidimensionalidades da certificação RTRS nos espaços produtivos dos Estados de Mato Grosso e Goiás no contexto de difusão do agronegócio globalizado. E foram definidos foram definidos três objetivos específicos: a) Verificar a difusão da soja e o processo de comoditização nas áreas de Cerrado; b) identificar o quantitativo de estabelecimentos rurais e a produção da soja certificada RTRS nos Estados de Mato Grosso e Goiás; c) analisar os interesses dos atores envolvidos no processo de certificação RTRS das redes de produção da soja de Mato Grosso e Goiás. Para desenvolvimento desta pesquisa, foi realizado pesquisa documental, trabalhos de campo e entrevistas. Em relação a produção de soja certificada RTRS no Brasil, no ano de 2018 foram 226 propriedades certificadas em 77 municípios com área de abrangência de 1.041.369,00 (ha) de área plantada e produção de 3.919.545,06 (T). O Mato Grosso possui atualmente o maior número de estabelecimentos certificados com o padrão RTRS. No ano de 2018 foram 79 propriedades certificadas em 26 municípios, com área de abrangência de 504.733,09 (ha) de área plantada de soja certificada, correspondendo a 48,47% de área plantada em todo o Brasil. Neste ano a produção estadual foi de 1.796.836,24 (T), o que representou 45,84% da soja certificada RTRS. Em relação a soja certificada em Goiás, o Estado possui o segundo maior quantitativo de fazendas certificadas no país. No ano de 2018 foram 58 fazendas certificadas, com área total de 101.615 ha e 75.755 ha de área plantada e produção para o ano foi de 284.430 toneladas. Nesse contexto, foi identificado que a RTRS é um Ator Líder de uma rede de produção global própria. A organização é provedora de um produto “gourmetizado”, na medida em que os produtores de soja utilizam do padrão RTRS de soja responsável para melhorar as formas de produção existentes. A RTRS é fruto da auto-organização da rede de produção da soja, sendo orquestrada por atores e partes interessadas em escalas espaciais diversas. As decisões dos atores globais que estão na mesa redonda são refletidas nos lugares, onde se dá a produção. A soja certificada está enraizada nos territórios produtivos de soja não certificada, que estão difundidas nas áreas do bioma Cerrado. A certificação altera as formas dos objetos artificiais e os sistemas de ações são alteradas, portanto, na perspectiva de espaço geográfico de Santos (2006), a certificação RTRS (re) configura o espaço agrário dos lugares certificados. E mais, o padrão RTRS através da certificação normatiza não apenas às práticas do ponto de vista social e os objetos artificiais das fazendas, ele normatiza o uso e ocupação da terra, ao exigir desmatamento zero do produtor, critério que transcende a legislação nacional. Desse modo, o território é normatizado num movimento, sim, voluntário, mas há consigo arestas de decisões verticalizadas. As impressões deixadas pela certificação socioambiental, em especial o padrão RTRS de responsável, foi que esse é um instrumento educativo para os produtores que se certificam, promovendo uma nova governança nas formas de produção ao implicar em mudanças estruturais e boas práticas agrícolas nas fazendas certificadas. Concluímos que a certificação na sojicultura é um instrumento, a princípio, com limitação de expansão de demanda do mercado porque os atores e partes interessadas com interesses escusos conectados a margem de lucro e a espoliação corporativa o controlam, sendo estes elementos indissociáveis do sistema de produção hegemônico vigente.

Palavras Chave: Rede de Produção Global. Cerrado. Soja. Certificação RTRS.

ABSTRACT

This research has as central objective to understand the multidimensionalities of the RTRS certification in the productive spaces of the States of Mato Grosso and Goiás in the context of diffusion of the globalized agribusiness. And three specific objectives were defined: a) Verifying the diffusion of soy and the commoditization process in the Cerrado areas; b) to identify the number of rural establishments and the production of RTRS certified soy in the states of Mato Grosso and Goiás; c) to analyze the interests of the actors involved in the RTRS certification process for the soy production networks in Mato Grosso and Goiás. To develop this research, documentary research, fieldwork and interviews were carried out. Regarding the production of RTRS certified soy in Brazil, in 2018 there were 226 certified properties in 77 municipalities with an area of 1,041,369.00 (ha) of planted area and production of 3,919,545.06 (T). Mato Grosso currently has the largest number of establishments certified with the RTRS standard. In 2018, 79 properties were certified in 26 municipalities, with a coverage area of 504,733.09 (ha) of certified soy planted area, corresponding to 48.47% of planted area throughout Brazil. This year the state production was 1,796,836.24 (T), which represented 45.84% of RTRS certified soy. Regarding certified soy in Goiás, the State has the second highest number of certified farms in the country. In 2018 there were 58 certified farms, with a total area of 101,615 ha and 75,755 ha of planted area and production for the year was 284,430 tons. In this context, it was identified that RTRS is a Leading Actor in its own global production network. The organization is a provider of a “gourmet” product, as soy producers use the RTRS standard of responsible soy to improve existing forms of production. The RTRS is the result of the self-organization of the soy production network, being orchestrated by actors and stakeholders at different spatial scales. The decisions of the global actors at the round table are reflected in the places, where the production takes place. Certified soy is rooted in the productive territories of non-certified soy, which are widespread in the areas of the Cerrado biome. The certification changes the shapes of artificial objects and the action systems are changed, therefore, in the perspective of Santos' geographical space (2006), the RTRS certification (re) configures the agrarian space of certified places. In addition, the RTRS standard through certification standardizes not only practices from the social point of view and the artificial objects of the farms, it standardizes the use and occupation of land, by requiring zero deforestation from the producer, a criterion that transcends national legislation. In this way, the territory is standardized in a movement, yes, voluntary, but there are edges of verticalized decisions. The impressions left by socioenvironmental certification, especially the RTRS responsible standard, was that this is an educational tool for producers who are certified, promoting a new governance in the forms of production by implying structural changes and good agricultural practices in certified farms. We conclude that certification in soybean is an instrument, at first, with limited expansion of market demand because the actors and interested parties with vested interests connected to profit margin and corporate spoilage control it, these elements being inseparable from the production system prevailing hegemonic.

Keywords: Global Production Network. Cerrado. Soybean. RTRS Certification.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE TABELAS	xiv
LISTA DE BOX	xiv
INTRODUÇÃO	15
O AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO NO CERRADO	23
1.1 DA TERRITORIALIZAÇÃO DAS <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS ÀS CORPORAÇÕES GLOBAIS NO CERRADO	24
1.2 A IDEIA DE REDE E O CONCEITO DE REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL.....	37
DO COMÉRCIO JUSTO ÀS MESAS REDONDAS GLOBAIS DE CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	45
2.1 A CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO SETOR AGROALIMENTAR: UM INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA's	46
2.1.1 “Consumo de Ativismo” influi o movimento da Certificação	53
2.2 COMÉRCIO JUSTO E AS INICIATIVAS GLOBAIS DE CERTIFICAÇÃO NO SETOR AGROALIMENTAR	55
2.3 INICIATIVAS DE CERTIFICAÇÃO NO BRASIL: CASOS DE GOVERNANÇA TERRITORIAL	60
OS TERRITÓRIOS DA SOJA CERTIFICADA RTRS NO BRASIL: ATORES E PARTES INTERESSADAS.....	70
3.1 A QUESTÃO AMBIENTAL E A CERTIFICAÇÃO RTRS NA SOJICULTURA.....	72
3.2 ATORES E PARTES INTERESSADAS NA PRODUÇÃO DA SOJA CERTIFICADA RTRS NO BRASIL	85
A REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL DE SOJA CERTIFICADA RTRS EM MATO GROSSO E GOIÁS.....	91
4.1 A REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL DE SOJA CERTIFICADA RTRS NO ESTADO DE MATO GROSSO	92
4.1.1 O que muda? O cenário do grande produtor certificado no MT	97
4.2 A REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL DE SOJA CERTIFICADA RTRS NO ESTADO DE GOIÁS.....	108
4.2.1 O que muda? O cenário do pequeno e médio produtor certificado de GO	112
UMA ANÁLISE DA CERTIFICAÇÃO RTRS NA SOJICULTURA.....	125
5.1 AS MULTIDIMENSIONALIDADES DA REDE GLOBAL DE SOJA CERTIFICADA RTRS	127
5.2 A CERTIFICAÇÃO DA SOJA É UM DILEMA MORAL E UM INSTRUMENTO EDUCATIVO.....	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS	147

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESPACIALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE CERRADO PELO TERRITÓRIO BRASILEIRO	26
FIGURA 2 - MORFOLOGIA DO CERRADO NA SERRA DA PETROVINA EM RONDONÓPOLIS/MT....	30
FIGURA 3 - MODELO DE ANÁLISE DA RPG	41
FIGURA 4 - SELOS DE INICIATIVAS BRASILEIRAS PARA A CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	61
FIGURA 5 - ORGANOGRAMA DESENVOLVIDO COM BASE NA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA RTRS	78
FIGURA 6 - MECANISMO DE ENTRADA PROGRESSIVA	82
FIGURA 7 - SELO DA RTRS NA LINHA DE PRODUTOS À BASE DE SOJA NA MARCA ADES DA COCA-COLA BRASIL, EM UMA UNIDADE DA REDE DE SUPERMERCADOS CARREFOUR EM BRASÍLIA/BRA	90
FIGURA 8 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS CERTIFICADAS NO MATO GROSSO E A SUA PRODUÇÃO EM (T) PARA 2017	94
FIGURA 9 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS CERTIFICADAS NO MATO GROSSO E A SUA PRODUÇÃO EM (T) PARA 2018	95
FIGURA 10 - PERCENTUAL DE ÁREA PLANTADA (HA) E PRODUÇÃO EM (T) NAS MICRORREGIÕES MATO-GROSSENSE DE PARECIS E ALTO TELES PIRES PARA O ESTADO EM 2018.....	97
FIGURA 11 - SEDE DA FAZENDA ITAMARATI NORTE E VILA ITAMARATI LOCALIZADA NO ENTRONCAMENTO DA BR – 364 E MT – 358	98
FIGURA 12 - A) RUAS DA VILA ITAMARATI; B) ALOJAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA AMAGGI; C) PADRÃO DAS CASAS NA VILA ITAMARATI; D) RESTAURANTE DA FAZENDA ITAMARATI NORTE NA VILA ITAMARATI.....	99
FIGURA 13 - A) AGÊNCIA DOS CORREIOS NA VILA ITAMARATI; B) ESCOLA ESTADUAL NA VILA ITAMARATI; C) MERCADO SITUADO NA VILA; D) SEDE DA IGREJA CATÓLICA NA VILA ITAMARATI. TRABALHO DE CAMPO EM SET. DE 2019	100
FIGURA 14 - A) REPRESA COM ÁREA DE APP NO ENTORNO NA FAZENDA ITAMARATI; B) SILOS DE ARMAZENAMENTO DE GRÃOS DA FAZENDA; C) SECADOR DE GRÃOS DE 230 TONELADAS DA FAZENDA. TRABALHO DE CAMPO EM SET. DE 2019	100
FIGURA 15 - A) ÁREA DE BALANÇA E CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS NA ITAMARATI; B) REGISTRO DE UMA DAS ETAPAS DO PROCEDIMENTO CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS DE SOJA; C) MÁQUINAS COLHEITADEIRAS DA ITAMARATI; D) TRATORES NO BARRACÃO DA ITAMARATI; TRABALHO DE CAMPO EM SET. DE 2019.....	100
FIGURA 16 - A) PRATELEIRA DE ROUPAS NA LAVANDERIA UTILIZADAS NA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS NA LAVOURA; B) ROUPAS ESTENDIDAS APÓS PROCEDIMENTO DE LAVAGEM; C) GALPÃO DESTINADO A SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS; D) LAGOA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SITUADA AO LADO DA VILA. TRABALHO DE CAMPO EM SET. DE 2019.....	102
FIGURA 17 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS CERTIFICADAS EM GOIÁS E A SUA PRODUÇÃO EM (T) PARA 2018	110
FIGURA 18 - ESTAÇÃO CARAÍBA NO DISTRITO DE CARAÍBA/VIANÓPOLIS, DISTANTE 20 KM DA CIDADE DE ORIZONA; TRABALHO DE CAMPO, DEZ. 2019.....	115
FIGURA 19 - REGISTRO DE UMA DAS PALESTRAS DESTINADA AOS PRODUTORES DE ORIZONA E SILVÂNIA COM O TEMA “DO COMÉRCIO JUSTO ATÉ AS MESAS REDONDAS” EM FEVEREIRO DE 2016	116
FIGURA 20 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS CERTIFICADAS NA MICRORREGIÃO DE PIRES DO RIO.....	118
FIGURA 21 - A) DEPÓSITO DE ARMAZENAMENTO DE AGROTÓXICOS CONSTRUÍDO NA FAZENDA	

CACHOEIRA; B) TELAS DE VENTILAÇÃO OBRIGATÓRIAS NO DEPÓSITO DE ARMAZENAMENTO DE AGROTÓXICOS CONFORME CRITÉRIOS DA CERTIFICAÇÃO RTRS. TRABALHO DE CAMPO (2019)	120
FIGURA 22 - A) LAVADOR DE VEÍCULOS CONSTRUÍDO SEGUINDO ÀS EXIGÊNCIAS DOS CRITÉRIOS RTRS; B) FUNCIONÁRIO DA FAZENDA CACHOEIRA REALIZANDO A LAVAGEM DE UMA MÁQUINA AGRÍCOLA. TRABALHO DE CAMPO EM DEZ. DE 2019	120
FIGURA 23 - A) DEPÓSITO DE TANQUE DE COMBUSTÍVEL DA FAZENDA CACHOEIRA; B) CANELETAS NO PISO DO DEPÓSITO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL PARA IMPEDIR ESCOAMENTO DE ÓLEO NO SOLO	121
FIGURA 24 - A) ANTES E DEPOIS DA CERTIFICAÇÃO RTRS EM UMA FAZENDA CERTIFICADA DO GRUPO CRESOL ESTRADA DE FERRO; B) ANTES E DEPOIS EM UMA FAZENDA CERTIFICADA DO GRUPO CRESOL ESTRADA DE FERRO.....	121
FIGURA 25 - A) CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITOS DE AGROTÓXICOS EM DUAS FAZENDAS CERTIFICADAS DO GRUPO CRESOL ESTRADA DE FERRO; B) INSTALAÇÃO DE UM TRAILER PARA SERVIR DE DEPÓSITO EM UMA DAS FAZENDAS CERTIFICADAS DO GRUPO CRESOL ESTRADA DE FERRO. FONTE: CAMPONESA SOCIOAMBIENTAL/TECNOSOL	122
FIGURA 26 - A) PRODUTOR DO GRUPO FAZENDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EPI; B) INSTALAÇÃO DE PLACA NORMATIVA E CERCA EM APP EM UMA FAZENDA CERTIFICADA; C) PLACAS NORMATIVAS PARA USO DE EPI EM UMA DAS FAZENDAS CERTIFICADAS DO GRUPO CRESOL; D) PLACA DE INSTRUÇÃO EM UMA PROPRIEDADE. FONTE: CAMPONESA SOCIOAMBIENTAL/TECNOSOL	122
FIGURA 27 - CONFIGURAÇÃO DA RPG DA RTRS.....	133

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS TRABALHOS DE CAMPO	18
TABELA 2 - INICIATIVAS GLOBAIS DE STANDARDS PRIVADOS	57
TABELA 3- INICIATIVAS GLOBAIS DE STANDARDS PRIVADOS	58
TABELA 4 - CERTIFICADORAS CREDENCIADAS NO SISBOV POR ESTADO	63
TABELA 5 - CERTIFICADORAS POR AUDITORIA	66
TABELA 6- ORGANISMOS DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS	66
TABELA 7- PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DO PADRÃO RTRS.....	80
TABELA 8- PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DO PADRÃO RTRS.....	81
TABELA 9- EXPORTAÇÃO DO COMPLEXO DA SOJA EM 2018.....	85
TABELA 10 - MEMBROS CONSIDERADOS DO BRASIL NA RTRS	87
TABELA 11 - MEMBROS DA RTRS NA FORÇA TAREFA BRASIL	88
TABELA 12 - QUANTITATIVO DE PROPRIEDADES CERTIFICADAS NA MICRORREGIÃO DE PARECIS EM 2018.....	96
TABELA 13 - QUANTITATIVO DE PROPRIEDADES CERTIFICADAS NA MICRORREGIÃO DE ALTO TELES PIRES EM 2018.....	96
TABELA 14 - QUANTITATIVO DE PROPRIEDADES CERTIFICADAS NA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS EM 2018.....	111
TABELA 15 - QUANTITATIVO DE PROPRIEDADES CERTIFICADAS NA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS EM 2018.....	111

LISTA DE BOX

BOX 1 - O FATOR GLOBALIZAÇÃO	29
BOX 2 - CONCEITOS CV - CGC - AR.....	38
BOX 3 - SETE VANTAGENS PARA USO DE RPG	43
BOX 4 – CERTIFICAÇÃO	47
BOX 5 - USOS DE GOVERNANÇA	51
BOX 6 - ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DE ÂMBITO PÚBLICO NO BRASIL.....	68
BOX 7 - PROGRAMA SOJA PLUS	76
BOX 8 – RTRS.....	77
Box 9 - ENTREVISTA AMAGGI.....	102
BOX 10 - ORIZONA - DOS TEMPOS DA VIAÇÃO FÉRREA.....	114

INTRODUÇÃO

A certificação socioambiental tem sido utilizada como um instrumento de garantias no setor agroalimentar, atestando que as etapas de produção até o consumo do produto final, estejam sendo realizadas em consonância com às boas práticas internacionais, numa perspectiva social e ambiental. As empresas e setores não governamentais da sociedade encontram na certificação uma oportunidade de dar uma resposta, ainda que paliativa, aos anseios de nichos da sociedade que demandam por relações mais justas e sustentáveis entre as partes envolvidas dos sistemas de produção em meio ao capitalismo.

Em um movimento orgânico no setor agroalimentar, saímos do comércio justo aos padrões privados de produção das mesas redondas internacionais de certificação. Nota-se então, que o Estado já não é mais o único agente regulador, uma vez que, a certificação socioambiental é uma forma de regulação de iniciativa privada, mesmo em tempos de flexibilização promovidas pela globalização econômica. Porém, é importante salientar que este movimento vem dos espaços do mandar, os espaços marcados pela ciência, tecnologia, informação, da racionalidade sistêmica (SANTOS, 2006). São os países ricos que verticalizam às formas de produção, sobretudo, o bloco econômico e político da União Europeia.

Na contemporaneidade, quem compra, ou quem consome tem poder de barganha. Essa condição possibilitou o surgimento de inúmeras iniciativas de certificação socioambiental com uma governança organizacional de caráter *multi-stakeholder*. Muitas iniciativas estão voltadas para as formas de se produzir das *commodities*, pois, são elas que geram o maior impacto na natureza dos lugares de produção. E são as partes envolvidas na agregação de valor das *commodities* as mais observadas e cobradas por relações mais justas com o trabalhador e de sustentabilidade com a natureza.

Esse panorama nos leva a *comodity* soja, que é uma das monoculturas que mais cresceu em termos de área plantada nas últimas décadas no Brasil, passando a ser vista como uma grande vilã do desmatamento e da degradação dos ecossistemas ao conformar “desertos verdes”¹ nos locais onde se instala. Além de ser associada ao histórico de muitos produtores que frequentemente promovem relações de trabalho não justas. Tendo como base essa problemática, foi possível através dos textos dos encontros da disciplina “Governagro”,

¹ “Desertos verdes” é uma metáfora muito utilizada entre os ambientalistas para associar as extensas áreas de produção de plantas exóticas, de forma mais comumente a produção de eucalipto. Logo, se pode associar a metáfora as monoculturas da soja, cana, milho etc., que dominaram as paisagens do Cerrado brasileiro.

ofertada no Programa pós-graduação em Geografia, chegar na *Round Table on Responsible Soy* (RTRS), ou Associação Internacional de Soja Responsável. A RTRS é a mesa redonda global de soja responsável com o padrão internacional de certificação socioambiental de maior relevância para a cadeia produtiva da soja.

Foi nesse contexto que surgiram as primeiras perguntas que nos levaram a delimitação do tema desta pesquisa. Os primeiros questionamentos foram: Em que medida o padrão RTRS de soja responsável está alterando as formas de se produzir nos estabelecimentos certificados? Essas mudanças gerariam alterações no espaço agrário? A hipótese inicial era que o espaço agrário pudesse ser produzido de uma outra forma nos lugares certificados, pois a certificação RTRS dispõe de princípios e critérios cuja aplicação pode modificar de forma significativa o padrão produtivo da soja. No decorrer da pesquisa, outras perguntas de pesquisa foram estabelecidas: onde estão os territórios da soja certificada no Brasil? O que leva os produtores a se certificarem? Quais atores e partes interessadas estão envolvidas no processo de certificação RTRS da soja? E suas intencionalidades?

No início desta pesquisa delimitou-se o Mato Grosso como recorte espacial, porque o Estado é o maior produtor de soja do Brasil. Depois de identificado a localização dos estabelecimentos certificados no Estado, foram escolhidas as microrregiões de Parecis e Alto Teles Pires, por possuírem o maior quantitativo em números absolutos de produtores certificados. Posteriormente, com a realização do primeiro trabalho de campo, foi decidido incluir o Estado de Goiás no recorte espacial, em particular a microrregião de Pires do Rio, onde está em curso um projeto que auxilia pequenos e médios produtores de soja a se certificarem no padrão RTRS de soja responsável. Foi identificado potencial para avançarmos na compreensão do objeto de estudo desta pesquisa nesta experiência inovadora da certificação RTRS de soja. Vale ressaltar que a ideia não é realizar uma análise comparativa entre os contextos encontrados nos Estados.

Dessa forma, definiu-se como objetivo geral da pesquisa compreender as multidimensionalidades da certificação RTRS nos espaços produtivos dos Estados de Mato Grosso e Goiás no contexto de difusão do agronegócio globalizado. Foram definidos três objetivos específicos: a) Verificar a difusão da soja e o processo de comoditização nas áreas de Cerrado; b) identificar o quantitativo de estabelecimentos rurais e a produção da soja certificada RTRS nos Estados de Mato Grosso e Goiás; c) analisar os interesses dos atores envolvidos no processo de certificação RTRS das redes de produção da soja de Mato Grosso e Goiás.

Considerando que as modernizações ocorridas nos territórios do Centro – Oeste brasileiro estão estritamente atreladas à agricultura tecnificada, torna-se necessário acompanhar

os movimentos do agronegócio na contemporaneidade, uma vez que, a certificação socioambiental é uma variável emergente no setor agroalimentar e expõe contradições do sistema agrícola hegemônico. Entende-se a necessidade de averiguar o movimento da certificação na sojicultura, pois a *comodity* expressa relações de poder no Brasil do século XXI.

Com os objetivos principais traçados, seguimos para o desenvolvimento da pesquisa por meio dos respectivos procedimentos metodológicos: a) **Pesquisa bibliográfica:** a consulta realizada em artigos científicos, livros, dissertações/teses foi o guia teórico-metodológico. Na literatura foi buscado abordagens sobre o agronegócio no Cerrado, o processo histórico de surgimento da certificação socioambiental e conceitos que contribuíram para o entendimento do fenômeno – a exemplo do conceito de Governança, Território e Rede de Produção Global.

b) **Pesquisa documental:** nesta etapa foi possível obter dados para identificar o quantitativo de estabelecimentos rurais certificados no Brasil, os volumes de produção e a sua espacialização. Em documentos também encontramos registros com informações históricas relevantes para o objeto de estudo. Os documentos acessados deram-se por meio de sítios eletrônicos, por contato via e-mail e contato direto nos trabalhos de campo com representantes das instituições, organizações e empresas envolvidas na certificação RTRS.

c) **Trabalho de campo:** esta etapa teve importância incomensurável para a compreensão do objeto de estudo, que está em constante movimento. Nos trabalhos de campo realizados, foi possível fazer entrevistas gravadas com atores envolvidos e partes interessadas da certificação socioambiental RTRS da soja. Além de fazer visitas técnicas em estabelecimentos rurais com empenho de entender a dinâmica das propriedades certificadas e obter informações do processo de certificação. Por meio do trabalho de campo também foi possível criar um acervo de fotos dos cenários empírico e coletar dados e informações via documentos.

O primeiro trabalho de campo foi realizado no Mato Grosso entre 21 de setembro e 01 de outubro de 2019, nas cidades de Cuiabá, Primavera do Leste e zona rural de Campo Novo do Parecis. Neste campo foi feita entrevistas gravadas com atores envolvidos na certificação. Também foi possível fazer visita técnica em uma fazenda certificada, sendo utilizada a cidade de Tangará da Serra como base. O segundo trabalho de campo foi realizado no Mato Grosso entre 21 e 27 de novembro de 2019, na cidade de Sorriso. Neste campo foi possível realizar entrevistas gravadas com atores envolvidos na certificação e partes interessadas.

O terceiro trabalho de campo foi realizado em Goiás entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2019, na cidade de Orizona. Neste campo foi possível conversar e fazer entrevistas gravada com as partes envolvidas na certificação do grupo de produtores “Cresol Estrada de Ferro”. O

quarto trabalho de campo foi realizado em Goiás entre 19 e 20 de dezembro de 2019, no Distrito de Caraíba em Vianópolis e na cidade e zona rural de Orizona. Neste campo foi possível fazer entrevista gravada com atores e partes interessadas do grupo de produtores mencionado. E fazer uma visita técnica em um estabelecimento rural certificado em Orizona. As atividades dos trabalhos de campo foram sistematizadas, vide Tabela 1.

Tabela 1 - Sistematização das atividades nos trabalhos de campo

Campo I	<u>Entrevista com a RTRS</u>	Foi realizada entrevista gravada com o representante da RTRS em Cuiabá, no dia 25/09/2019. Foi fornecido informações sobre a constituição da mesa redonda e o processo de certificação.
	<u>Entrevista com a “AMAGGI”</u>	Foi realizada entrevista gravada com representantes da “Amaggi” na matriz da empresa, em Cuiabá, no dia 25/09/2019. As informações fornecidas foram da “Amaggi” enquanto trading, produtora e membro da RTRS. Documentos com dados também foram fornecidos.
	<u>Visita Técnica na Fazenda Itamarati Norte</u>	Foi realizada uma visita técnica na Fazenda certificada Itamarati Norte da “Amaggi” situada no entroncamento da MT-358 com a BR – 364 em Campo Novo do Parecis, no dia 27/09/2019. As informações fornecidas foram sobre as características e dinâmica da fazenda certificada RTRS. Foi feito registros fotográficos.
	<u>Entrevista com o Grupo El Tejar</u>	Foi realizada entrevista gravada com representantes do Grupo El Tejar na sede da empresa em Primavera do Leste, concebida no dia 01/10/2019. Foi fornecido informações sobre o processo de certificação de fazendas do grupo.
Campo II	<u>Entrevista com Cat Sorriso</u>	Foi realizada entrevista gravada com representantes do Clube Amigos da Terra – Cat Sorriso, na instituição em Sorriso/MT, concebida no dia 25/11/2019. Foi fornecido informações sobre o papel da instituição como líder de grupo de produtores e atividades desenvolvidas em âmbito local. Também foi possível adquirir documentos com informações dados sobre a certificação RTRS.
	<u>Entrevista com Produtores</u>	Foram realizadas duas entrevistas gravada, a primeira na sede do CAT e a segunda no escritório da fazenda certificada, com dois produtores que fazem parte do grupo de produtores certificados liderado pelo Cat Sorriso. As entrevistas ocorreram nos dias 26 e 27/11/2019 em Sorriso/MT. As informações dadas foram do processo de certificação dos produtores.
	<u>Entrevista com um Sindicato Rural</u>	Foi realizada entrevista gravada com o representante de um Sindicato Rural de um município de Mato Grosso, concebida no dia 26/11/2019, na sede da instituição. Foi feito um panorama da visão da instituição a respeito da certificação.
	<u>Jantar do grupo “Cresol Estrada de Ferro”</u>	Participação no jantar do balanço do projeto de três anos do grupo de produtores certificado RTRS “Cresol Estrada de Ferro”, realizado no dia 05/12/2019 em Orizona/GO. Foi possível ver a apresentação com o balanço do projeto mencionado e conversar com partes envolvidas. E fazer registro fotográficos.
	<u>Entrevista com produtor</u>	Foi realizada entrevista gravada com produtor do grupo certificado “Cresol Estrada de Ferro”, concebida no dia 06/12/2019 no escritório do produtor na cidade de Orizona/GO. As informações dadas foram da experiência do produtor na certificação.
	<u>Entrevista com o Sindicato de Orizona</u>	Foi realizada entrevista gravada com o representante do Sindicato Rural de Orizona, concebida no dia 06/12/2019, na sede da instituição na cidade de Orizona/GO. Foi feito um panorama da visão da instituição a respeito da certificação.
	<u>Entrevista com a Tecnosol</u>	Foi realizada entrevista gravada com o representante da Tecnosol em Orizona/GO, concebida no dia 06/12/2019 na sede da empresa. Foi possível entender um pouco mais do processo de certificação do grupo de produtores e coletar documentos com informações e dados sobre o grupo certificado.

Campo III

Entrevista
com produtor

Foi realizada entrevista gravada com produtor do grupo certificado “Cresol Estrada de Ferro”, concebida no dia 19/12/2019 na casa do produtor no Distrito de Caraíba no município de Vianópolis/GO. As informações dadas foram da experiência do produtor na certificação. Foi feito registro fotográficos.

Entrevista
com a Cresol

Foi realizada entrevista gravada com o representante estadual de Goiás da Cooperativa Cresol, concebida no dia 20/12/2019 na sede da empresa em Orizona/GO. Foi feita pelo entrevistado uma contextualização da participação da empresa no processo de certificação do grupo de produtores “Cresol Estrada de Ferro”.

Entrevista
com produtor
e Visita
Técnica

Foi realizada entrevista gravada com produtor do grupo certificado “Cresol Estrada de Ferro”, concebida no dia 20/12/2019 propriedade do produtor na zona rural de Orizona/GO. As informações dadas foram da experiência do produtor na certificação. E foi possível verificar a dinâmica da propriedade certificada e fazer registro fotográficos.

Campo IV

Org. Raasch, 2020.

Considerando que a distância entre os lugares também é de interesse geográfico e que o Brasil possui proporções continentais, é interessante registrar que foram percorridos no primeiro campo 2.914 km considerando a ida e volta de Brasília aos lugares visitados no Mato Grosso. E nesta mesma condição, foram percorridos 3.072 km no segundo campo. Nos campos em Goiás, considerando a ida e volta de Brasília aos lugares visitados, foram percorridos 312 km no primeiro campo e 334 km no segundo campo. Em suma, foi percorrido de ônibus, carro e até moto 6.632 km, sem contabilizar o traslado no perímetro urbano das cidades.

d) **Entrevistas:** a técnica de aplicação de entrevistas foi o procedimento metodológico adotado com o intuito de se aproximar do objeto de estudo e entender as situações práticas e contradições, pois, a temática sobre a certificação socioambiental na sojicultura é pouco tratada na literatura especializada no Brasil, particularmente na Geografia Rural. Na língua inglesa um pouco mais, porém, há poucos estudos com abordagens providas de maior teor empírico. Nesse sentido, segundo Duarte (2004, p. 215) “entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados.”

Dessa forma, foi definido realizar entrevistas semiestruturadas com atores e partes envolvidas na certificação RTRS com perguntas provocativas para que o entrevistado pudesse responder abertamente, mas com um conteúdo que fosse de encontro dos objetivos delimitados na presente pesquisa. As perguntas previamente elaboradas foram pensadas considerando o envolvimento dos atores ou partes interessadas na certificação. E os meios utilizados para entrar

em contato com os entrevistados foram via e-mail e por telefone a partir do levantamento de informações acerca da rede de produção de soja certificada RTRS do Brasil. Também foi possível obter novos contatos a partir de pessoas já entrevistadas.

Além das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo, foram feitas tentativas para agendar outras entrevistas em 2019 com empresas e organizações que são partes interessadas da certificação RTRS, sendo elas membros da RTRS e/ou compradoras de créditos² na plataforma global da mesa redonda. Buscou-se as empresas: I) Unilever Brasil – a empresa não retornou o contato; II) Coca-Cola Brasil (marca ADES) – a empresa afirmou que “nossos colaboradores estão envolvidos em projetos e campanhas da companhia e, por isso, infelizmente, não conseguirão ceder essa entrevista.”; III) Bayer CropScience no Brasil - Foi possível marcar em duas oportunidades uma entrevista com a representante da empresa, entretanto, foram desmarcadas posteriormente por contratempo de agenda.

Houve uma tentativa de viabilizar uma entrevista com a organização não-governamental *World Wide Fund for Nature* (WWF), que participou da fundação da RTRS. Porém, a assessoria da ONG ficou de identificar um representante para conceder entrevista e não retornou mais os e-mails. Foi solicitado em dois momentos, nos dois trabalhos de campo em Mato Grosso, uma entrevista com a Associação dos Produtores de soja e milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) em Cuiabá, porém nas duas vezes os assessores alegaram falta de disponibilidade na agenda da responsável pela área de sustentabilidade da associação. Buscamos entrevistas com outros produtores de Mato Grosso e Goiás e também visitas aos estabelecimentos certificados dos produtores que puderam conceder as entrevistas, entretanto, foi alegado pela maioria que no momento não era possível receber visita externa por falta de horário na agenda e/ou por disponibilidade dos colaboradores.

Por ora, foi possível realizar mais três entrevistas gravadas com atores envolvidos na certificação e partes interessadas sem a prática do trabalho de campo na área de estudo delimitada, sendo uma pessoalmente e duas entrevistas via Skype. A primeira foi pessoalmente com o representante da empresa Camponesa Socioambiental em Brasília, no dia 15 de outubro de 2019. As outras duas ocorreram por telefone (via Skype), sendo uma com o representante da instituição Solidaridad Network no Brasil, no dia 18 de dezembro de 2018 e a outra com a representante da ONG TRIAS no Brasil, no dia 03 de fevereiro de 2020.

e) **Edição de conteúdo das entrevistas e transcrição:** considerando que o quantitativo de entrevistas foi significativo e algumas tiveram duração de pouco mais de uma

² A contextualização sobre os créditos gerados através do volume de soja certificado e a venda na plataforma da RTRS é discutida no Capítulo II, p. 86 - 87.

hora, foi feito um filtro dos relatos com o único critério de selecionar as informações que apresentaram maior teor de ineditismo e que possuem maior potencial de responder os objetivos propostos neste estudo. É importante salientar que neste processo de filtro não foi abolido conteúdos que pudessem contrariar hipóteses da pesquisa, ou rebater convicções pré-estabelecidas a partir de ideologias do entrevistador/pesquisador (mesmo não sendo uma anomalia). Pois, seguindo Romanelli (1998, p. 128):

A subjetividade, elemento constitutivo da alteridade presente na relação entre sujeitos, não pode ser expulsa, nem evitada, mas deve ser admitida e explicitada e, assim, controlada pelos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador, vale dizer, da experiência que ele, lentamente, vai adquirindo no trabalho de campo.

Para os trechos transcritos que estão inseridos nesta pesquisa, usou-se reticências sem o habitual uso de parênteses para informar a suspensão de palavras ou frases. Foi realizado este recurso para dar melhor coesão e objetividade nos relatos obtidos, sem que fosse alterado o conteúdo das respostas. Nessa perspectiva Duarte (2004, p. 221) recomenda que as “entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacofonias, erros gramaticais etc. devem ser corrigidos na transcrição editada.”

As entrevistas, por envolver questões éticas, foi preferido não identificar pessoas e somente as instituições, organizações e empresas. Nesse aspecto, foi solicitado para que todos os entrevistados assinassem um termo de consentimento livre e esclarecido. Todos os entrevistados concederam as entrevistas de forma consciente de que se tratava de uma pesquisa no âmbito de mestrado acadêmico. Das dezesseis entrevistas realizadas, apenas três entrevistados não assinaram o termo, porque dois ficaram de analisar o conteúdo do termo (mas não retornaram) e um de imediato manifestou recusa.

f) **Tratamento de dados e produção de material cartográfico:** no decorrer da pesquisa foi possível obter dados por meio da pesquisa documental, por contato via e-mail ou nos trabalhos de campo. Foram utilizados os programas Excel, Google Earth e o SIG ArqGis para manipular dados e informações, que geraram tabelas, gráficos e os mapas contidos na pesquisa. No programa Word foi editada as fotos do campo, inclusive as que estão com efeito artístico inseridas nas folhas de apresentação dos capítulos.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é tratado o processo de expansão do agronegócio globalizado nas áreas do bioma Cerrado, a comoditização da agricultura, e a territorialização de corporações agrícolas na região. Também tratamos da

ideia de rede e o conceito de Rede de Produção Global. O segundo capítulo aborda o movimento do comércio justo aos sistemas de certificação socioambiental, bem como as iniciativas globais e nacionais criadoras padrões privados. Também discutimos o conceito de governança, com o intuito de compreender as ações geradas pelos sistemas de certificação.

No terceiro capítulo foi discutido, em síntese o conceito de Território e recapitulado o processo histórico de criação da RTRS. E, identificado atores e partes interessadas da soja certificada no Brasil. No quarto capítulo está inserido os resultados obtidos nos trabalhos de campo, podendo, assim, ser entendido como ocorre o processo progressivo da certificação RTRS na soja, verificando os cenários e o que muda a partir de experiências de produtores certificados em Mato Grosso e Goiás.

No último capítulo buscamos aplicar a proposta teórica-metodológica de RPG e é feito uma análise da certificação RTRS a partir das entrevistas realizadas com os atores envolvidos e as partes interessadas na rede de soja certificada RTRS. E, destacamos os desafios e possibilidades a partir das contradições da certificação com o propósito de contribuir com o processo de análise.

*“O mundo que nos fazem ver (fábula)
O mundo como é (perversidade)
O mundo como pode ser (uma outra globalização)”*
Milton Santos



| CAPÍTULO I |

O AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO NO CERRADO

O aprimoramento das técnicas de cultivo de plantas voltadas para a obtenção de alimentos ou fibra foi um processo demasiadamente longo na história da humanidade, e que não ocorreu de forma linear se analisarmos por recortes espaço-temporais. Nesse sentido, ocorreram grandes mudanças nos sistemas de produção de alimentos, comumente nomeadas de revoluções agrícolas (MAZOYER; ROUDART, 2010), que tanto em outrora quanto no presente, foram processos influenciados pelas questões sociais, econômicas, político - jurídicas e culturais vivenciadas por cada povo em seu território.

Os sistemas agrícolas de países que se industrializaram com mais intensidade desde o século XIX passaram por transformações profundas nas formas de se produzir. O advento da industrialização inseriu novos elementos no sistema agrário, sobretudo de ordem técnica e científica, incidindo na primeira fase da mecanização e na segunda revolução agrícola em tempos de intensificação da modernidade (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nesse contexto, o primeiro capítulo trata da modernização territorial nas áreas do Cerrado brasileiro a partir do agronegócio, para explicitar o processo de comoditização de culturas como a soja. Pretende-se, também, discorrer sobre a certificação socioambiental como um instrumento que influencia a governança de redes agroalimentares na contemporaneidade com o exemplo de certificações no mundo e no Brasil, em especial na sojicultura.

1.1 DA TERRITORIALIZAÇÃO DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS ÀS CORPORAÇÕES GLOBAIS NO CERRADO

O desenvolvimento mais sofisticado dos transportes, em especial o de cargas pesadas (navio e trem), contribuiu para viabilizar a industrialização e impulsionar a abertura de “corredores” de exportação de produtos de com baixo valor agregado em territórios da Europa e das ex-colônias como a Austrália, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Brasil e etc. No contexto histórico dos sistemas agrícolas, o aumento da interconexão entre as regiões produtoras do mundo, garantido pelo avanço das técnicas, abriu a possibilidade para que ex-colônias tivessem sistemas agrícolas tão competitivos quanto os países europeus, por abrigar antigos sistemas de servidão, extensas porções de terra e menos tributos, em suma, condições distintas dos produtores europeus (MAZOYER; ROUDART, 2010).

No caso brasileiro, um processo de mudança profunda ocorreu no sistema agropecuário desde a segunda guerra mundial. Na esteira do processo de modernizações do rural brasileiro, pode-se afirmar que o modelo aqui implantado não difere dos parâmetros do

que se entende por *agribusiness*, nomeado em português de Agronegócio. A proposta conceitual de *Agribusiness* faz o entrelaçamento entre agricultura e indústria, e os diversos subsetores que foram criados a partir desta fusão. O conceito desenvolvido³ com base na realidade norte-americana é interessante por buscar contemplar todos os atores e ações que envolvem mercadorias derivadas do sistema agrícola.

Nos países em que a industrialização se estabeleceu com maior intensidade, as formas e funções⁴ dos estabelecimentos agrícolas também foram transformadas. O *agribusiness* no contexto norte-americano, de acordo com Davis e Goldberg (1957), teve como público-alvo as unidades agrícolas maiores, gerando um progresso desigual que desequilibrava a economia rural do país naquele período, dificultando a vida das famílias rurais. O arranjo da modernização se encaixou no perfil dos donos de estabelecimentos rurais de médio a grande porte, ou seja, com maior poder financeiro. Além disso, esse modelo potencializou a homogeneização da produção e conformação de regiões produtivas especializadas em uma determinada produção, com escalas de produção e espaciais diversas.

A especialização produtiva de regiões é um ponto-chave, pois está associada com a mundialização da economia e impulsionou o surgimento de setores direcionados para atender demandas específicas de mercado das cadeias de bens de consumo alimentares (açúcar, trigo, cerveja etc.) e de bens de consumo não-alimentares (indústria têxtil, de couro e o setor bioenergético por exemplo); além de incentivar a criação de subsetores voltados para atender diretamente os produtores do campo nos segmentos de fertilizantes, controladores de ervas daninhas, fitossanitários, suplementos alimentares, tratores, caminhões, máquinas agrícolas, combustíveis, manejo de solo e água e etc. (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

Esta nova dinâmica desvinculou a agricultura da exclusiva funcionalidade alimentar, tornando-a um setor da economia com muitos negócios capitalistas. No Brasil essa lógica foi replicada havendo diferenças sutis. Para recapitular como ocorreu este processo no território

³ O conceito de *Agribusiness* foi elaborado pelos economistas Davis e Goldberg, sendo apresentado pela primeira vez em artigo na *Conference on Distribution*, em Boston (1955). A proposta teórica-metodológica foi discutida pelos autores no livro *Concept of Agribusiness* (1957). “Por definição, *agribusiness* significa a soma total de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de suprimentos agrícolas; operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e itens feitos a partir deles” (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2, Tradução Nossa). A constante mutação dos sistemas agrícolas provocado pelo avanço da técnica, ciência e informação provocou o surgimento de propostas mais completas para este conceito (inclusive pelos próprios autores), no entanto, a essência do conceito clássico permanece sólido atualmente.

⁴ Santos (1985) propõe compreender a “(...) organização espacial, bem como de sua evolução, mediante o processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo.” Portanto, “Forma é o aspecto visível de uma coisa. [...] Função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” (SANTOS, 1985, p. 50).

É possível identificar um projeto e sua funcionalidade para com as regiões do Cerrado através das ações governamentais desde 1930, iniciado pelo governo de Getúlio Vargas. Este período é um marco de eventos históricos e políticas governamentais que incentivaram o povoamento, sobretudo, dos Estados que hoje compõem a região Centro-Oeste. Por exemplo, a construção da nova capital de Goiás, Goiânia, em 1930; o emblemático programa de migração para o Centro-Oeste “Marcha para Oeste”; a criação do Distrito Federal para a construção de Brasília (inaugurada em 1960); as políticas de integração nacional através da construção de rodovias federais como a BR-153 (Belém – Brasília), BR-364, BR-163, BR-070, a BR-230 (Transamazônica) e outras; bem como os projetos voltados para a colonização agrícola e de desenvolvimento econômico regional do Cerrado e Amazônia Legal como a SUDECO (1967), SUDAM (1966), PIN (1970), PROTERRA (1970), PRODOESTE (1971), PLADESCO (1973), PRODECER (1976) e outros (NEGRI, 2010)⁶.

A partir de então se teve a conformação de *fronts*⁷ agrícolas nessa região, com a condicionante no princípio da inserção de Redes Técnicas (rodovias, ferrovias, redes elétricas, hidrovias e telecomunicações) e progressivamente a edificação de uma infraestrutura logística com terminais de cargas terrestres, portos e aeroportos. Os objetos e ações artificiais (SANTOS, 2006) inseridos no território na segunda metade do século XX condicionaram as modernizações que levaram a cientificação da agropecuária neste subespaço do Brasil.

Os territórios especialmente dos Estados de Goiás e Mato Grosso, que atualmente também compreendem os territórios dos Estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins, concentraram a maior parte dos inúmeros projetos de colonização agropecuários, tanto privados quanto públicos, e a inserção das Redes Técnicas. Estas ações de gestão do território compreenderam o plano de desenvolvimento de integração do território nacional, que teve como meta consolidar uma força agropecuária no Centro-Oeste que pudesse, de forma sincrônica, abastecer o mercado consumidor brasileiro e liberar a mão de obra originalmente do campo para os setores da indústria e serviços nas cidades das regiões litorâneas do Sudeste

⁶ Superintendência de Desenvolvimento do Centro – Oeste (SUDECO), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Distribuição de Terras e desenvolvimento Agroindustrial (PROTERRA), Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste (PLADESCO), Programa de Cooperação Nipo - Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

⁷ Frederico (2008, p. 24-28) adota *Fronts* em substituição ao uso do termo Fronteira, para “designar a expansão da agricultura moderna brasileira (...) devido à sua relação com a ideia de movimento”. Conforme a contextualização realizada pela autor, neste caso, o termo fronteira remete ao inerte. “Corroborando com Santos e Silveira (2001), o termo *front*, acrescido do adjetivo agrícola, refere-se aqui às áreas de expansão de uma agricultura moderna, constituída por objetos técnicos híbridos (LATOUR, 1991, 1994) e próximo de se tornarem concretos (SIMONDON, 1958)” (FREDERICO, 2008, p. 27).

e Sul (as mais populosas).

No decorrer das décadas, o baixo custo das terras, os incentivos fiscais, os investimentos em infraestrutura e os planos governamentais buscaram tornar a agropecuária brasileira mais competitiva, diante da competitividade estimulada pela globalização (BOX I). Nesse contexto, compreende-se que a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira é fruto da ordem econômica neoliberal e ideológica da globalização e de uma nova conformação da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). E que o agronegócio brasileiro é um “braço” importante da economia, num período defendido por Harvey (2006) como da acumulação flexível de capital.

BOX 1 - O FATOR GLOBALIZAÇÃO

O adjetivo “global” surgiu nas escolas americanas de administração de empresas de *Harvard, Columbia, Stanford* etc. O ideário atrelado a globalização tem raízes na corrente econômica do neoliberalismo. A globalização é um fenômeno capitalista que ganhou status de nova ordem econômica mundial na segunda metade do século XX, sendo representado nas políticas econômicas dos governos de Thatcher no Reino Unido (1979 - 1990) e Reagan nos EUA (1981-1988). E nas ações internacionais de instituições como o FMI e o Banco Mundial, como o emblemático Consenso de Washington em 1989 (SENE, 2003, p. 23). Uma das características marcante da globalização é a liberalização e a desregulamentação do mercado (CHESNAY, 1996) e as privatizações de estatais visando criar o cenário de Estado mínimo (sem intervenções do Estado no mercado). A partir desse período as grandes corporações dos países ricos passaram a instalar filiais em vários países pobres com o objetivo de garantir maior rentabilidade financeira ao explorar novos recursos naturais, mão-de-obra barata e abrir novos mercados. Nesta perspectiva, os setores produtivos foram realocados em várias partes do mundo e as empresas transformaram-se em multinacionais. Com essa nova dinâmica, alguns países ganharam *status* de países em desenvolvimento e mais recentemente emergentes, ao terem em seu território circuitos industriais e modernizar consideravelmente as suas forças produtivas, como visto em alguns países da América Latina (Argentina, Brasil e México) e asiáticos (China, Coréia do Sul, Índia, Singapura e Taiwan). Por sua vez, a maioria dos países que receberam a instalação de multinacionais continuaram em uma posição desprivilegiada na DIT, continuando com problemas sociais e econômicos profundos. Diante desse contexto, Santos (2001) contextualizou no livro “Por uma outra globalização” o lado perverso desse modelo econômico que se tornou hegemônico entre os governos, sobretudo, dos países mais ricos do Norte. Conforme o autor a globalização aguçou a competitividade, o individualismo, a exclusão e a falta de solidariedade no mundo dos negócios (mercado), de modo que corrompeu substancialmente a ordem social, gerando uma perversidade sistêmica. Para ele “a globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada” (SANTOS, 2001, p. 65). A globalização se realiza a serviço do capital, das grandes corporações, mas não a serviço da humanidade. A globalização é como fábula, pois, há um mundo tal como nos fazem crer e um mundo como verdadeiramente é (SANTOS, 2001).

Em um cenário de disputa comercial, os atores hegemônicos visam os territórios com recursos naturais e providos de recursos técnico mais apropriados para as suas demandas. Dessa forma, os lugares (representados pelos governos em diferentes escalas espaciais) acabam por pleitear a instalação de empresas, acarretando numa disputa entre os lugares (SANTOS, 2001). “Os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social (...) com uma divisão do trabalho mais profunda e, também, uma vida de relações mais intensa” (SANTOS, 2006, p. 167).

No Cerrado, o espaço foi regionalizado conforme a potencialidade geográfica dos lugares, sendo que muitas vezes foram criadas condições artificiais doravante associadas ao

agronegócio, como se verifica no uso demasiado de fertilizantes e corretivos em solos não tão férteis. Porém, aproveitando dos atributos físicos dos lugares, o agronegócio incorporou as áreas com relevo pouco irregulares conhecidas como “chapadões” para a prática da monocultura, com o uso de máquinas agrícolas e tratores. Enquanto que os vales e encostas foram ocupados por pecuaristas ou camponeses (posseiros e/ou assentados) Figura 2.

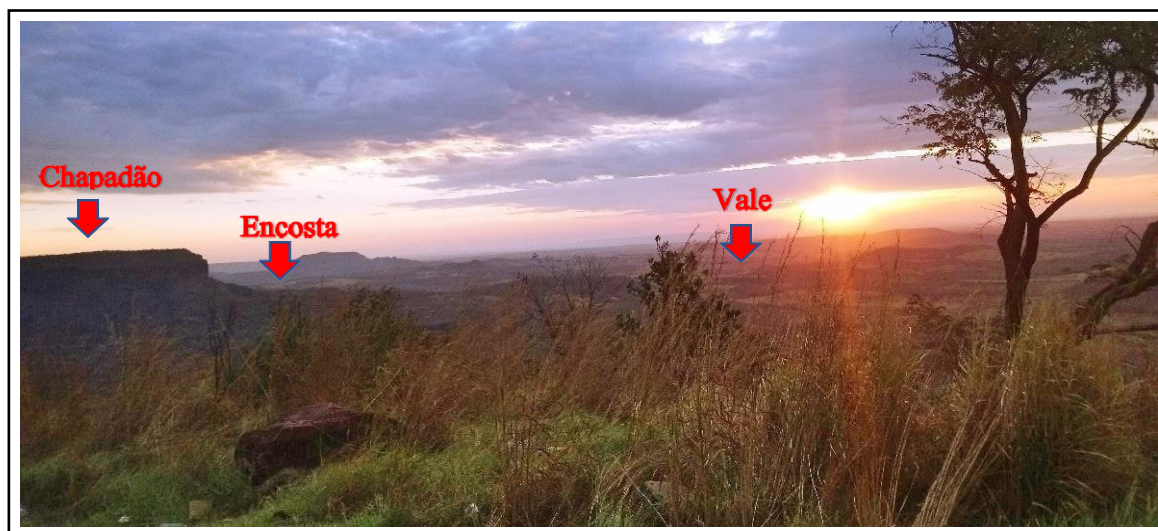


Figura 2 - Morfologia do Cerrado na Serra da Petrovina em Rondonópolis/MT
Org. Raasch, Trabalho de campo em set. 2019

No que se refere a produção do espaço urbano, a dialética cidade-campo⁸ intensificou a fluidez de mercadorias e de pessoas nas últimas décadas gerando um aumento populacional nas cidades existentes e propiciando a criação de novos núcleos urbanos. Como exemplo as cidades mato-grossenses de Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Sorriso e Tangará da Serra; as goianas de Cristalina de Goiás, Jataí, Mineiros e Rio Verde; e no Oeste baiano as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

O agronegócio tornou-se hegemônico no rural brasileiro, e propiciou a formação de Regiões Produtivas do Agronegócio (ELIAS, 2012), que expressa uma nova lógica de (re) estruturação urbana e rural em escala regional, verificadas nos territórios do agronegócio globalizado.

⁸ Santos (1988, p. 19) trata cidade-campo como uma categoria atual, e que faz referência ao entrelaçamento socioeconômico da cidade com o campo a partir da agricultura modernizada. “Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance.”

As transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, têm profundos impactos sobre a (re) organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais. Entre esses, destacarei aqui o que tenho chamado, nos últimos anos, de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, ou seja, os territórios produtivos do agronegócio, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas (ELIAS, 2012, p. 2).

A agropecuária científica é dependente da correlação transportes - comunicação, pois, esses dois setores consolidam à fluidez necessária para a consumação de todas as etapas das cadeias produtivas, atingindo trocas de toda a natureza. E mais do que isso, garante a especialização dos espaços produtivos da economia global (ELIAS, 2005). O setor de logística foi fundamental para o (re) arranjar os territórios produtivos da economia, por envolver uma ampla gama de atores públicos e privados que atuam na construção de redes de escoamento da produção (HUERTAS, 2014).

A modernização dos transportes e das telecomunicações possibilitou que o agronegócio no Centro-Oeste brasileiro se tornasse competitivo globalmente, mesmo que distante dos principais portos marítimos situados no litoral do país. No entanto, o setor da logística ainda é um gargalo para a competitividade do agronegócio no século XXI. A dependência maior de um transporte rodoviário deficiente, e a insuficiência de uma rede ferroviária e hidroviária eficaz capaz de conectar as regiões produtivas aos portos fluviais e marítimos aumentam os custos de produção.

Contudo, há uma produção intensa das *commodities* agrícolas nas primeiras décadas deste século voltadas para o mercado externo, de modo que se instalam sistemas técnicos para garantir o processo produtivo, conformando em regiões competitivas (CASTILLO; FREDERICO, 2010). As regiões competitivas “emergem em diferentes porções do território brasileiro e se especializam em variados setores da agropecuária, marcadas por heranças geográficas particulares, mas sempre em busca de uma inserção cada vez mais competitiva nos mercados internacionais [...]” (CASTILLO et al., 2016, p. 267-268).

O processo de comoditização de produtos agrícolas no Brasil foi fomentado por políticas de Estado. A Lei Kandir de 1996 é emblemática e contribuiu para a cristalização deste processo, pois “levaram ao favorecimento da exportação de diversos produtos *in natura*; a exportação do grão de soja cresceu exponencialmente após a determinação da lei” (FACCIN; CASTILLO, 2019, p. 120).

Conforme Oliveira (2015), no contexto agrário o capitalismo se reestruturou pela tríade: produção de *commodities*, bolsas de mercadoria e de futuro bem como a formação de

empresas monopolistas. O autor refere-se o primeiro termo a “transformação” de alimentos em *commodities* (mercadoria voltada para o mercado mundial). No segundo termo, refere-se as bolsas de valores, que se tornaram o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*. A exemplo cita-se a bolsa de valores de Chicago que define os preços da soja e derivados, arroz, aveia, carnes (suína, bovina e frango), etanol e outros. A bolsa de Londres fica ao encargo de definir os preços mundiais do açúcar, café, algodão, cacau suco de laranja e outros. No contexto brasileiro, a bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) compreende a soja, o café e milho por exemplo. O terceiro termo refere-se as corporações que detém o monopólio da produção das *commodities* e de determinados subsetores do agronegócio.

A mundialização do capital (CHESNAY, 2006) acarretou na difusão de oligopólios econômicos, processo defendido pelo ideário neoliberal, e viabilizado pela facilidade de ser efetivar fusões, aquisições, e compor franquias e associações entre as grandes corporações que até então disputavam o mesmo mercado. No *agribusiness* global, também se constituíram empresas monopolistas, com bases de multinacionais, que se associaram ou aglutinaram as empresas de capital nacional e/ou estrangeiro (OLIVEIRA, 2015).

No século XXI os grandes produtores estão se organizando cada vez mais em grupos corporativos, fator que potencializa a atuação destes grupos em diversos territórios produtivos, e setores do agronegócio. Ou seja, as unidades produtoras, ou fazendas modernas, estão cada vez menos concentradas nas mãos de apenas um proprietário e com produção limitada em uma região específica. As corporações do agronegócio se proliferaram em vários ramos, seguindo uma tendência global.

Oliveira (2015) contextualiza que as multinacionais representam a aliança de classes entre as burguesias nacionais, ou seja, a junção de capital de vários países em uma mesma corporação. Este cenário é interpretado por muitos na contemporaneidade como a face do atual estágio do capitalismo, o capitalismo sem pátria. No entanto, realmente não há pátria? As corporações globais possuem pátria, entretanto, agora existe mais de uma origem de capital majoritário envolvido, que não comumente são de países do “Sul global”, salve às exceções do restrito grupo das nações com economia emergente.

O perfil agora é de capital transfronteiriço, de liquidez. Esse é um novo desafio para identificar os comandos hegemônicos dos territórios. Nesse contexto, as transformações ocorridas deram condições para que os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e outros territórios contemplados pelo Cerrado como o Estado de Minas Gerais e mais recentemente a região MATOPIBA (que refere-se a junção uma porção dos territórios dos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e todo o Tocantins) seja caracterizada como regiões

especializadas do mercado mundial das commodities agrícolas, onde há redes das multinacionais hegemônicas do agronegócio atuando em vários subsetores.

Atualmente as multinacionais *Archer Daniels Midland* (ADM), *Bunge*, *Louis Dreyfus Commodities* (LDC), *Cargill*, *China Oil and Foodstuffs Corporation* (COFCO) e a brasileira *Amaggi* são exemplos de corporações globais do agronegócio no Cerrado. Para além das monoculturas, no complexo de carnes o protagonismo fica para a multinacional brasileira *JBS* (detentora das marcas *Seara*, *Friboi* e outras), e outras grandes corporações do setor como a *BRF Brasil Foods* (detentora das marcas *Sadia*, *Perdigão* e outras) e *Marfrig Foods*.

A empresa *Amaggi* concentra as suas fazendas produtoras em Mato Grosso, atuando na produção agrícola de soja, milho e algodão, utilizando aproximadamente 280 mil hectares. Uma das três esmagadoras da empresa está localizada no município mato-grossense de Lucas do Rio Verde. Os escritórios e armazéns estão distribuídos em várias regiões do Brasil, todavia, estão concentrados em sua maioria no Cerrado, como Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sapezal. E em Rio Verde (GO), Luís Eduardo Magalhães (BA), Uruçui (PI) e Guaraí (TO) (AMAGGI, 2018).

A multinacional *Cargill* atua no Brasil e no mundo oferecendo serviços e produtos alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais. Uma das cinco unidades industriais de Nutrição animal no Brasil está instalada em Goianira (GO). No que tange o complexo da cana-de-açúcar, a *Cargill* possui duas unidades agroindustriais em Cachoeira Dourada e Quirinópolis no Estado de Goiás. Em Uberlândia/MG a empresa possui uma planta de produtos úmidos para nutrição de bovinos e amidos modificados. Na linha *foods* da empresa, que conta com marcas como *Pomarola*, *Elefante* e *Mazola*, há unidades nas cidades goianas de Itumbiara e Goiânia. As unidades industriais do complexo da soja estão situadas nas cidades com predomínio do bioma Cerrado em Uberlândia (MG), Primavera do Leste (MT), Barreiras (BA), Três Lagoas (MS) e Rio Verde (GO) (CARGILL, 2018).

A multinacional *Bunge* atua no ramo do agronegócio e alimentos. A empresa dispõe de um moinho de trigo em Brasília (DF) e de uma planta processadora de algodão em Rondonópolis (MT). No que se refere a cadeia de sojicultura, a empresa possui plantas processadoras em Luís Eduardo Magalhães (BA), Luziânia (GO), Dourados (MS), Nova Mutum e Rondonópolis (MT) e Uruçui (PI). Nos municípios Luís Eduardo Magalhães, Rondonópolis e Luziânia também se produz refino de óleo, sendo que neste último existe produção de gorduras. Na área da logística, a *Bunge* detém um *Trasbordo* no Terminal Ferroviário do município de Alto Araguaia (MT). Acerca do complexo da cana-de-açúcar, a *Bunge* possui usinas nas cidades mineiras de Santa Juliana, Frutal e Itapagipe, e em Pedro

Afonso (TO) e Pontaporã (MS) (BUNGE, 2018).

A ADM possui unidades de processamento de soja para aplicações desde óleos vegetais a ingredientes de animais, nos municípios de Ipameri (GO), Rondonópolis (MT), Campo Grande (MS) e Uberlândia (MG). Nestes três últimos, as plantas de processamento atuam também no setor de bioenergia, destaque para Rondonópolis com a produção de Biodiesel. A ADM detém uma planta de óleo de girassol em Campo Novo do Parecis (MT), e uma planta de etanol em Limeira do Oeste (MG). A ADM opera também uma rede de silos com capacidade de armazenamento de colheitas de 2,2 milhões de toneladas métricas. As marcas de óleo de soja comercializadas pela ADM são Concórdia, Corcovado e Vitaliv, além de óleo de milho, de girassol e de canola (ADM, 2018).

A LDC opera com cerca de 60 plantas industriais e de logística no país. A companhia possui uma planta para algodão em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Itumbiara (GO). No setor de grãos e oleaginosas, a empresa dispõe de filiais nos municípios mato-grossenses de Alto Araguaia e Rondonópolis e nos goianos de Jataí, Rio Verde e São Simão. Em Rio Verde a planta industrial também atua no processamento de milho. Nestas cidades goianas, a empresa também detém armazéns para armazenagem de soja e algodão (LDC, 2018).

O complexo da cana-de-açúcar avançou nos últimos anos nos Estados da região Centro-Oeste. O Estado de Goiás recebeu investimentos significativos do setor sucroalcooleiro, e atualmente conta com 39 usinas em vários municípios de goianos, com a presença de corporações como a Raízem e Bunge. Mato Grosso do Sul conta com 24 usinas, a exemplo da Bunge em Ponta Porã e Caarapó. No Estado de Mato Grosso há a presença de doze usinas, em municípios que tradicionalmente são produtores de soja, como o caso de Campo Novo do Parecis e Campos de Júlio. O MATOPIBA contém cinco usinas no Maranhão e uma em Pedro Afonso (TO). As usinas presentes nos Estados da Bahia e Piauí não se encontram nas regiões do Cerrado. Em Minas Gerais encontra-se um quantitativo de 42 usinas, sendo que a maioria delas estão no Cerrado mineiro, caso dos municípios de Santa Julia, Frutal e Itapagipe, que são sede da Bunge (NOVACANA, 2018).

No complexo de carnes bovina, a rede de plantas industriais frigoríficas para o abate concentra-se nos estados do Centro-Sul do país, com destaque para São Paulo e Mato Grosso. E para além do cerrado, nos estados de Rondônia e Pará no Norte do país, onde predomina o bioma amazônico. No Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são os que possuem o maior quantitativo de plantas industriais do setor. Em Mato Grosso estão situadas dezoito plantas, sendo que onze filiais são da JBS. Em Mato Grosso do Sul são onze frigoríficos, sendo quatro da empresa JBS e três da empresa Navi Carnes. Em Goiás estão instaladas oito

unidades, sendo duas filiais da Marfrig e duas da JBS. No MATOPIBA, o destaque é para Tocantins, que contém oito plantas, sendo que quatro delas estão fixadas no município de Araguari. O Maranhão possui três plantas frigoríficas, no entanto Bahia e Piauí não contém unidades em áreas compreendidas pelo Cerrado. No Cerrado mineiro estão fixadas cinco plantas, duas pertencentes a empresa JBS (ABIEC, 2018).

As agroindústrias se enraizaram no Cerrado nos últimos anos. As cidades que são sede de agroindústrias interconectadas com o agronegócio sempre estão em uma posição geográfica e de logística estratégica. A escolha dos municípios sedes geralmente perpassam rodovias federais pelas respectivas manchas e/ou perímetros urbanos e estão próximos dos territórios produtivos. A lógica das agroindústrias é a instalação em corredores de escoamento e em zonas produtoras, pois se potencializa a circulação da produção tanto agroindustrial quanto das *commodities*.

As empresas que monopolizam o agronegócio se organizam em diversas atividades: financiamento da produção, originação de grãos, armazenamento, insumos (fertilizantes, sementes), processamento, exportação, cujo conjunto permite um controle notável do setor produtivo (LIMA, 2015). As corporações se enraízam no território e tornam-se os atores com grande influência e poder, tornando as cidades e a população muitas vezes reféns de suas decisões, criando os espaços do “fazer” e do “mandar” (SANTOS; SILVEIRA, 2006). As corporações usam o território e criam territorialidades, havendo, portanto, a expressividade máxima do uso corporativo no território em alguns casos de conformação de “cidades-empresa”.

O desempenho das corporações está associado aos números expressivos alcançados pelos Estados brasileiros. Em 2016 os municípios situados no Cerrado dominaram o ranking nacional da produção de soja, milho e algodão. Os principais produtos agrícolas cultivados no Brasil nos quesitos área plantada, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção estão na seguinte ordem decrescente: soja em grão; milho em grão; feijão em grão; arroz em grão; e algodão herbáceo (caroço de algodão) (BRASIL/IBGE, 2016).

O Mato Grosso é destaque em quantitativo da produção, sendo a segunda unidade da federação com maior participação no valor da produção agrícola do país, correspondendo 13,8% da produção nacional nos anos de 2015-2016. Conforme o IBGE (2016), os cinco municípios com maior valor de produção em 2016 no Brasil estavam em Mato Grosso. No ano de 2016 o estado liderou a produção de algodão do país, sendo responsável pela produção de 2,2 milhões de (T) de algodão, 64,1% da produção nacional. E manteve-se como o maior produtor de milho, produzindo 15. 339. 785 de (T), que correspondeu a 23,9% de todo o milho

produzido no país. E foi o maior produtor nacional de soja, onde produziu 26. 277. 303 (T) do cereal colhidos em 9. 102. 722 hectares, que corresponde 27,3% da produção nacional (BRASIL/IBGE, 2016).

Em 2016 o estado Goiás teve a segunda maior produção de cana-de-açúcar, produzindo mais 71. 061. 922 (T), correspondendo a 9,2% da produção nacional. Goiás é o quarto maior produtor de milho do país e o quarto maior produtor brasileiro de soja, produzindo 10. 239. 473 toneladas em 3. 310. 548 hectares. O Município goiano de Jataí alcançou a segunda colocação entre os maiores produtores em nível nacional, contribuindo com 1. 023. 000 (T). O estado de Mato Grosso do Sul foi o 4º maior produtor nacional de cana-de-açúcar ao produzir 51. 927 (T), que correspondeu a 6,8% da produção nacional. O município sul-mato-grossense de Rio Brilhante foi o campeão nacional em termos de produção, produzindo 8. 503. 085 (T). Em 2016 o estado foi o terceiro que mais produziu milho no país, compreendendo uma área de 1. 678. 387 de ha, que totalizou 9,4% da produção do país (BRASIL/IBGE, 2016).

A região do MATOPIBA, considera a última fronteira agrícola em expansão no cerrado, já se destaca na agropecuária brasileira. O estado da Bahia é o segundo maior produtor nacional de algodão, sendo impulsionada pelo oeste baiano (mesorregião incorporada pelo MATOPIBA). O município de São Desidério (BA) é o segundo no ranking nacional de produção. Outros 4 municípios baianos também se encontram entre os 20 maiores produtores do país. Em 2016 a produção de soja se mostrou consolidada no Oeste baiano e no Sul do Maranhão, com destaque para os municípios de Formosa do Rio Preto e São Desidério que foram o 2º e 6º no *ranking* nacional no quesito área plantada e quantidade produzida. Os municípios de Correntina (BA), Balsas (MA), Barreiras (BA), Tasso Fragoso (MA) e Luís Eduardo Magalhães (BA) figuraram respectivamente em 22º, 26º, 30º, 34º e 35º no mesmo *ranking*.

A região do cerrado mineiro, que adquiriu o *status* de “portal do Cerrado”, se destacou nacionalmente sobretudo na produção cafeeira e da cana-de-açúcar. O estado é o maior produtor nacional de café, em 2016 foram 1,8 milhões de toneladas colhidas. Minas Gerais tem dezessete municípios entre os vinte maiores produtores. Em 2016 o Estado foi o terceiro maior produtor de cana-de-açúcar, sendo que o município de Uberaba foi o 4º maior produtor nacional. Os municípios de Frutal e Santa Vitória também estiveram entre os vinte maiores produtores do respectivo ano. Minas Gerais também foi responsável por 9,1% da produção nacional de milho, com 5. 843. 579 (T) de milho colhidas. O estado foi o sexto maior produtor de soja, uma vez que a monocultura ocupou em 2016 uma área de 1. 458. 914 ha, com participação nacional de 4,9%.

Nesse contexto de expressividade quantitativa no campo no agronegócio atual há um movimento dos mercados individuais em direção a conformação de cadeias na perspectiva de redes (ZYLBERSZTAJN, 2017). Nesse sentido “os limites entre sistemas agrícolas e redes ainda precisam ser desenvolvidos (...). A perspectiva da análise de redes mostrou ser um ingrediente necessário para impulsionar os estudos dos sistemas de agribusiness (ZYLBERSZTAJN, 2017, p. 116, Tradução Nossa).” Seguindo essa perspectiva, de adotar o conceito de redes como um procedimento teórico-metodológico para estudos em sistemas agrícolas, propõe-se aprofundar no conceito de “Global Production Network”, que foi publicado pela primeira vez em 2002 no artigo “Global production networks and the analysis of economic development” por (Jeffrey Henderson; Peter Dicken; Martin Hess; Neil Coe; Henry Wai-Chung Yeung).

1.2 A IDEIA DE REDE E O CONCEITO DE REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL

Em meados do século XX Davis & Goldberg (1957) já compreendia que o *agribusiness* norte-americano não era uma organização autocrática passível de controle, até porque envolvia milhares de unidades agrícolas e unidades de negócio. Entretanto, os ramos do setor buscavam uma auto-organização com influência limitada através de associações, órgãos de conferência e comitês, envolvendo órgãos de pesquisa e instituições de ensino, pública ou privada, que formam mão-de-obra tecnicizada para o setor.

Na transição dos séculos, se tornou inevitável realizar uma abordagem multidimensional da complexa estrutura de atores que passaram a estar envolvidos na agregação de valor de uma matéria-prima através do trabalho, ou das complexidades e contradições provenientes das relações econômicas e sociais dos atores do agronegócio. Nesta perspectiva, o conceito tradicional de “Cadeia de Valor” é apontado como limitador no atual período de globalização.

Em contrapartida, desde a década de 1990 são publicadas propostas de atualização dimensional e de criação de novos quadros conceituais como “*Global Commodity Chain (GCC)*” - Cadeia Global de *Commodity* (CGM) e as propostas que buscaram superar o uso da terminologia “Cadeia” pela metáfora “Rede”: “*Actor-Network Theory (ANT)*” – Teoria do Ator-Rede (TAR) e “*Global Production Network (GPN)*” – Rede de Produção Global (RPG) (Box 2).

A proposta conceitual de Rede de Produção Global não é substitutiva aos conceitos de

Cadeia de Valor, Cadeia Global de *Commodity* e Teoria Ator- Rede, contudo os autores que criaram o conceito argumentam que a proposta emergiu dada a limitação conceitual existente e da necessidade de se fazer uma abordagem multidimensional mais profunda, que entendemos sendo necessário em tempos de flexibilização do capital (HARVEY, 1989) e modernidade líquida (BAUMAN, 2001).

BOX 2 - CONCEITOS CV - CGC - TAR

CADEIA DE VALOR – CV

O conceito de cadeia de valor é antigo da literatura de negócios. “Tem sido usado de forma mais proeminente por Michael Porter (1985, 1990) e tem obtido aceitação muito ampla na comunidade gerencial. Como em todos os usos da metáfora da cadeia, seu valor reside em sua ênfase nas estruturas sequenciais e interligadas das atividades econômicas, com cada elo ou elemento na cadeia adicionando valor ao processo (valor sendo definido em termos da remuneração da firma) (HENDERSON et al., 2011, p. 146).” O conceito Filière para cadeia, criado na década de 1970, alcança uma compreensão mais abrangente do sistema de produção e distribuição, por sua vez, a proposta se volta apenas para os agentes de grandes firmas e instituições estatais (HENDERSON et al., 2011). A crítica de Henderson et al. (2011) para com o conceito de Porter é dada pela desconsideração da importância dos contextos institucionais, dos arranjos territoriais e o poder corporativo no estudo do desenvolvimento econômico, sendo vista como um conceito limitador.

CADEIA GLOBAL DE *COMMODITY* - CGC

Considerada a mais completa das propostas conceitual de cadeia por (HENDERSON et al., 2011), a Cadeia Global de *Commodity* foi uma contribuição relevante desenvolvida por Gary Gereffi. O autor realizou uma distinção fundamental entre cadeia global, que são coordenadas por empresas líderes com dois perfis: compradores e produtores. Esta proposta “(...) consistiu em uma tentativa explícita de operacionalizar algumas das categorias dos sistemas-mundo para o estudo empírico das transações transfronteiriças baseadas na firma e sua relação com o desenvolvimento (GEREFFI, 1995). (...) tornou-se mais capaz de apreender a realidade das ‘novas’ formas de organização industrial que se tornaram objeto de atenção acadêmica nas décadas de 1980 e 1990 (HENDERSON et al., 2011, p.)” Conforme Gereffi et al. (1994, p. 2) apud Henderson et al. (2011, p. 148), as CGC são “(...) conjuntos de redes interorganizacionais agrupados em torno de uma mercadoria ou produto, ligando residências, empresas e Estados uns aos outros dentro da economia-mundo. Estas redes são situacionalmente específicas, construídas socialmente e integradas localmente, ressaltando o enraizamento social da organização econômica.” A crítica para o conceito é no sentido de não compreender os sindicatos, organizações não-governamentais. No entanto, foi considerado os elementos essenciais das organizações das firmas e redes inter- firma. Henderson et al. (2011) contextualiza que os esforços de pesquisa empírica se concentram na questão de governança da CGC, e dificilmente aborda temas sobre a reprodução da força de trabalho. Porém leva a proposta de transcender as limitações estado-cêntricas. Em um artigo publicado de Gereffi & Fernandez-Stark em 2011 intitulado “*Global Value Chain Analysis: A Primer*”, reconhece que o uso precoce de CGC focou nas “questões econômicas e de competitividade”, de modo que as questões sociais e ambientais foram incrementadas apenas nos estudos recentes. A CGC está “(...) agora explorando

novos tópicos, como questões de regulamentação trabalhista, desenvolvimento da força de trabalho, o esverdeamento das cadeias de valor e gênero (Gereffi; Fernandez-Stark, 2011, p. 4, Tradução Nossa).” Mas, conforme (Gereffi; Fernandez-Stark, 2011, p. 3), A estrutura de CGC “se concentra nas sequências de valor agregado dentro de uma indústria, desde a concepção até a produção e o uso final.” E, apontam quatro dimensões básicas exploradas pelo respectivo quadro conceitual: (1) uma estrutura de entrada-saída, que descreve o processo de transformação de matérias-primas em produtos finais; (2) uma consideração geográfica; (3) uma estrutura de governança, que explica como a cadeia de valor controlada; e (4) um contexto institucional no qual a cadeia de valor da indústria está inserida (GEREFFI, 1995, apud GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011, p. 4).

TEORIA ATOR-REDE

A Teoria Ator-rede foi iniciada na década de 1970, e desde então tomou diversas formas, no entanto, comumente é usada como uma teoria socióloga, com estudos na sociologia econômica, ambiental e na filosofia do conhecimento (BENCHERKI, 2017). Em síntese “(...) a ANT surgiu inicialmente como uma abordagem para o estudo da ciência e da atividade científica em Latour e a vida de laboratório de Woolgar (1979) e, em seguida, na ciência em ação de Latour (1987) (BENCHERKI, 2017, p. 2, Tradução Nossa)”. Uma característica da teoria é o enfoque à palavra “heterogeneidade”, bem como deixando claro o reconhecimento para com o caráter coletivo da ação (BENCHERKI, 2017). A abordagem da teoria prioriza o caráter relacional de ambos objetos e agência em redes heterogêneas, enfatizando que as entidades em redes poderão ser entendidas através das suas relações e conectividades, e que as redes são constituídas de coletividades híbridas de agentes humanos e não humanos (HENDERSON et al., 2011). Por sua vez, Henderson et al. (2011) entendem que a teoria é limitada para os estudos de desenvolvimento econômico, pois não realiza um exame das condições estruturais e das relações de poder presentes na arquitetura das redes de produção.

A palavra e a ideia de rede estão difusas nas ciências sociais e exatas, na popularidade e na vida prática (SANTOS, 2006). Afinal, “as definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social.” (SANTOS, 2006, p. 176).

É importante enfatizar que o uso da palavra “Rede” como significado de conexão/entrelaçamento, de maneira geral, vem sendo explorada como metáfora há algum tempo no meio acadêmico e tornou-se popular no ambiente social. Na Geografia, esta palavra como metáfora ganhou destaque na literatura para explicitar, por exemplo, as “Redes Urbanas” e as “Redes Técnicas”. Além da contribuição de Santos (2006) que propôs pensarmos à geografia pelas redes. No ambiente social as expressões “rede mundial de computadores”, “rede de telefonia”, “rede de internet”, “rede de franquias” e “redes sociais” se tornaram populares e exemplos emblemáticos. A metáfora rede é entendida como conexão tanto de pessoas, quanto de objetos e lugares.

Para Henderson et al. (2011) a substituição de “rede” pela metáfora “cadeia” dá-se pela conotação que esta última representa, pois cadeia é a “conceituação dos processos de produção e distribuição como sendo essencialmente verticais e lineares’ (HENDERSON et al., 2011, p. 150). Nesse aspecto, a lógica de RPG é antagônica ao pensar à nova dinâmica capitalista de acumulação flexível de capital. A crítica ao uso da palavra “*commodity*” é referente ao significado que esta adquiriu no século XXI, que representa mercadorias padronizadas e produzidas em grande escala e com pouca agregação de valor. Em suma, na atualidade as formas de produção pós-fordistas, flexíveis, não ficariam representadas.

E a opção dos autores pela palavra “produção” “põe ênfase sobre os processos sociais envolvidos na produção de bens e serviços e na reprodução de conhecimento, capital e força de trabalho” (HENDERSON et al., 2011, p. 152). E por fim, a opção por “global” é uma tentativa de se esquivar dos discursos centrados no Estado que tradicionalmente optaram por “internacional e transnacional”. Nesse sentido:

Há uma necessidade, portanto, de reorientar a atenção para as circunstâncias sociais sob as quais as mercadorias são produzidas e consumidas e, assim, evitar o perigo constante de deslizar para uma percepção das mercadorias como blocos de construção desumanizados envolvidos na produção de outras mercadorias. (...) Além disso, esta abordagem deve também permitir geografias sociais mais complexas a serem reveladas, no sentido de que os agentes em uma variedade de locais podem se combinar para influenciar o processo de produção (HENDERSON et al., 2011, p. 152).

Essa última reflexão corrobora com a ideia de que os padrões privados de certificação influenciam os processos de produção nos lugares, e geram governanças. A proposta de Redes de Produção Global é “um modelo para a análise da integração econômica e sua relação com as assimetrias do desenvolvimento econômico e social” (HENDERSON et al., 2011, p. 143). O modelo RPG quebra a perspectiva de análise central Estado-Cêntrica em pesquisas sobre o desenvolvimento econômico e visa acompanhar as mudanças que estão ocorrendo na organização das atividades econômicas, que na contemporaneidade transcendem as fronteiras estatais e territoriais.

Nesse momento, o desafio é entender como acontece as transformações da relação dos lugares com os fluxos globais de capital, trabalho, conhecimento, poder etc. (HENDERSON et al., 2011). Os autores reconhecem que RPG não é uma estrutura totalizante das complexidades da globalização, mas propõe um quadro teórico-metodológico para realizar uma melhor análise acerca do papel que cada ator desempenha na rede produtiva.

A proposta de RPG propõe identificar como as empresas **inter-firmas** estão inseridas

no novo sistema de organização industrial. Nesta proposta, entende-se como empresas inter-firmas as empresas que fazem parte de alguma etapa da produção de uma empresa-líder - conquistando inclusive autonomia nas formas de produção. Uma Rede de Produção Global possui também uma **Empresa Líder**, que por sua vez, detém “parceiros estratégicos”, “parceiros especializados” e os “consumidores”. O foco de análise é a empresa líder, pois por definição ela se posicionada como dominante em uma RPG, contudo, não é algo necessário e, ademais, geralmente as empresas estão em mais de uma RPG. É possível ter como foco vários pontos da rede (COE; DICKEN; HESS, 2008).

A proposta de RPG destaca “a natureza e extensão das relações inter-firmas que ligam conjuntos de firmas dentro de agrupamentos econômicos maiores” (STURGEON, 2001, p. 10 apud HENDERSON et al, 2011, p. 150). Os autores propõem analisar as Redes de Produção Global por meio das categorias de Valor, Poder e Enraizamento e com as dimensões de Valor e Estrutura, Figura 3.

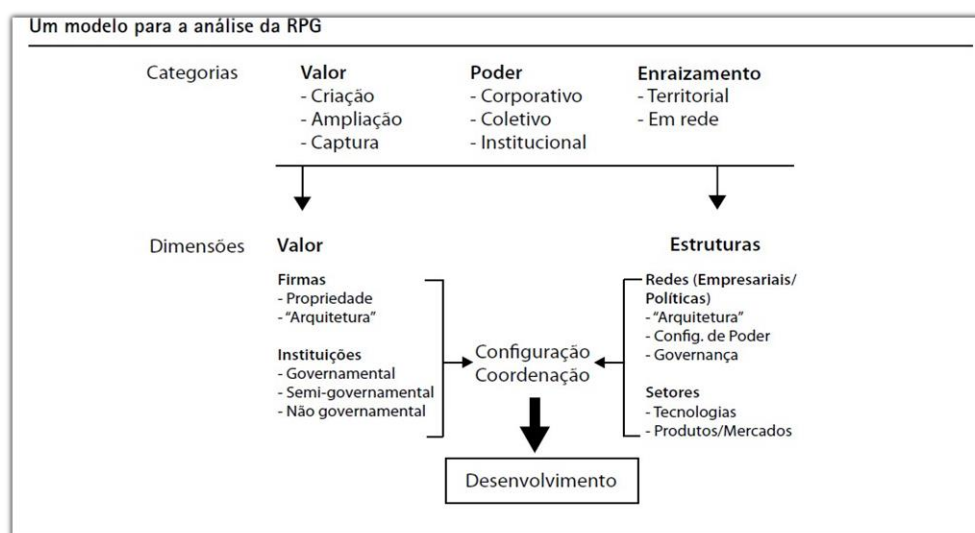


Figura 3 - Modelo de análise da RPG

Fonte: HENDERSON et al. (2011); Tradução de Rodrigo Santos (2011, p. 155)

Conforme HENDERSON et al. (2011), o **valor** é entendido na perspectiva marxista de mais-valia e/ou renda econômica. O valor criado refere-se as questões que envolvem as condições (tecnológicas, culturais, institucionais etc.) em que a força de trabalho é convertida em trabalho real. Contudo, pode-se haver valor ampliado e valor capturado. O valor ampliado diz respeito as circunstâncias que o valor pode ser ampliado na produção de um produto ou a prestação de serviço por uma rede – por exemplo sofisticação tecnológica. O valor capturado faz referência as circunstâncias em que o valor possa ser capturado – pois, o valor poderá ser capturado em locais onde ele não é criado. Esse fato é provocado pelo tipo de governança

corporativa e política governamental.

Na segunda categoria, a empresa desenvolve relações de **poder** com foco em grandes agentes na configuração de RPG e das atividades que elas desenvolvem, sempre influenciando outros agentes econômicos, políticos e sociais. Foram três formas de poder: a) poder corporativo – diz respeito a capacidade da empresa líder de influenciar decisões e alocar recursos; b) poder institucional – faz referência ao poder dos Estados nacionais e locais, agências interestaduais, agências de riscos, confederações, bem como instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), agências da ONU (OIT e FAO) etc.; c) poder coletivo – compreende os agentes coletivos que buscam influenciar instituições como FMI e OMC. Exemplo de agentes são os sindicatos, associações, ONGs de direitos humanos e ambientais, tanto de influência local quanto internacional.

O **enraizamento** consiste na relação que a empresa gera ao desenvolver suas atividades econômicas e até de criação de outros agentes nos lugares em que estão instaladas. Existem duas formas de enraizamento: a) enraizamento de firma e de rede: se refere aos diferentes lugares que as empresas da RPG se fixam no território; b) enraizamento de rede: a segunda forma diz respeito a estrutura da rede e o grau de conectividade que esta apresenta para os agentes envolvidos. Em suma, as categorias de valor e enraizamento estão diretamente vinculadas aos contextos sociais e culturais dos lugares de produção e tendem a ter uma relação maior com as pessoas e as corporações.

Nesse contexto, “a natureza e a articulação precisas das redes de produção centradas na firma são profundamente influenciadas pelos contextos sociopolíticos dentro dos quais elas estão enraizadas” (HENDERSON et al., 2011, p. 153). É possível conhecer a natureza das RPGs nos lugares, é no espaço geográfico que as redes operam e são modeladas e reformuladas, a depender das assimetrias espaciais. As assimetrias espaciais são produzidas pela sociedade civil, os trabalhadores, consumidores, estados etc.

Os atores envolvidos ou partes interessadas revelam diferentes formas de exercer influência e poder, possibilitando aflorar novas governança's. A governança foi a questão mais priorizada nos conceitos de CGC e RPG. Já o poder, é medido pelas situações de barganha que determinado ator possui (COE; DICKEN; HESS, 2008). Em suma, Coe; Dicken e Hess (2008, p. 30-31) defende que há vantagens para o uso de RPG (Box 3).

BOX 3 - SETE VANTAGENS PARA USO DE RPG

Por COE; DICKEN; HESS (2008, p. 30-31, Tradução Nossa)

- 1- Tem a capacidade de incluir todos os principais atores, não apenas "produtores".
- 2- É totalmente flexível em termos de escala geográfica.
- 3- Reconhece que a natureza precisa e a articulação das RPGs são fundamentalmente influenciadas pelos contextos socioespaciais concretos em que estão inseridas.
- 4- Força-nos a distinguir entre a imersão territorial e a imersão na rede (conexões entre os membros da rede, independentemente do país de origem ou localização em locais específicos).
- 5- Facilita uma articulação das relações de poder mais sutil do que tem sido o caso da análise do tipo cadeia. A esse respeito, ela nos permite não apenas analisar o poder corporativo, mas também o poder institucional (estados em diferentes níveis, bem como as instituições "globais") e o poder coletivo (por exemplo, Organizações da Sociedade Civil (OSC), sindicatos).
- 6- Nos permite identificar os pontos dentro da rede onde o valor é criado (e para quem), onde é capturado (que pode não estar no mesmo lugar) e como esse valor pode ser melhorado (por exemplo, em termos de atualização).
- 7- E relacionado, levanta a possibilidade de identificar potenciais pontos de intervenção ou resistência dentro da rede por, por exemplo OSC (como no caso de movimentos de boicote de consumidores, iniciativas de comércio ético e afins).

Conforme Coe; Dicken e Hess (2008), as pesquisas que envolvem rede de produção global focadas nos atores do trabalho, consumidores e organizações da sociedade civil ainda foi pouco explorada, ainda que desempenham um papel fundamental para as RPG. Nesse sentido, os autores reconhecem que tanto a abordagem cadeia quando a de rede focam na produção e ignoram o consumo. Desse modo “(...) as empresas compõem a principal unidade de análise nos estudos do CGC e, um desafio é ampliar nossa compreensão das redes de produção para incorporar espaços-chave de consumo e em particular no caso de bens de demanda final” (LESLIE; REIMER apud COE; DICKEN; HESS, 2008, p. 26, 1999).

No entanto, Coe e Yung (2015, p. 54-57) enfatizam que os atores intermediários ganharam destaque nas RPG, por conectarem vários atores, podendo ser atores firmas ou extra-

firmas. A exemplo de atores intermediários tem-se as instituições financeiras, empresas de logística, associações comerciais, organizações criadoras de *standards* socioambiental etc. Estes atores adquiriram grande relevância nos sistemas econômicos contemporâneos, sendo facilitadores do funcionamento das RPG.

As organizações criadoras de padrões privados que atuam na certificação socioambiental desempenham um papel de dominação na intermediação das RPG. Por sua vez, os padrões internacionais podem representar uma barreira de entrada dos produtores em uma Rede de Produção Global, devido aos custos econômicos, sociais e institucionais (COE; YEUNG, 2015, p. 54-57).

“DISNEYLANDIA
*(...) Momias egipcias y artefactos incas en el
Museo de Nueva York
Linternas japonesas y chicles americanos en los
bazares coreanos de San Pablo (...)
Multinacionales Japonesas instalan empresas
en Hong-Kong
y producen con materia prima brasileira
para competir en el mercado americano
Literatura griega adaptada para
niños chinos de la comunidad europea*
Arnaldo Antunes/Jorge Drexler



| CAPÍTULO II |

DO COMÉRCIO JUSTO ÀS MESAS REDONDAS GLOBAIS DE CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Na contemporaneidade diferenciar produtores e produtos tornou-se uma estratégia a priori comercial, mas também de preservação da imagem das corporações atentas as exigências que emergem da sociedade. Assim, foram criados mecanismos de diferenciação, como a certificação socioambiental, que de forma sistêmica condiciona novas formas de produção e de governança.

As primeiras iniciativas privadas de certificação de cunho social e ambiental propagaram-se em escala local/regional e *posteriori* passaram a envolver atores em escala global com o adensamento da globalização da economia. Entretanto, o movimento internacional de Comércio Justo⁹, iniciado desde a década de 1940 (segundo o próprio movimento Fair Trade), já atuava nessa pegada de boas práticas sociais e ambientais entre os produtores, empresas, trabalhadores e consumidores.

2.1 A CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO SETOR AGROALIMENTAR: UM INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA's

A certificação socioambiental é derivada da certificação comum (Box 4), que surgiu com a funcionalidade de diferenciar produtos ou serviços na esfera comercial. “O surgimento desse mecanismo deve ser analisado a luz do comércio internacional, que tem na Organização Mundial do Comércio (OMC) sua principal referência” (PINTO; PRADA, 2008, p. 21-22). Ademais, a OMC não distingue mercadorias que venham a ter processos diferentes na sua produção, fator este que impulsionou a organização empresarial e setores da sociedade a criarem mecanismos para distinguir produtos ou serviços (CARVALHO, 2007).

⁹ Conforme a *WFTO, Fairtrade International e European Fair Trade Association* o movimento busca contribuir para o desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições comerciais e garantindo os direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados - especialmente no Sul global. Comércio Justo é uma parceria comercial baseada no diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional.

BOX 4 – CERTIFICAÇÃO

A palavra “certificar” no dicionário significa: declarar certo; convencer da certeza; averiguar; adquirir a convicção de. Nesta perspectiva, para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) “certificação é um processo no qual uma entidade independente (3ª parte) avalia se determinado produto atende às normas técnicas. Esta avaliação se baseia em auditorias no processo produtivo, na coleta e em ensaios de amostras” (ABNT, 2014). Pinto e Prada (2007, p. 23) afirma que a certificação “(...) independente, ou de terceira parte, baseia-se numa verificação do cumprimento de determinados princípios, critérios ou regras pré-estabelecidas, por meio de auditorias e de outros procedimentos de monitoramento, por entidades especializadas em avaliação”. E, “conceitualmente, a certificação deve ser entendida como um instrumento econômico, baseado no mercado, que visa a diferenciar produtos e produtores, fornecendo incentivos tanto para consumidores como para produtores (...)” (PINTO; PRADA, 2007, p. 24). Os padrões estabelecidos pela **organização certificadora** são a base para os grupos de interesse, por isso a importância de se discutir incansavelmente, com embasamento técnico e científico, a criação dos **princípios e critérios** para que tenha **legitimidade e reconhecimento social**. Desse modo, é imprescindível que ocorra uma participação **colaborativa e democrática** com todas as **partes interessadas** (PINTO; PRADA, 2007). Ainda conforme Pinto & Prada (2007, p. 28) “cada princípio é discriminado e detalhado em uma série de **critérios**, que traduzem as ideias expressas nos **princípios** por meio de elementos que possam ser medidos e/ou avaliados.” Neste processo, os **indicadores** identificados no campo, são cruciais para definição de cada critério, mas estes tornam-se mutáveis de acordo com os fatores físicos, ecológicos, sociais, econômicos e culturais (PINTO; PRADA, 2007). A condução de todo o processo com transparência (da definição dos princípios e critérios à certificação da produção), se cumpre de forma mais rigorosa com o **credenciador**. O credenciador “(...) é a entidade que regulamenta o funcionamento da certificação, define a maneira de aplicar os **padrões** e fiscaliza a atividade de certificadores. E a instância onde os grupos de interesse discutem a definição ou revisão dos **padrões**, e onde podem identificar as certificações e os procedimentos considerados inadequados, por parte de certificadores e certificados, ou apelar contra essa inadequação” (Pinto; Prada, 2007, p. 28, grifo do autor). No processo de certificação a monitoria do processo produtivo é recorrente, uma vez que as auditorias devem acontecer com certa periodicidade. Há dois mecanismos de certificação, o primeiro certifica a produção (certificando a produção conforme o padrão); e a cadeia de custódia, que verifica a origem do produto, rastreando todo o “caminho”. O enquadramento de produtores aos padrões definidos pelas instituições credenciadoras pode ter custos elevados, desse modo, as credenciadoras criaram o mecanismo de certificação em grupos; esta alternativa aumenta consideravelmente a viabilidade de certificação de pequenos e médios produtores. A vigilância é um aspecto positivo para a geração de credibilidade a instituição certificada, sendo este fator responsável pelo elo de confiabilidade para com a sociedade civil organizada (ativistas ambientais, movimentos sociais etc.) (PINTO; PRADA, 2007). Os padrões de certificação, a partir dos seus princípios e critérios, podem produzir oportunidades em várias perspectivas para os grupos de interesse. De acordo com Pinto e Prada (2008, p. 30-31, grifo do autor): a) **Consumidores** – passam a ter opção de produtos a adquirir, tendo acesso a verificação da origem deles; b) **Grupos Ambientais e Movimentos Sociais** – oportuniza a participação desses grupos no processo de definição dos padrões de certificação; permite o acompanhamento dos processos de certificação pela certificadora; possibilita pressionar outras cadeias produtivas e regiões produtivas a se padronizarem com os exemplos de

produtos e produtores já certificados; c) **Estado** – as certificações que tenham credibilidade entre os grupos envolvidos, podem possibilitar que o Estado se aproprie desses mecanismos para formulação de políticas públicas na perspectiva da legislação, critérios de financiamento, tributações e linhas de investimentos nacionais e internacionais por exemplo; d) **Pesquisadores** – as instituições de pesquisa são pressionadas a desenvolver sistemas e técnicas de produção mais rápidas, eficientes, de baixo custo e menor impacto socioambiental; e) **Produtores** – a oportunidades diretas e indiretas, como: diferenciação do produto e produtor; acessar mercados mais exigentes quanto a origem e formas de produção; a certificação independente, feita por terceiros, pode garantir a idoneidade do produtor; garantia do mercado aos produtos certificados. E, para além de um mecanismo de mercado, a certificação é um movimento com o protagonismo do setor privado, por meio de “(...) entidades certificadoras, que articulam *stakeholders* (atores) em redes transnacionais e passam a competir com Estados e organizações internacionais na produção de padrões sociais, trabalhistas e ambientais” (VEIGA; RODRIGUES, 2010, p. 3-4). A certificação e *labelling* (rotulagens) também exercem o papel de barreiras não tarifária, pois podem provocar restrição de mercado.

Em relação ao movimento de diferenciação de mercadorias e produtores na perspectiva socioambiental¹⁰, “nos anos 1980 e 1990, começaram a ser aplicadas as primeiras medidas europeias visando preservar o meio ambiente e a qualidade dos produtos” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 485). Os planos que foram criados disponibilizavam, inclusive, ajuda financeira aos produtores agrícolas que reestruturassem as formas de produção tendo como pilar a incrementação de práticas geradoras de qualidade socioambiental. Assim, emergiu com mais força os certificados que atestavam a origem do produto e distinguiu, com base em princípios e critérios, o uso de boas práticas agrícolas (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A Certificação Agrícola surgiu em países europeus, com tradição em produzir e em valorizar alimentos com características organolépticas especiais. Os certificados desses produtos visavam e visam a identificar aqueles com qualidade superior, ou advindos de regiões agrícolas com métodos tradicionais de cultivo e de processamento de determinada cultura. Dessa forma, desenvolveram-se Selos, como o Label Rouge e o Label Montagne, na França, entre outros (PINTO; PRADA, 2007, p. 32).

A certificação socioambiental ganhou força com a “preocupação de movimentos ambientalistas e sociais e de consumidores da Europa e dos EUA com os impactos ambientais e sociais associados à produção de países tropicais ou em desenvolvimento” (PINTO; PRADA, p. 25, 2007). Pois, o *agribusiness* globalizado ao ser incorporado por países com vocação agrícola, potencializou os problemas socioambientais ao ocupar áreas cada vez mais extensas,

¹⁰ Entretanto, a FAO que é o órgão responsável pela Agricultura e Alimentação da ONU historicamente debate na comunidade internacional desde a sua fundação em 1945 a necessidade do exercício de boas práticas na agricultura.

ocasionando impactos significativos no meio ambiente a partir da exploração dos recursos naturais. A produção das *commodities* nestes países, está relacionada diretamente com a degradação da água, solo e biodiversidade, bem como a precarização das relações trabalhistas, uma vez que existem vários estudos que atestam esses problemas nas regiões produtivas.

Os mercados desenvolvidos são mais maduros e estáveis, e possuem características relativamente previsíveis, com aspectos bem estabelecidos, como logística, varejo e ambiente institucional. Essa maturidade se reflete na população que tende a buscar produtos e serviços diferenciados, com diversos nichos buscando produtos saudáveis, tendências ambientais e sociais, entre outros (GUNDERSON et al., 2014, p. 53, Tradução Nossa).

Os sistemas de certificação socioambiental nas redes agroalimentares tornaram-se um movimento que vem transformando de forma progressiva os princípios e critérios estabelecidos no processo produtivo de uma gama de setores na dimensão econômica, social e ambiental. E “mesmo que com especificidades de objetivos, os principais sistemas rumam para uma abordagem socioambiental, o que implica promover mudanças amplas nos sistemas de produção” (PINTO; PRADA, 2007, p. 34).

A certificação passou a exercer não apenas influência, mas criar e controlar novas formas de produção, criando uma governança por meio de arranjos institucionais (VEIGA; RODRIGUES, 2010) sobretudo de âmbito privado, mas entrelaçado com o público. Para Veiga e Rodrigues (2010) a estimativa de redução de padrões socioambientais gerada pela maximização do ideário liberal não se concretizou na medida em que “assiste-se ao adensamento de marcos regulatórios públicos e *standards* privados em um processo de pulverização de iniciativas, e não de harmonização e isonomia competitiva global” (VEIGA; RODRIGUES, 2010, p. 4).

Os *stakeholders* promovem uma institucionalidade híbrida na política internacional, formando novos arranjos internacionais público/privado entre o local e o global, que alteram a configuração de poder (VEIGA; RODRIGUES, 2010). “Esse fenômeno coloca desafios teóricos e conceituais para a literatura acerca da ‘governança privada’ e da ‘privatização da autoridade’ já que a esfera pública está envolvida na constituição desses arranjos” (VEIGA; RODRIGUES, 2010, p. 8). O entrelaçamento do privado com o público é um elemento estratégico dos agentes econômicos na correlação das forças socioeconômicas, ainda que a institucionalidade estatal seja tratada como sinônimo de garantia de interesses por meio das decisões políticas e jurídicas.

(...) cada país tem desenvolvido e implementado suas normas de certificação, principalmente de produção orgânica. Isso tem enfraquecido as iniciativas da sociedade civil e resultado em normas diferentes, entre países, para produtos que, a princípio, teriam as mesmas qualidades. A participação de governos, a criação de selos específicos para culturas ou cadeias de produtos, a disputa entre sistemas internacionais ou locais de certificação e a criação de sistemas específicos para demandas de determinados grupos sociais resultou numa proliferação de sistemas, selos e certificados (PINTO; PRADA, 2007, p. 34).

Conforme Bezerra (2012, p. 172) “com a criação dos sistemas de auditoria e certificação de alimentos, estabeleceu-se, também, um novo nicho de mercado: o das auditorias.” Em suma, a diversidade de sistemas de certificação impulsionou a criação de um nicho de auditorias e acreditação, que é resultado da necessidade contínua de aperfeiçoamento que assegure a credibilidade dos órgãos credenciadores perante as redes de produção e a sociedade.

Nesse sentido, a certificação socioambiental também é uma preocupação crescente, e passou a ser vista como um mecanismo capaz de incrementar boas práticas nos métodos de produção, podendo ser um caminho menos danoso ao meio ambiente e mais responsável com o trabalhador. Além disso, os sistemas de certificação são uma forma de restaurar a confiança do consumidor, fragilizada com problemas sanitários recorrentes, uma vez que “acredita-se em que ela possa contribuir para que se criem mudanças socioambientais, transformando-se também num mecanismo de governança” (PINTO; PRADA, p. 21-22, 2008).

Mas ao falar em governança, torna-se importante pontuar qual governança nos referimos, uma vez que na contemporaneidade o conceito Governança¹¹ está inserido em múltiplos meios e conota múltiplos significados. No passado, o termo já foi mais direcionado para um contexto específico. O termo se propagou no mundo empresarial e posteriormente foi incorporado onde há relações intrínsecas de poder, passando a ser usual nas organizações tanto da esfera público quanto privado.

Por muito tempo governança tornou-se sinônimo de governo, referindo-se as deficiências dos Estados nas políticas econômicas, sendo muito utilizado a partir da década de 1980 por economistas neoliberais que apontavam novas práticas estruturais institucionais em nome de uma boa governança (DALLABRIDA; BECKER, 2003). Contudo, o conceito ganhou muitos entendimentos, como caracterizado por Rhodes em (1996) e (2007), tendo como base o contexto britânico. Ao menos seis usos apontados pelo autor revelam o caráter heterogêneo de

¹¹ O termo surgiu em 1937 no artigo intitulado “The Nature of the Firm” de Ronald Coase. Por ora, ganhou destaque na década de 1970 com Oliver Williamson, que passou a usar governança “para designar “os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes”, referindo-se aos protocolos internos, quando a firma desenvolve suas redes e questiona as hierarquias internas (...)” (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 76).

governança (Box 5).

BOX 5 - USOS DE GOVERNANÇA

Usos de Governança por Rhodes (1996, p. 653-663, grifo do autor): I) **Governança como Estado mínimo** – uma utilização que associa o termo com a redução da extensão do Estado. Neste caso, redução da atuação do Estado em gastos com serviços públicos. Neste uso, governança encapsula a concepção ideológica de menos Estado; II) **Governança como Governança Corporativa** – refere-se a um guia geral de supervisão e controle das ações administrativas de uma empresa. Mais tarde foi cooptada por algumas instituições públicas; III) **Governança como o novo gerenciamento público** – o “novo gerenciamento público” na Grã-Bretanha sofreu influências das correntes do gerencialismo e economia institucional, ambas criadas no ambiente privado. O gerencialismo refere-se a gestão por resultados, proximidade com o cliente e metas de desempenho. A economia institucional nada mais é que o incentivo da concorrência, diminuição de burocracias e escolha do consumidor; IV) Governança como “Boa Governança”¹² – conforme Rhodes, Leftwich identifica três vertentes da boa governança - a sistêmica, a política e a administrativa. A primeira transcende o governo, compreendendo o poder político e econômico interno e externo. A vertente política diz respeito a um Estado com autoridade e mandato democrático. Já no uso administrativo, se associa a um Estado com serviço público eficiente, responsável e auditado; V) **Governança como Sistema sócio-cibernético** – conforme Rhodes, para Jan Kooiman, a denotação de Governança transcende os limites estatal e/ou corporativo, sendo construída por um processo que contempla multiatores, envolvendo setores públicos, privado e voluntário; Kooiman enxerga a Governança como “o resultado de formas sócio-políticas interativas de governar”. Ou seja, a Governança é “resultado 'comum' dos esforços de intervenção em interação de todos os atores envolvidos. Esse padrão não pode ser reduzido a um ator ou grupo de atores em particular” (RHODES, 1996, p. 657, Tradução Nossa); VI) **Governança como Redes auto-organizadas** - Esta Governança extrapola as questões governamentais, envolvendo muitos atores que conformam redes interorganizacionais, que trocam serviços, informações, conhecimento etc. Rhodes explana que esta Governança tem a ver com o gerenciamento das redes. Este gerenciamento não é trivial do setor público, mas sim de muitas organizações (no âmbito público, privado e voluntário) que se auto-organizam em formato de redes com base na confiabilidade, reputação, cooperação e reciprocidade mútua. Em suma, as redes são autônomas e autogovernáveis, o governo não possui poder de controle soberano, na verdade faz parte do bojo de atores que conformam as redes auto-organizadas, que “desenvolvem suas próprias políticas e moldam seus ambientes” (RHODES, 1996, p. 659, Tradução Nossa). Ainda que Rhodes considere que estipular um entendimento de Governança seja arbitrário, o autor reuniu elementos destes usos e propôs Governança como redes auto-organizáveis e interorganizacionais.

¹² O Banco Mundial incorporou o uso de “Boa Governança” como critério de concessão de crédito, sobretudo, aos países em desenvolvimento, tendo como exigência a concorrência de mercados, privatizações de empresas públicas e redução das obrigações do Estado com serviços entendidos como públicos (RHODES, 1996).

Nesta perspectiva, Rosenau (2000) traz governança como um fenômeno que abrange as instituições governamentais e os organismos de caráter não-governamental. Para ele “(...) a governança é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos” (ROSENAU, 2000, p. 16).

E para Jessop (2016, p. 165, Tradução Nossa) “governança refere-se a mecanismos e estratégias de coordenação em face da interdependência recíproca complexa entre atores, organizações e funções funcionais sistemas.” Esse perfil multidimensional de governança revela a coexistência de distintas formas de controle (BEZERRA, 2012). Essas formas de controle são oriundas de inúmeras organizações que estão em escalas espaciais diversas, trazendo consigo complexidades diversas.

A questão espacial que envolve as práticas de governança, está relacionada com as relações de poder entre os atores. As ações dos atores no território dão o caráter da governança territorial que está sendo exercida. Dallabrida e Becker (2003, p. 80) delimitam Governança Territorial da seguinte forma:

(...) como o exercício do poder e autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando ao desenvolvimento de uma região ou território (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 80).

A identificação de práticas em prol do exercício da Governança Territorial podem ser através dos “diversos tipos de fóruns ou conselhos de desenvolvimento, as agências ou associações de desenvolvimento local ou regional, grupos de interesse diversos, associações cooperativas, consórcios, associações de classe, associações de produtores ou empresariais, dentre outras” (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 81).

A luz dessa compreensão, torna-se possível averiguar quais “governanças” estão sendo coordenadas pelos atores, e identificar em específicos a atuação das governanças territoriais. Mas antes realizarmos este exercício empírico, que será no âmbito da certificação socioambiental da sojicultura no Cerrado brasileiro, é necessário tratar da variável do ativismo de consumo, que por ora se tornou um elemento com grande influência direta nas redes agroalimentares, e tem tudo a ver com o movimento da certificação socioambiental.

2.1.1 “Consumo de Ativismo” influi o movimento da Certificação

Na contemporaneidade o fenômeno do ativismo no consumo tem influenciado as redes agroalimentares. As empresas alimentícias estão cada vez mais sendo cobradas por nichos da sociedade e o poder público, uma garantia de origem e segurança na produção de produtos. O consumidor final deixou de ser um ator receptor e passou a se posicionar como um regulador indireto da produção, conforme o seu poder de barganha. Este poder vem sendo adquirido por arranjos organizacionais e/ou através de movimentos de pressão.

É possível ver repúdio coletivo em campanhas impulsionadas por ONGs contra corporações que produzem ou faz aquisição de produtos que violem as boas práticas sociais e ambientais (WINSTON, 2002). Na perspectiva de “consumo consciente”, o consumo identitário tem se tornado uma prática política, sendo possível identificar cada vez mais grupos da sociedade organizados para atuar na sensibilização de consumidores a aderirem esse movimento (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005). No “consumo consciente” se viu uma oportunidade de disputa política, que mudou a estratégia de atuação de movimentos que se concentravam na produção (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005).

O comportamento dos consumidores é influenciado pelas “características sociodemográficas, as necessidades, motivações e personalidade, as percepções e imagens, os grupos e líderes de opinião, a classe social, o estilo de vida, a cultura e os valores (SCHMIDT, p. 31, 2012)”. Além destas variáveis, a cultura e os sistemas socioeconômicos influenciam na percepção dos consumidores para com a qualidade dos produtos e o ato de decisão para compra.

Nesse contexto, uma das variáveis dos sistemas de certificação é a organização dos consumidores através de organizações não-governamentais para prática do “consumo consciente”. Conforme Hatanaka; Bain e Busch (2005), a parcela de consumidores que buscam por produtos que lhe fazem se sentir socialmente mais responsáveis é pequena, porém este grupo segue em expansão ano após ano, despertando o interesse e o reconhecimento, por exemplo, de redes de supermercado e *fast-food*. Como exemplo de ações perceptíveis que consideram este aspecto se tem as feiras e seções de supermercados destinados aos produtos orgânicos. No caso dos supermercados, existem ainda as seções reservadas aos produtos sem glúten, zero açúcar e sem lactose, bem como o crescente número de novas unidades de restaurantes vegetarianos.

É importante salientar o papel das redes de supermercados neste processo, pois o setor ganhou influência nas últimas décadas pelo seu grande poder econômico e o contato direto que possui nas negociações com o consumidor e os seus fornecedores. São as redes de

supermercados que decidem de quem e o quanto comprar (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005). Os supermercados investem hoje nas suas próprias marcas e em sistemas próprios de garantia, origem e rastreabilidade, a exemplo da rede de supermercado francesa Carrefour que criou o seu próprio programa para o subsetor de carnes (programa de origem e qualidade Carrefour).

Em relação a percepção dos consumidores aos produtos certificados, há uma alteração de acordo com a realidade de cada país, até porque qualidade é considerado um conceito complexo. Os fatores que produzem interesse nos consumidores brasileiros de consumir produtos certificados são: segurança alimentar; confiança e credibilidade do produto; garantia de conservação dos alimentos; alimentos mais nutritivos; hábitos de vida saudáveis; e análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Por sua vez, um percentual dos consumidores não percebe diferença e a certificação ainda é algo a ser esclarecido. E, para além dos consumidores que utilizam alimentos certificados na sua residência, há os restaurantes que também se tornaram locais de consumo de produtos certificados, sobretudo, da linha de orgânicos (SCHMIDT, 2012).

Nesse contexto, percebe-se que o potencial de expansão dos sistemas de certificação está atrelado a percepção dos consumidores para com a necessidade de haver ferramentas de controle e fiscalização que remetem confiabilidade na origem e procedência dos alimentos. Entretanto, a renda mensal e o número de pessoas no grupo familiar, a escolaridade e os preços mais elevados de produtos certificados ainda são apontados como os entraves da expansão do consumo de certificados (SCHMIDT, 2012).

Nesse sentido, é possível atestar que os consumidores influenciam o surgimento de uma nova governança nas redes agroalimentares quando priorizam o consumo de produtos certificados, porque os sistemas de certificação ao definirem um padrão de produção com princípios e critérios, alteram as formas de produção. Em suma, os sistemas de certificação não exercem apenas influência, mas também gera casos de governança territorial nos lugares de produção.

2.2 COMÉRCIO JUSTO E AS INICIATIVAS GLOBAIS DE CERTIFICAÇÃO NO SETOR AGROALIMENTAR

As principais organizações globais de comércio justo fundadas foram a *European Fair Trade Association* (1987), a *World Fair Trade Organization*, WFTO (1989) e a *Fairtrade International* (1997). Estas organizações, juntamente com a *International Federation Of Organic Agriculture Movements (IFOAM)*, criada em 1972, fazem parte da primeira onda de organizações que surgem e criam padrões sociais e ambientais conforme apontado por Challies (2012) e Djama et al. (2011). Challies (2012, p. 180, Tradução Nossa) identifica três ondas sucessivas que levam a criação de *standards* sociais e ambientais:

1. uma onda orientada para o movimento social do final da década de 1970, com suas raízes em produtos orgânicos e comércio justo, inicialmente apoiando modelos alternativos de produção e comércio e visando nichos de mercado;
2. uma onda de empresa para empresa nos anos 1990, baseada em segurança técnica de alimentos e padrões de qualidade para os principais mercados;
3. uma onda de participação de multi-stakeholder desde o início dos anos 2000, combinando elementos das duas ondas anteriores e caracterizada pela formação de consenso gerencialista, auditoria e análise comparativa.

Challies (2012) nomeia as iniciativas de *standards* privados de *voluntary private social standards (VPSS)*, ou padrões voluntários sociais privados. O autor identificou três grupos de padrões privados voltados para a certificação: 1 - padrões privados promulgados pela sociedade civil ou atores corporativos, com ou sem colaboração do setor público; 2 – padrões que são o produto da negociação entre atores corporativos e da sociedade civil ou entre os três tipos de atores; 3 – padrões de *multi-stakeholder*, ou seja, com múltiplas partes interessadas como visto nas mesas-redondas de discussão global.

No segundo momento, a partir da década de 1990 surgiram as iniciativas de *standards* votadas especificamente para a certificação socioambiental do setor do varejo, sendo estas iniciativas próprias das redes de supermercados europeias como o caso da *Tesco Nature's Choice*, a *Garantia de Origem Carrefour*, a *Field to fork Marks & Spencer* e a *Albert Heijn BV*. Além das certificações coletivas nacionais do Reino Unido como a *Assured Food Standards*, *British Retail Consortium Global Standard* e *Freedom Food*, bem como a *EUROGAP* (1997) (HENSON; HUMPHREY, 2011, p. 154).

No terceiro momento, a partir dos anos 2000 se tem a difusão de grupos de trabalho para a criação de mesas redondas de *multi-stakeholder* para as tradicionais cadeias de

commodities utilizando-se da certificação como um instrumento de normatização de boas práticas agrícolas: a *Round Table on Sustainable Palm Oil – RBS* (óleo de palma) em 2004; em 2005 a *Bonsucro* (Cana-de-açúcar) e a *Better Cotton Initiative* (algodão); em 2006 a *Round Table Responsability Soy* (Soja); em 2007 a *Round Table on Sustainable Biomaterials* (Biomassa, Biocombustíveis, Biomateriais) e a *GLOBALG.A.P* - antiga *EUROGAP*.

A maioria destas organizações internacionais mencionadas, credenciadoras de certificação socioambiental, se reúnem na *ISEAL Alliance*, uma associação fundada em 2002 com o objetivo de reunir as *Standards Setting Organization* globais. A *ISEAL*, com sede em Londres, surgiu para delimitar e difundir amplamente as orientações estabelecidas nos códigos de boas práticas *ISEAL*, que é posto como basilares pelos seus membros. Ou seja, os princípios da *ISEAL* são norteadores e se recomenda a incorporação destes pelas organizações que criam padrões internacionais de caráter social e ambiental.




Nas Tabelas 2 e 3 é destacado os objetivos de atuação, abrangência geográfica, governança e os *standards* criados para certificação socioambiental na atualidade por algumas das organizações globais mencionadas.

Tabela 2 - Iniciativas globais de *standards* privados

	Iseal Alliance	Missão	Fortalecer os sistemas de padrões de sustentabilidade para o benefício das pessoas e do meio ambiente.
		Governança	<i>Multi-stakeholders - Better Cotton Initiative, Bonsucro, Fairtrade e Global Coffe Platform</i> e outros; representantes - WWF e IFOAM.
		Abrangência	Global
		Standards	<i>ISEAL Standard-Setting</i> Código de Boas Práticas Versão 6.0: define como um padrão deve ser desenvolvido, estruturado e revisado; <i>ISEAL</i> Código de Garantia de Boas Práticas Versão 2.0: fornece uma estrutura clara para avaliar a conformidade com os padrões; <i>ISEAL</i> Impacto Código de Boas Práticas Versão 2.0: fornece aos padrões um roteiro para medir o progresso em relação às metas de sustentabilidade e melhorar as práticas ao longo do tempo.
	Bonsucro	Missão	Garantir que a produção responsável de cana-de-açúcar crie valor duradouro para as pessoas, comunidades, empresas, economias e ecossistemas em todas as origens de cultivo de cana.
		Governança	<i>Multi-stakeholders - Sociedade Civil - Fair trade (USA) e DPAA (Suíça); Varejo - Nestle SA (Suíça) e Pepsico (USA); Agricultor - AJS Farms (Índia) e Associação dos Fornecedores de cana de Guariba-Sociana Fazenda Alvorada (Brasil); Indústria - COFCO (China); Cooper-Rubi (Brasil) e outros.</i>
		Abrangência	Global - São 540 membros em 43 países: 32 membros no México-América Central; 158 membros no Brasil- América do Sul; 281 membros Ásia-Pacífico; 18 membros África.
		Standards	<i>Bonsucro</i> Padrão de Produção v4.2; <i>Bonsucro</i> Padrão Balanço de Massa de Cadeia de Custódia; Padrão de Produção para Pequenos Agricultores v1.0.
	Better Cotton Initiative	Missão	Tem como objetivo transformar a produção de algodão em todo o mundo, desenvolvendo o Better Cotton como uma <i>commodity mainstream</i> sustentável.
		Governança	<i>Multi-stakeholders - em 2017 foram 1.197 membros: 85 varejistas e marcas, 1.039 fornecedores e fabricantes, 32 organizações de produtores, 31 membros da sociedade civil e 12 membros associados. Alguns membros: Nike; C&A; Ellos Group; Adidas; Puma; Tesco; Jhon Lewis.</i>
		Abrangência	Global - A BCI atua nos seguintes países produtores: Austrália, Brasil, Burkina Faso, Camarões, China, Costa do Marfim, Gana, Índia, Israel, Cazaquistão, Madagascar, Moçambique, Paquistão, África do Sul, Tadjiquistão Tanzânia, Turquia, Uganda, EUA, Zâmbia e Zimbábue.
		Standards	Sistema <i>Standard Better Cotton Standard</i> ; <i>Better Cotton</i> Cadeia de Custódia

Fonte: Iseal Alliance; Bonsucro; BCI.
Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 3- Iniciativas globais de *standards* privados

 <p>Fairtrade International</p>	Missão	Conectar produtores e consumidores desfavorecidos, promover condições comerciais mais justas e capacitar os produtores a combater a pobreza, fortalecer sua posição e ter mais controle sobre suas vidas.
	Governança	- Há dois perfis de membros na Assembleia Geral – representante do movimento internacional do Comércio Justo e representantes de produtores.
	Abrangência	Global - Existem atualmente 1.210 organizações de produtores certificadas Fairtrade em 74 países produtores, representando mais de 1,5 milhão de agricultores e trabalhadores. A FLOCERT (organismo da FI para realizar a certificação) opera em 120 países, com uma equipe composta por cerca de 120 funcionários e mais de 100 auditores, atendendo mais de 4.400 clientes em todo o mundo, desde pequenos produtores em nações em desenvolvimento até grandes varejistas globais.
	Standards	Certificação EDGE (Economic Dividends for Gender Equality); Padrão para organizações de produtores de pequena escala; Padrões específicos de: Cana-de-Açúcar; Cereais; Cacau; Café; Culturas de fibras (incluindo algodão); Frutas Frescas; Ouro; Sementes de Oleaginosas e Oleaginosos; Frutas e Legumes e outros.
 <p>GLOBAL.G.A.P</p>	Missão	Conectar globalmente fazendeiros e donos de marcas na produção e comercialização de alimentos seguros para garantir aos consumidores.
	Governança	O Conselho é composto por representantes eleitos de produtores e varejistas e chefiado por um presidente independente. Membros associados - B.V (Holanda), Tesco (Reino Unido), Walmart (EUA), MC Donalds (EUA), Zhengzhou Ants Alliance Business (China) e outros; Produtor e membro fornecedor – Abu Dhabi Farmers (Emirados Árabes Unidos), JBS Foods (Brasil) e outros.
	Abrangência	Global – Em 2016 foram certificados pela GLOBALG.A.P, 168.060 produtores de frutas e vegetais em 121 países, cobrindo 3,6 milhões de hectares; 1.328 produtores de flores ornamentais obtiveram certificação em 33 países; Nas culturas de soja, trigo, feijão, beterraba, milho etc.) foram 998 produtores sob certificação em 28 países, cobrindo um total de 179,151 hectares; GLOBALG.A.P.
	Standards	Padrão de Garantia Integrada da Fazenda (IFA versão 5.2); Padrão LOCALG.AP; Padrão de Certificação da CADEIA DE CUSTÓDIA; GLOBALG.AP + Add-On; Culturas para Processamento (CFP);
 <p>IFOAM INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS</p>	Missão	Ampla adoção de agricultura verdadeiramente sustentável, cadeias de valor e consumo de acordo com os princípios da agricultura orgânica.
	Governança	Os membros são as instituições auto-organizadas que têm "IFOAM" em seu nome e soma as forças com atores que compartilham a visão IFOAM da agricultura orgânica. Todos os Afiliados (829); Membros (615); Associados (110), Apoiadores (104); Organismos Regionais (10); Plataformas setoriais (6).
	Abrangência	Global - Em 2017 as regulamentações orgânicas atingiram 87 países; foram 57,8 milhões de ha de terras agrícolas orgânica; O Mercado Orgânico movimentou 80 bilhões de EU.
	Standards	Padrão IFOAM (Versão 2.0); Requisitos de Acreditação IFOAM (Versão 2.0)

Fonte: Fairtrade; GLOBAL.G.A.P; IFOAM. Elaborado pelo autor (2020)

Ao buscar outros exemplos de *Standards Setting Organization*, se tem a *Fair Wear Foundation (FWF)* no setor da indústria têxtil. Esta organização, com sede em Amsterdã, é voltada especificamente para o *fair play* no mundo do trabalho, como foco nas condições de trabalho de operários do ramo de vestuário em vários países do mundo, como Bangladesh, Bulgária, China, Índia, Indonésia, Macedônia, Mianmar, Romênia, Tunísia, Turquia e Vietnã. A FWF possui mais de 130 marcas associadas (como a MUD Jeans e Nudie Jeans). Os padrões compreendem oito normas trabalhistas baseada nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Contudo, o selo FWF é uma garantia apenas que a empresa esteja voltada para o melhoramento das condições de trabalho em sua cadeia de fornecimento, e que no mínimo 90% de suas fábricas estejam sendo monitoradas.

Outra iniciativa na rede de produção do algodão, é a *Global Organic Textile Standard (GOTS)*. A organização foi criada em 2006, e atualmente quatro organizações compõem a *GOTS*: *OTA* (EUA); *IVN* (Alemanha); *Soil Association* (Reino Unido) e *JOCA* (Japão). A *GOTS* lançou em 2017 a sua quinta versão do padrão *GOTS* (versão 5.0), abrangendo o processamento, fabricação, embalagem, rotulagem, comercialização e distribuição de têxteis. Para obter certificado *GOTS*, se exige que 70% das fibras sejam orgânicas e que se cumpra os critérios socioambientais, sendo o consumo de água e energia os aspectos triviais a serem considerados pelos processadores e fabricantes têxteis.

A *Soil Association*, que faz parte da *GOTS*, certifica segundo informações da própria organização 70% dos alimentos orgânicos do Reino Unido. A *Soil* foi fundada em 1946, e estabeleceu os seus primeiros padrões orgânicos em 1967, sendo lançado o seu esquema de certificação em 1973. Atualmente os padrões da *Soil* estão baseados em princípios internacionais universais da agricultura orgânica da *IFOAM*. A *Soil* também é uma das criadoras do padrão internacional para cosméticos orgânicos (*COSMOS*) e possui certificação específica para o setor da silvicultura. A *Soil Association* ainda possui um programa que premia cafés e restaurantes do Reino Unido (de uma a cinco estrelas), tendo como variável o uso de produtos orgânicos pelas empresas. Ou seja, atua também como uma espécie de *influencer* do consumo.

Para se dimensionar a influência que estas organizações estão conquistando, há um fato de notoriedade envolvendo a União Europeia, que passou a reconhecer produtos certificados pela *Bonsucro* e *RBS* como um atestado de conformidade de boas práticas de sustentabilidade para os biocombustíveis importados pelo bloco econômico. Essa medida faz parte da meta de energia renovável, *Renewable Energy Directive (RED)*, estabelecida pela UE desde 2009.

Esse caso em específico torna-se um fato emblemático do entrelaçamento das relações entre público e privado envolvendo as certificações. E vai de encontro da governança como redes interorganizacional (RHODES, 1996), onde se há troca de informações, conhecimento etc., de modo que o governo apenas faz parte do bojo de atores, não foi o principal regulador.

Diante desse contexto, se percebe que o aumento da demanda por produtos certificados em países considerados mais desenvolvidos e exigentes com o padrão dos produtos, difundiu a ideia nos países exportadores de produtos agrícolas, e potencializou o surgimento de sistemas de certificação ou de incentivo de boas práticas agrícolas nacionais. Dessa forma, veremos iniciativas brasileiras de certificação socioambiental e programas de boas práticas agrícolas.

2.3 INICIATIVAS DE CERTIFICAÇÃO NO BRASIL: CASOS DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

O fato de o Brasil atuar fortemente como exportador no setor agroalimentar potencializou o surgimento de iniciativas de certificação e de programas de boas práticas agrícolas nacionais que visam dar uma resposta a demanda global por produtos “mais responsáveis”. Uma produção mais responsável no Brasil significa diminuição acentuada no uso de agrotóxicos e dos impactos no uso do solo e na biodiversidade com paralização do desmatamento. Além das relações de trabalho justa com os trabalhadores rurais e menos desigualdade social para com a comunidade local nos territórios de produção.

A certificação no Brasil surgiu informalmente com associações e cooperativas de produtores e consumidores com o mesmo propósito das iniciativas globais, de criar selos de diferenciação de produtos e produtores numa perspectiva socioambiental (SILVA; PALLET; BRABET, 2002). Na contemporaneidade conforme SCHMIDT (2012) os tipos de certificação mais conhecidos no Brasil pelos consumidores são Certificação Orgânica (25%), Certificação de Origem (23%) e Certificação de Qualidade (22%); A Certificação Social, Indicação Geográfica e Produção Integrada é conhecida entre 7% e 13%. A certificação por indicação geográfica (IG) atesta que produtos são originários de regiões geográficas e/ou contam com atributos físicos específicos.

As iniciativas brasileiras existentes estão voltadas para atender as exigências do mercado internacional e também nacional na questão social do trabalho, ambiental, origem e rastreabilidade, segurança alimentar, qualidade e sanidade. É possível dar exemplos dos complexos de soja, da cana-de-açúcar, do algodão, de carnes e o no café, além das iniciativas

para os produtos orgânicos. Na Figura 4 estão os selos das iniciativas a serem discutidas a seguir como exemplos nacionais.



Figura 4 - Selos de iniciativas brasileiras para a certificação socioambiental
Elaborado pelo autor (2020)

O exemplo da cotonicultura surge com a criação do Instituto Social do Algodão (IAS) pela Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA) em 2005. O instituto foi criado para auxiliar os cotonicultores do Estado de Mato Grosso a se enquadrarem na legislação trabalhista e ambiental nacional. Neste caso, o motivo principal que levou a AMPA a criar o IAS não foi tanto a pressão externa, mas sim as ações do Ministério Público Federal do Trabalho e do Emprego (MTE) do Brasil, que passou a combater mais fortemente a prática de trabalho análogo à escravidão por parte dos produtores de algodoeiros (VEIGA; RODRIGUES, 2010).

A partir de 2007 o IAS, em parceria com a ABNT, lançou o programa "Algodão Socialmente Correto", com intuito de destacar por meio de um selo os produtores que estavam a atuar dentro da conformidade legal. Contudo, o programa não utilizava o instrumento de certificação. Mas essa iniciativa do IAS contribuiu para que a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão criasse o “Programa Socioambiental da Produção de Algodão” (PSOAL) em 2009 (IAS, 2012). No ano de 2012 a ABRAPA unificou as normas dos programas do IAS e PSOAL e lançou o programa de certificação “Algodão Brasileiro Responsável” (ABR).

O programa ABR tem como fundamento o incremento progressivo das boas práticas sociais, ambientais e econômicas nas fazendas produtoras de algodão. O produtor que iniciar o processo de certificação ABR poderá também optar por se licenciar simultaneamente na certificação internacional da BCI. Essa parceria entre as duas organizações é um exemplo de governança interorganizacional. Em relação ao *standard* socioambiental ABR, uma auditoria

externa avalia oito critérios contidos no padrão: (1) contrato de trabalho; (2) proibição de trabalho infantil; (3) proibição de trabalho análogo a escravo ou em condições degradantes ou indignas; (4) liberdade de associação sindical; (5) proibição de discriminação de pessoas; (6) segurança, saúde ocupacional e meio ambiente do trabalho; (7) desempenho ambiental; (8) boas práticas agrícolas (ABRAPA, 2016).

Na produção do café, a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) possui programas de certificação desde 1989, contendo atualmente cinco tipos de selos para produtores e inclusive cafeterias. São eles: I) selo de pureza do café – certifica que o produto é puro, sem misturas – criado em 1989; II) selo Qualidade, certifica que o produto tem qualidade por meio de métodos de análises e classificação da ABIC – criado em 2004; III) selo sustentabilidade, certifica que produtos foram rastreados da produção até a industrialização, e que as fazendas certificadas possuem práticas sustentáveis – criado em 2007; IV) selo capsula, certifica a intensidade da bebida, utilizando uma metodologia de avaliação sensorial desenvolvida pela ABIC – criado em 2016; V) selo cafeteria, certifica casas de café, cafeterias e pontos de café utilizam produtos com certificados de qualidade – criado em 2007.

Outra iniciativa na cafeicultura é o programa “Origem Região do Cerrado Mineiro”, sendo ela gerida pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro. Esse tipo de certificação é de denominação de origem, que segue os parâmetros da Lei de Propriedade Industrial nº 9.279 de 14 de maio de 1996 que estabeleceu normas para produtos com indicações geográficas (IG) no Brasil. Existem dois tipos: I) Indicação de procedência – visa agregar valor ao produto pela sua origem, sem a necessidade de outras características. Um exemplo é o queijo canastra da Serra da Canastra; II) Denominação de Origem – o produto dispõe de atributos condicionados ao meio geográfico que está inserido. Como exemplo o café do Cerrado Mineiro.

O processo de certificação de origem e avaliação sensorial de qualidade de café do Cerrado Mineiro segue um protocolo da associação americana de cafés, havendo garantia através de um sistema de rastreabilidade dos grãos e normas internas que regulam a denominação de origem do Cerrado Mineiro. Essa iniciativa de IG é um dos casos brasileiros do entrelaçamento do público com o privado.

E nesta mesma perspectiva de entrelaçamento de normas do público e privado, se tem no setor de carnes a criação do Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos (SISBOV). O SISBOV foi criado pelo governo brasileiro para “Registrar e identificar o rebanho bovino e bubalino do território nacional possibilitando o rastreamento do animal desde o nascimento até o abate, disponibilizando relatórios (...) quanto a qualidade do rebanho nacional e importado (MAPA/BRASIL, 2019)”. A SDA do MAPA, que faz a gestão do

SISBOV, que é responsável pela normalização, regulamentação, implementação, promoção e supervisão das etapas de identificação e registro dos animais, e de credenciamento das entidades certificadoras junto ao SISBOV.

É a Lei N° 12.097 de 24 de novembro de 2009 que normatiza a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalo, sendo ela regulamentada pelo Decreto n° 7.623 de 22 de novembro de 2011. A Instrução Normativa MAPA n° 51, de 1 de outubro de 2018, aprova, na forma de seu Anexo III, a norma operacional que é utilizada para embasar a certificação oficial brasileira para países que exigem a rastreabilidade individual de bovinos e búfalos. São dezoito certificadoras credenciadas no SISBOV gerenciado pelo MAPA, Tabela 4.

Tabela 4 - Certificadoras credenciadas no SISBOV por Estado

- Instituto Gênese: atua nos estados do PR/SP/MS/MT/GO/RO/MG/TO/BA	- PARCERIA: atua nos estados de SP/GO/MS/BA
- GLOBAL: atua nos estados de SP//MS/MG/GO/MT	- PIASTRELLA: atua nos estados de GO/TO/PA/MS
- GR: atua no estado de MT	- PLANEJAR: atua nos estados do RS/SP/MG/MT/MS/TO/GO/PR/BA
- IGCERT: atua no estado do PR	- RASTRIBOI: atua nos estados de SP/MG
- JE: atua nos estados de GO/MG/MT	- RBC: atua no estado de MG
- LOCALIZA: atua nos estados de MT/RO	- SBC: atua nos estados de SP/PR/GO/MT/ES/RS/MS/MG/RO/TO/DF/PA
- MARCA: atua no estado de MS	- TERRA: atua nos estados de GO/MG/SP/RO/MT/MS
- OXXEN: atua nos estados de GO/MT/MS/MG/TO/SP	- TRACER: atua nos estados de MG/GO/SP/MS/MT/TO
- PANTANAL: atua nos estados de MT/RO/MS	
- TECBOI: atua nos estados de MS/SP	

Fonte: SISBOV/MAPA (2019)
Elaborado pelo autor (2019)

O Programa Qualidade do Nelore Natural (PQNN) é uma outra iniciativa na pecuária brasileira, porém este é privado. O programa foi iniciado em 1999 pela Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB). O programa visa “um conjunto de normas e procedimentos para garantir o padrão de carcaças bovinas, sistemas de cria, sistemas de engorda e reprodutores da raça Nelore. A proposta é oferecer ao mercado um produto diferenciado por sua padronização e qualidade controlada” (ACBN, 2019).

Para a silvicultura, a certificação socioambiental do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA) é o de maior expressão no setor florestal brasileiro. O IMAFLORA foi fundado em Piracicaba/SP em 1995, e atualmente atua na certificação agrícola

(sobretudo para frutas), pecuária, bem como na validação e verificação de projetos de carbono. Para a certificação florestal o instituto utiliza as normas do sistema de certificação *Forest Stewardship Council* (FSC) (conselho de manejo florestal em português) e o padrão do Sistema de Certificação Florestal Brasileiro (CERFLOR) – reconhecido pelo *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC).

Para a certificação de produtos agrícolas, o instituto informa que o sistema RA certifica mais de 300 mil hectares de produção agrícola no Brasil e na Argentina, distribuídos por 600 propriedades. O instituto também trabalha com a certificação UTZ, e as verificações *Nespresso*, *Smeta/Sedex* e *FSA-SAI*, estando habilitado para certificar propriedades no Brasil e na América Latina. Para a certificação na pecuária, foram inseridos cinco critérios extra no sistema RA: I) o sistema de manejo integrado de gado bovino; II) o manejo responsável de pastagens; III) regras para o bem-estar animal; IV) redução de emissão de gases de efeito estufa (IMAFLORA, 2019).

Para além do pioneirismo, pode-se afirmar que o movimento de certificação de orgânicos é o mais forte no Brasil país. O primeiro órgão de certificação de orgânicos foi a Cooperativa de Consumidores no Rio Grande do Sul (COOLMÉIA) em 1978. Mas com o surgimento da necessidade de reconhecimento internacional, visando a exportação, logo se buscou os padrões internacionais como referência. Em 1990 o IBD foi o primeiro órgão brasileiro a ser reconhecido internacionalmente (SILVA; PALLET; BRABET, 2002). Mas assim como no setor de bovinos, a normatização pública é de importância excessiva para a certificação dos orgânicos no país, como contextualizado por Silva; Pallet e Brabet (2002, p. 8):

Em 1995, o Governo Federal instituiu o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO) com o intuito de aproximar as normas de agricultura orgânica em nível nacional, com composição paritária entre o Governo e Organizações Não-Governamentais (ONG) que atuam com agricultura ecológica. (...) Em maio de 1999, entrou em vigor a Normativa nº 007/99 do MAPA, com o objetivo de estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação de qualidade para produtos orgânicos de origem animal e vegetal. Essas iniciativas surgiram em resposta às exigências de alguns países como o Japão e da Comunidade Europeia, que passam a condicionar a importação de alimentos à existência de certificação de qualidade ambiental, o que se constitui em barreira não tarifária por parte dos países importadores (SILVA; PALLET; BRABET, 2002, p. 8).

A Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 normatiza a agricultura orgânica e outras providências no país. A lei abrange desde o conceito de orgânicos até a finalidade do sistema de produção para a sociedade e a biodiversidade, além de trazer artigos que institui o Estado como entidade regulamentadora da produção e de incentivo à produção. No Art. 3º da referida Lei, ficou estabelecido que a comercialização dos produtos orgânicos deverá ser certificada por

organismo reconhecidos oficialmente, segundo os critérios estabelecidos em regulamento. A lei definiu que é de responsabilidade dos produtores, distribuidores, comerciantes e entidades certificadoras a qualidade relativa às características regulamentadas para os produtos orgânicos.

A Lei supracitada foi regulamentada pelo decreto presidencial de N° 6.323 de 27 dezembro de 2007. No decreto ficou estabelecido dois tipos de organismos de avaliação da conformidade orgânica que garanta a qualidade dos produtos orgânicos no Brasil: I) pelas Certificadoras por auditoria; II) pelos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica. A primeira opção refere-se aos organismos de avaliação da conformidade credenciados para a certificação por auditoria, e a segunda por organismos participativos que reúnam um conjunto de membros que atuam na rede de produção orgânica (produtores, cooperativas, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas).

O art. 2° do decreto presidencial considera o INMETRO como o órgão responsável por iniciar o processo de acreditação dos organismos que desejam ser credenciados no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG), gerido pelo MAPA. Após a etapa de acreditação do INMETRO, é realizada uma auditoria de credenciamento pelo MAPA, que em seguida credencia os organismos no SISORG para atuarem na avaliação da conformidade de produtos orgânicos. O decreto estabelece que os organismos de certificação orgânica são os responsáveis pela garantia da qualidade da produção orgânica, conforme as normas de produção vigente. Em suma, no que tange a esfera pública e privado, a lei e o decreto supracitado mantiveram uma independência relativa aos atores envolvidos nos sistemas orgânicos.

Por meio do decreto foram criados dois selos de identificação para identificar os produtos orgânicos brasileiros certificados por organismos credenciados no SISORG. Atualmente há 12 organismos credenciados como certificadoras por auditoria e 25 organismos credenciados como sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica, Tabela 5 e 6.

Tabela 5 - Certificadoras por auditoria



Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC); Associação Ecovida de Certificação Participativa; Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO); Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD); OPAC; Cerrado/Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF SINDIORGÂNICOS/DF; Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS); Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI); Associação de Certificação Participativa Agroecológica (ACEPA); Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns/Crateús (ACEPI); Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe (ECOARARIPE); Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas);

Associação OPAC Litoral Norte; Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA); Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC); Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda (COCEARGS); Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX); Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa; Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (Rama); Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa; Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ABD-Sul); Rede Borborema de Agroecologia; Orgânicos Jequitinhonha - Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina; Associação Barroca de Cima – ABC Orgânico; Associação Maniva de Certificação Participativa – OPAC MANIVA; Associação de Agricultura Ecológica – OPAC AGE.

Fonte: SISORG/MAPA, 2019. Elaborado pelo Autor (2019)

Tabela 6- Organismos de sistemas participativos



Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Ecocert Brasil Certificadora Ltda; IBD Certificações Ltda; IMO Control do Brasil Ltda; OIA Agricontrol Ltda; Instituto Nacional de Tecnologia; Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade.

Cugnier Certificadora; kiwa bcs Öko-Garantie do Brasil; Savassi Certificação de Serviços Administrativos Ltda; Igcert Serviços Administrativos Ltda/Genesis Certificações; IGCERT; Instituto Mineiro de Agropecuária.

Fonte: SISORG/MAPA, 2019.
Elaborado pelo Autor (2019)

Um exemplo interessante de certificação participativa para produtos agroecológicos é a o sistema de certificação da Rede Ecovida. A Ecovida foi criada em 1998 com iniciativas de ONGs e organizações de agricultores do Sul do Brasil. A estrutura de governança é diferenciada, uma vez que a organização se coloca como uma rede horizontal e descentralizada, sendo organizada por grupos informais de agricultores, associações e cooperativas. “Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores de consumidores,

ONGs e outras instituições e formam um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área geográfica” (REDE ECOVIDA, 2019).

Os núcleos reunidos nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul formam a Ecovida, havendo em cada núcleo uma coordenação e gestão. Os representantes dos núcleos por estados compõem o conselho deliberativo e “animador” da Rede. São ao todo 27 núcleos regionais que abrangem 352 municípios, compreendendo um universo de cerca de 340 grupos de agricultores que reúnem 4.500 famílias e mais de 20 ONGs. A Rede Ecovida qualifica o seu método de certificação como participativa, estando no histórico da Rede a sua contribuição pioneira em defesa da inserção do Sistema de Garantia Participativo na regulamentação da Lei 10831/03.

Denominamos de Certificação Participativa o processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. Este processo resulta de uma dinâmica social que surge a partir da integração entre os envolvidos com a produção, consumo e divulgação dos produtos a serem certificados. No caso da Rede Ecovida de Agroecologia a Certificação Participativa se dá em torno do Produto Orgânico e a credibilidade é gerada a partir da seriedade conferida à todo o processo, partindo da palavra da família agricultora e se legitimando socialmente, de forma acumulativa, nas distintas instâncias organizativas que esta família integra (REDE ECOVIDA, 2019).

O sistema de certificação da Rede Ecovida é uma lógica diferenciada ao rejeitar o processo de auditoria externo, que tem um custo aos produtores, e implementar um projeto de economia solidária, ou seja, participativo e com uma governança interna auto-organizacional. Este sistema também é um caso interessante de governança territorial, pois envolve muitos atores e territórios para o uso da terra voltada à produção orgânica, que é um sistema produtivo que se apresenta como uma alternativa ao modelo produtivo do agronegócio, e que tem como característica o produtor familiar em pequenas propriedades rurais.

O sistema de certificação para os orgânicos de certo modo demonstra que os consumidores estão realmente preocupados com a origem dos alimentos, e a retórica apenas não comprova as práticas realizadas no momento da produção. E ainda é um indicador de que a certificação socioambiental não se limita a um mero instrumento dos atores de grande poder econômico das *commodities* do agronegócio, sendo utilizada para distração dos setores da sociedade que cobram uma agricultura mais sustentável. Porém, não é dispensável e menos importante acompanhar de perto as intencionalidades dos atores hegemônicos.

É possível analisar que as iniciativas de certificação ou de programas de boas práticas

agrícolas brasileiros possuem uma vinculação direta ou indireta com o Estado. As leis do Estado amarram de certa forma as iniciativas elencadas do café (Região do Cerrado Mineiro), pecuária (sistema SISBOV) e dos orgânicos (sistema SISORG), além disto as iniciativas da cotonicultura (IAS/ABRAP) e da soja (Soja Plus) foram criadas sobretudo para enquadrar os produtores destas *commodities* na legislação nacional trabalhista e ambiental. Diante das peculiaridades do contexto nacional, percebe-se que os órgãos e alguns Ministérios do Governo Federal, da esfera pública, continuam tendo grande poder de regulação (Box 6).

BOX 6 - ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DE ÂMBITO PÚBLICO NO BRASIL

I – **ABNT**: é o foro nacional de normalização reconhecido pela sociedade brasileira e o governo federal. A associação sem fins lucrativos foi criada em 1940, sendo a responsável pela elaboração de normas brasileiras. Desde 1950 a ABNT possui programas de certificação de produtos, sistemas e rotulagem ambiental. Atualmente a ABNT possui mais 400 programas de certificação sendo o Organismo Certificador de Produtos (OCP) com o maior escopo de acreditação junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). A Certificadora ABNT realiza auditorias em mais de 30 países. A associação é membro fundador da International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização - ISO), da Comisión Panamericana de Normas Técnicas (Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas Copant) e da Asociación Mercosur de Normalización (Associação Mercosul de Normalização - AMN) (BRASIL/ABNT, 2019). II – **INMETRO**: foi criado pela Lei 5.966 de 11 de dezembro de 1973, objetivando integrar uma estrutura sistêmica articulada com o Sinmetro e o Conmetro – em substituição ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM). O INMETRO é uma autarquia federal vinculada à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia, e tem como missão institucional fortalecer as empresas nacionais, aumentando sua produtividade por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade e da segurança de produtos e serviços (BRASIL/INMETRO, 2019). Dentre as amplas competências deste órgão, enfatiza-se as seguintes áreas de atuação: acreditação, avaliação da conformidade, articulação internacional, ensino e pesquisa, fiscalização, inovação tecnológica, metrologia legal, metrologia científica, metrologia aplicada às ciências da vida, educação para o consumo e monitoramento BPL. O INMETRO atua na certificação de produtos, processos ou serviços, compulsória ou voluntariamente, com base em requisitos de avaliação da conformidade estabelecidos pelo próprio INMETRO ou mediante competência delegada de outro regulamentador (BRASIL/INMETRO, 2019); III - **ANVISA**: é o órgão responsável pelas normas de vigilância sanitária no país, sendo criado pela Lei nº 9.782 de 26 de janeiro 1999. A agência tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados (BRASIL/ANVISA, 2019). A ANVISA atua na regulamentação, registros e autorizações, fiscalização e monitoramento de produtos como: agrotóxicos, alimentos, cosméticos, laboratórios analíticos, medicamentos, produtos

para a saúde, saneantes, sangue, tecidos, células e órgãos etc.; IV – **MAPA**: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento trabalha em prol de políticas públicas de estímulo a agropecuária, regulação e normatização de serviços vinculados ao setor do agronegócio. No âmbito da estrutura do MAPA foi criada a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA) como um órgão singular responsável pela fiscalização federal de agrotóxicos e afins, abrangendo estabelecimentos de produção/importação/exportação de produtos, coleta de amostras, estações credenciadas de pesquisa, entre outras atividades. Conforme a portaria nº 562 de 11 de abril de 2018, dentre as funções da DAS estão: planejamento, normatização, coordenação e supervisão de atividades de defesa da agropecuária; certificação sanitária animal e vegetal; zoneamento sanitário e fitossanitário; padronização de classificação de produtos agrícolas, pecuários, pesqueiros e de origem animal e vegetal; normatização do bem-estar animal; rastreabilidade da agropecuária e muitas outras.

Como contextualizado, a flexibilização da produção impulsionou as trocas de mercadorias, informações e conhecimento. E, nesse sentido, na contemporaneidade há um movimento de mercado em direção a conformação de redes que propicia o surgimento de novos atores, como as organizações criadoras de padrão socioambiental, que vão influenciar as redes de produção global.

*As redes são técnicas, mas também
são sociais. Elas são materiais,
mas também são viventes, diz D.
Parrochia (1993, p. 39)*
Milton Santos



| CAPÍTULO III |

OS TERRITÓRIOS DA SOJA CERTIFICADA RTRS NO BRASIL: ATORES E PARTES INTERESSADAS

O conceito de território possui diferentes concepções, é polissêmico, havendo o entendimento de território como limite fronteiro criado pela jurisdição política, onde há uma interação e social cultural e política, e o entendimento que utilizamos nesta pesquisa, que é o território numa perspectiva das relações de poder de atores num lugar. Conforme Raffestin (1993, p. 144) “o território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.”

Afinal, “o poder é parte intrínseca de toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Raffestin se baseia na percepção de Foucault sobre o poder e afirma que “toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Nesse contexto, a expressividade quantitativa da produção de soja transformou a *commodity* agrícola num instrumento de poder no Brasil. As relações de poder e disputa de interesses dos atores globais da soja e as partes interessadas podem ser identificadas nos movimentos setoriais. A moratória da soja e a criação da RTRS foram criadas por ações que partiram de vários setores da rede de produção global de soja. Alguns desses atores são:

a) Produtores - existe uma diversidade de produtores (pequeno/médio/grande), que expressa poder e influência através de organizações brasileiras como a APROSOJA, os sindicatos rurais municipais e as organizações políticas como a FPA; b) Indústria compradora - as principais *tradings* do agronegócio são a *ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus*. A ABIOVE é uma organização importante de representatividade das indústrias brasileiras de óleos vegetais; c) Estados – os principais Estados produtores (EUA, Brasil e Argentina), e também os Estados compradores como a China e os países da União Europeia; d) Agentes normatizadores da produção – na esfera pública os Estados e na esfera privada há o exemplo internacional da certificação RTRS, bem como, os programas de certificação Pró-Terra e ABR; e) Sociedade Civil – ONGs e movimentos sociais.

3.1 A QUESTÃO AMBIENTAL E A CERTIFICAÇÃO RTRS NA SOJICULTURA

A certificação na sojicultura deriva do mesmo movimento, focado nas implicações socioambientais, que impulsionou o surgimento de iniciativas globais de padrões privados nas outras redes de produção do setor agroalimentar, como contextualizado no capítulo I.

Na primeira década dos anos 2000, a mídia norte-americana e europeia, e as ONGs influentes como a *Friends of the Earth* e *Greenpeace* passaram a divulgar e combater com mais veemência os problemas associados à expansão da produção de soja na América do Sul tais como o desmatamento, o uso exacerbado de pesticidas e a precarização das relações de trabalho. Dessa forma, esses problemas começaram a ameaçar a indústria oleaginosa, por sua vez, a certificação na sojicultura passou a estabelecer determinadas segmentações de mercado entre os principais países produtores (ELGERT, 2012).

Uma das medidas para diminuir o desmatamento atrelado a soja neste período foi o pacto da Moratória da Soja para o bioma amazônico realizado em 2006. A Moratória da soja foi um acordo comercial que envolveu atores públicos como o Estado brasileiro e privados, a exemplo das indústrias processadoras da oleaginosa e organizações como a ABIOVE, ANEC e WWF (ABIOVE, 2020).

O acordo consistiu no compromisso das empresas esmagadoras em não adquirir soja de áreas desmatadas da Amazônia Legal pós-moratória¹³, visando dar uma resposta a pressão internacional, que era forte naquele momento, aos impactos ambientais fomentados pela produção da soja. O envolvimento de atores como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), FUNAI, MMA, IBGE e INCRA, além da participação da sociedade civil no grupo de trabalho como as ONGs WWF e Greenpeace e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STTR), trouxeram maior transparência e equilíbrio de interesses entre as partes envolvidas. O Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) e Agrosatélite, que realiza o monitoramento e análise das imagens de satélite, também estão envolvidos.

¹³ Com o novo código florestal brasileiro promulgado em 2012, oficialmente a data de referência da moratória passou a ser 22 de julho de 2008, ano de adesão do governo federal ao compromisso setorial (ABIOVE, 2019).

Dentro desse contexto, a empresa “Amaggi¹⁴ participou do grupo de trabalho. Em entrevista¹⁵ com representantes da empresa, foi relatado a conjuntura que levou ao pacto institucional:

(...) então, a moratória da soja foi uma solução radical na verdade que foi encontrada. (...) foi uma solução setorial de certa forma em que ela é hoje as empresas da Anec e da Abiove que fazem parte. E na época, a Amaggi foi a grande líder aí das discussões juntamente com o Greenpeace pra instituir a moratória da soja. A gente liderou esse processo aí de instituição. Lógico que depois veio outras três, a Cargill depois entrou apoiando também. Mas sem dúvidas a Amaggi teve um papel fundamental pra instituir a moratória da soja. Não sei se você conhece ela afundo - a gente não compra soja de área desmatada depois de 2008. E essa virada de chave foi pela urgência do aumento do desmatamento atrelado a soja e que o mercado começou a pressionar, bancos começaram a pressionar. Então, tem pressão não só, assim, do mercado, mas de instituições financeiras, de investidores enfim. Aí a gente falou, ou a agente faz alguma coisa, ou daqui a pouco a gente vai ter boicote ou barreiras comerciais de comercialização de soja com o Brasil. Então foi uma saída encontrada pra época.

O balanço para a Moratória da Soja no bioma amazônico, uma década e meia depois, é reconhecido internacionalmente como positivo. Os resultados obtidos após o marco regulatório da soja para impedir o avanço da soja na Amazônia e os impactos ambientais, são reconhecidos por organizações e pesquisadores ambientais. Todavia, o alarde do avanço da soja para Amazônia nos primeiros anos da década 2000 levou a expansão da soja no Cerrado.

O ano de 2004 teve o primeiro fórum de discussões para a soja responsável, que culminou em 2005 para o surgimento da *Round Table on Responsible Soy*. A criação da Associação Internacional de Soja Responsável foi concretizada oficialmente em novembro de 2006 na Suíça, onde está a sua sede em Zurich¹⁶, ao lado da Comissão Organizadora Original,

¹⁴ A Amaggi é uma empresa brasileira que foi fundada em 1971 pela família Maggi no Estado do Paraná para atuar no ramo de sementes. Em 1984 mudou-se à sede da empresa para Rondonópolis/MT tendo a sua atuação direcionada para o ramo da soja. Sua sede atual está localizada na capital Cuiabá/MT, ano de início das suas atividades enquanto *trading*. A empresa atua em quatro áreas de negócios: AMAGGI *Commodities*, AMAGGI Agro, AMAGGI Logística e Operações e AMAGGI Energia. A Amaggi é atualmente uma das maiores exportadoras de *commodities* da América Latina, com produção agrícola de 1,1 milhão de toneladas de grãos e fibras em aproximadamente 280 mil ha (AMAGGI, 2018). Em 2018 a empresa teve receita de R\$ 17.3 bilhões, sendo a soja a maior parte da receita (57,3%) (AGROOLHAR, 2019). Um dos principais acionistas e principal líder da empresa é o empresário e ex-político Blairo Maggi, que foi governador pelo Estado de Mato Grosso entre 2003 e 2010, senador de 2011 a 2016 e Ministro da Agricultura no Governo Michel Temer. É considerado um dos políticos mais influentes da Frente Parlamentar da Agropecuária – conhecida no Congresso Nacional como bancada ruralista.. Na sua biografia consta que Blairo Maggi ficou conhecido como “rei da soja” por ser considerado por muitos anos o principal produtor e exportador da oleaginosa nos anos 1990 e 2000 no Brasil e no mundo (DOCER, 2019). Dentre as polêmicas “em 2004, a organização não governamental *Greenpeace* (...) conferiria a Blairo Maggi o prêmio “Motosserra de Ouro”, apontando-o como a personalidade brasileira que mais contribuiu para a destruição da floresta amazônica.” (GUERGHE/FGV, 2009).

¹⁵ Entrevista concedida pelo representante da RTRS para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, em Cuiabá/MT

¹⁶ A RTRS é uma associação regida pelas leis suíças onde está a sua sede. Todavia, os setores administrativos, financeiro e operacional da organização fica na cidade de Buenos Aires/ARG.

que reuniu corporações como a “Amaggi”, Cordaid, COOP, e Unilever, bem como representantes da sociedade civil como a Fetrauf-Sul e a ONG WWF (RTRS, 2019).

Conforme Elgert (2012), a busca pela definição de critérios foi tratada com diferentes atores, com o objetivo de chegar a um consenso. No entanto, o autor afirma que o processo teve problemas e não foi tecnicamente orientado. E, os movimentos que não se sentiram contemplados (ONGs e organizações camponesas) lideraram uma “contra conferência” que se concretizou numa crítica à RTRS. Dessa forma, a ampla participação não foi bem-sucedida, pois ONGs e organizações camponesas demonstraram forte resistência a mesa redonda da soja tal como ela estava sendo orquestrada, ainda que, convidados para o debate. O nome da mesa “responsável” também foi alvo de críticas deste setor da sociedade, sendo feitas por meio de manifestos. Os grupos contrários alegaram, por exemplo, que é demagógico a produção em grande escala ser “responsável”, e que as multinacionais estavam escondendo interesses comerciais com a certificação RTRS (ELGERT, 2012).

Em entrevista¹⁷ realizada com o representante da RTRS no Brasil, foi relatado como se deu a constituição da mesa redonda e os atores que estavam desde o começo da criação e se teve alguma influência governamental:

Bom, é basicamente lá no início né, assim, num tinha muita essa questão governamental que influia não tá, a não ser ... alguns países, Escandinávia, Holanda né, que sempre fizeram força, sempre queriam isso aí, mas, não participavam né. Não participavam, mas, assim, apoiavam ... ajudar na organização de uma ou outra reunião né, muitas reuniões ocorreram na própria Holanda né. ... Basicamente desde o início o RTRS foi constituído das três câmaras, que é produtores, sociedade civil e da indústria né. Então, ela já começou sendo ... tripartite né, desde o início né. Então, e se a gente for pensar dos incentivadores pra isso iniciar, basicamente na sociedade civil a WWF foi um dos criadores que puxaram outras associações, outros membros de ONG, da sociedade civil. Na parte da indústria muito forte, é, Unilever né, Nestlé ... e do lado dos produtores ... os influenciadores mais fortes, da linha dos produtores, era no caso produtores mais de vanguarda né, ... que daí no caso a Amaggi, a CLC, a Apresid ..., e também né, duas associações que estavam dentro do início né, que participavam e depois saíram, que eram muito fortes, era a Aprosoja, Aprosoja Mato Grosso, e a Abiove. ... Elas participaram até 2010-2011 quando decidiram se retirar.

Conforme informações dadas, em entrevista, pelos representantes da RTRS e “Amaggi”, a decisão das associações brasileiras Aprosoja e Abiove de se retirar da RTRS em 2010 foi motivada porque a assembleia da RTRS decidiu que o desmatamento zero (retomaremos esse tema adiante) seria um dos critérios do padrão de certificação a ser lançado

¹⁷ Entrevista concedida pelo representante da RTRS para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, em Cuiabá/MT.

pela organização. Assim, a Aprosoja optou pela saída para não contrariar interesses internos de seus associados, uma vez que, o código florestal brasileiro permite, com certas condições, que se realize desmatamento dentro da legislação nacional.

Eu lembro que no começo teve muito dialogo com associações, então a Aprosoja tava junto, a Abiove tava junto, pensando nessa questão da solução. Mas quando virou a principal estratégia uma certificação, as associações preferiram sair, porque é difícil representar. Porque a associação tem produtor que concorda, tem produtor que não. Uma indústria concorda e outra não. Aí foi quando algumas foram saindo e ficando mais as empresas.¹⁸

Porém, para dar uma resposta as pressões ambientais a Aprosoja juntamente com a ABIOVE lançaram o programa Soja Plus no ano de 2011. O Soja Plus foi constituído como um programa de gestão econômica, social e ambiental da propriedade rural brasileira, porém, não como uma organização criadora de padrão que utiliza o instrumento da certificação e auditoria externa (Box 7). Para Hospes (2014) a RTRS serviu de designer para os princípios e critérios do programa nacional. Contudo, a iniciativa nacional abre mais espaço para a expansão da soja e conseqüentemente para o desmatamento e destruição da biodiversidade.

De fato, o Soja Plus por ser um programa voluntário e não possuir o mecanismo de certificação se mostra menos rígido e não normatizador como o padrão da RTRS (que será discutido a seguir). Porém, quase uma década depois de sua criação, nota-se que o programa visa ações de sensibilização para com as boas práticas agrícolas com base na legislação nacional, e a proposta, que no início se restringiu aos produtores de Mato Grosso, foi expandida progressivamente para outros Estados produtores de soja do Brasil. O Soja Plus acabou por contribuir para uma atmosfera de maior densidade institucional para com as questões socioambientais da rede de produção de soja no Brasil.

¹⁸ Entrevista concedida por três representantes da “Amaggi” para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, na sede da empresa em Cuiabá/MT.

BOX 7 - PROGRAMA SOJA PLUS



O programa da Aprosoja oferece de forma gratuita aos produtores oficinas e assistência técnica para melhor gestão da fazenda com a distribuição de materiais, promoção de cursos sobre saúde e segurança no trabalho, adequação de construções rurais, regularização ambiental etc. Os princípios do Soja Plus prezam por melhoria das práticas agrícolas com o objetivo de que os produtores da soja implementem o código florestal brasileiro, “com os seus instrumentos fundamentais, o Registro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA); podendo alinhar os desafios da sustentabilidade e viabilidade econômica” (APROSOJA, 2019). Atualmente outras organizações são membros organizadoras do programa, sendo elas a FAMASUL, AIBA, SENAR e a Universidade Federal de Viçosa. Conforme as diretrizes do Soja Plus, o programa visa atender as demandas de produtos sustentáveis, por meio das seguintes linhas de ação: I) Qualidade de vida no trabalho; II) Melhores práticas de produção agrícola; III) Viabilidade financeira e econômica; IV) Qualidade do produto; V) Responsabilidade social. Conforme as informações do programa, as ações são feitas por meio parcerias com os produtores rurais, governos estaduais e municipais, sociedade civil, comércio e instituições de ensino, pesquisa e extensão. O programa está implantado nos estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Minas Gerais, e foi expandido para Goiás em 2018. O relatório de 2017 do Soja Plus informa que 1.322 fazendas receberam assistência técnica entre 2011 e 2017. As fazendas inscritas até então produziram 7,15 milhões de toneladas de soja, abrangendo 2,4 milhões de hectares. No período foram investidos pelo programa 15 milhões de reais (APROSOJA, 2019).

Foi contextualizado em entrevista¹⁹ realizada com representantes da “Amaggi” o cenário que se tinha na década de 2000 para a rede de produção da soja. Em 2005 duas ações, de caráter geopolítico, foram implementadas partindo de atores privados para concretizar o acordo da Moratória da Soja para o bioma amazônico e criar a mesa redonda de soja responsável, a RTRS:

Na época da moratória da soja e também da RTRS a gente vinha numa crescente de desmatamento atrelada a soja muito grande. E a Amaggi ficou muito preocupada de como que isso estava sendo visto pelo mercado. Como que os produtores mesmo estavam lidando com isso. E a gente pensou, precisamos fazer alguma coisa. Porque se continuar nessa tendência, a chance é muito grande de começar ter uma barreira de mercado devido ao descontrole do desmatamento atrelado a soja. Então Se você for até observar os níveis de desmatamento antes da RTRS e da moratória, eram índices muito altos de desmatamentos atrelado a soja. ... E aí depois disso lógico que essas duas vezes não resolveram a questão. Mas foram meses muito importantes pra assim, pra mudar o mindset, pra mudar um pouco, de pensar um pouco melhor sobre isso, de entender o que que nós vamos fazer, como a gente quer atrelar a soja com o desenvolvimento sustentável, enfim. Então, foi por isso, assim, que veio duas iniciativas que vieram de encontro com essa preocupação da Amaggi em mudar esse cenário e a imagem do agronegócio, a principalmente atrelado a soja.

¹⁹ Entrevista concedida por três representantes da “Amaggi” para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, na sede da empresa em Cuiabá/MT.

De acordo com representantes da “Amaggi”, a certificação socioambiental se tornou um braço da RTRS, porém, ela também é uma mesa redonda para discutir estratégias para a sojicultura, de mercado e etc... *“quando ela foi instituída, ela veio muito com essa questão de mesa redonda de discutir cenários, de discutir problemas e enfim. E a certificação foi a solução encontrada no momento. Mas hoje sim tem uma grande discussão sobre certificação, que é uma primeira solução para muitas das respostas. Mas as discussões vão também além da certificação que esteja atrelados à produção de soja responsável²⁰.”*

Após a constituição, a RTRS lançou a primeira versão do Padrão internacional RTRS para soja responsável em 2010, para que os primeiros produtores argentinos, brasileiros e paraguaios fossem certificados em 2011. Em 2012, foi lançado a versão do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável v2.0, e deste então, a RTRS constituiu uma plataforma global *multi-stakeholder*, que atualmente reúne mais de duzentos membros de diversos países. O (Box 8) traz o que a organização estabeleceu como Missão, Visão e Objetivos.

BOX 8 – RTRS



MISSÃO

Promover que a soja atual e futura seja produzida de maneira sustentável para diminuir os impactos sociais e ambientais, mantendo ou melhorando o nível econômico para o produtor. Através de: o desenvolvimento, a implementação e a verificação de um padrão global; o compromisso dos *stakeholders* envolvidos na cadeia de valor da soja;

VISÃO

Que a soja contribua ao atendimento das necessidades sociais, ambientais e econômicas da geração atual, sem comprometer os recursos e o bem-estar das gerações futuras e permitindo a construção de um mundo melhor através do consenso e da ação conjunta.

OBJETIVOS

Facilitar o diálogo global sobre soja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta; Obter consenso entre as principais partes interessadas e os atores ligados à indústria da soja; Servir como um Fórum para desenvolver e incentivar um padrão de sustentabilidade para a produção, processamento, comercialização e uso da soja; Funcionar como um fórum reconhecido internacionalmente para o monitoramento da produção global da soja em termos de sustentabilidade; Mobilizar diversos setores interessados em participar do processo da associação (RTRS, 2019).

²⁰ Entrevista concedida por três representantes da “Amaggi” para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, na sede da empresa em Cuiabá/MT.

Na governança interna da RTRS há dois perfis de membros, os participantes e os observadores. Os membros participantes estão vinculados a rede de produção global da soja ou são atores da sociedade civil que realizam atividades relacionadas à sojicultura. Os membros permanentes estão divididos em três grupos constitutivos: a) produtores; b) indústria, comércio e finanças; c) sociedade civil.

Os membros observadores são as empresas ou organizações que não se enquadram nos três grupos constitutivos mencionados, como as autoridades reguladoras, órgãos do governo, empresas de consultoria e auditoria, organizações acadêmicas e organizações doadoras. Os membros observadores não possuem direito a voto na assembleia geral, no entanto, é possível participar das discussões e efetivar propostas. O direito a voto é reservado aos membros permanentes, que possuem direitos iguais nas votações, Figura 5.

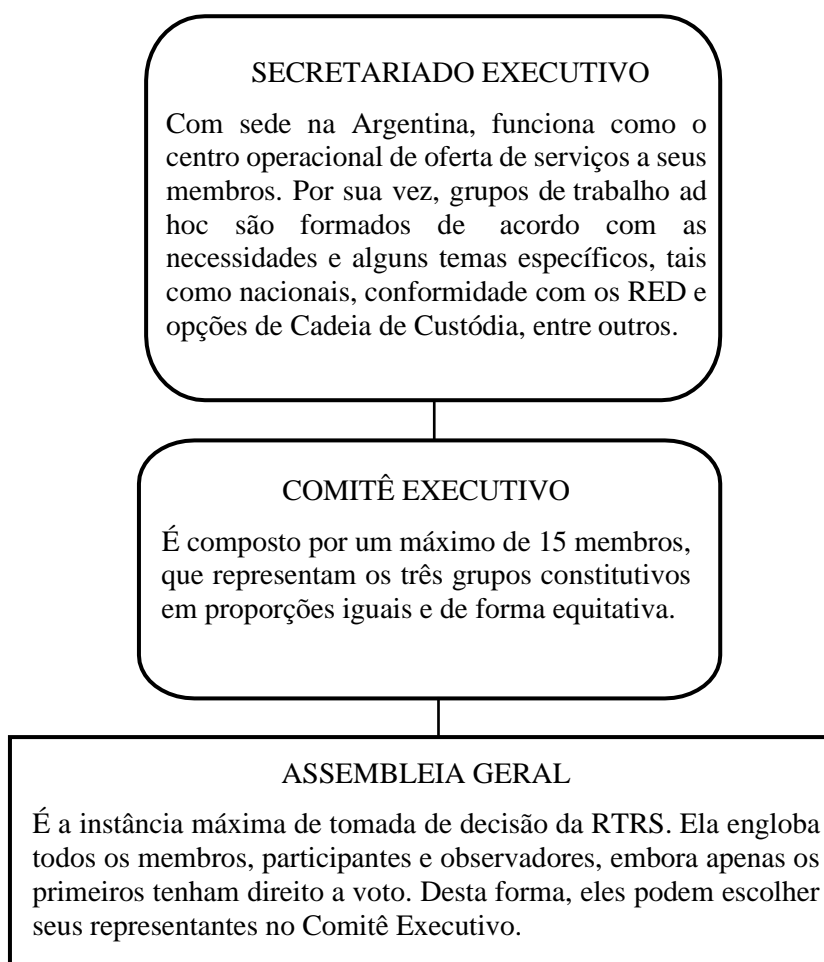


Figura 5 - Organograma desenvolvido com base na estrutura de governança da RTRS
Fonte: RTRS (2014). Elaborado pelo Autor (2019)

O Comitê Executivo é escolhido pela Assembleia Geral para o exercício de dois anos, e têm o número máximo de quinze membros, sendo que cada grupo constitutivo poderá ter no

máximo cinco representantes cada. A Secretaria Executiva, sediada em Buenos Aires (Argentina), coordena as atividades técnicas de gestão e comunicação globais, contando com representantes de Desenvolvimento de Mercado da Argentina, Bolívia, Brasil, Europa e Paraguai. “Nossa filosofia de “mesa redonda” visa facilitar o diálogo entre as diversas partes interessadas, permitindo que cada uma das partes apresente os pontos que deseja incluir na agenda de discussões” (RTRS, 2014).


Com o propósito de respeitar as especificidades da realidade local das partes interessadas da cadeia de sojicultura global, a RTRS dispõe de grupos de trabalho locais (forças-tarefa) que podem ser compostos por membros e não-membros, a configurar espaços de diálogo sobre os cenários em esfera regional. Para isso, a RTRS aplica metodologicamente a gestão adaptativa, que estabelece o seguinte:

(...) os objetivos devem ser claramente definidos; os resultados devem ser medidos em relação aos objetivos; e os objetivos e resultados da gestão serão ajustados periodicamente para incorporar avaliações e feedback. Assim, as forças-tarefa estão constantemente aprendendo e se adaptando a novos desafios. (...) esses grupos de trabalho preparam recomendações que devem ser levadas ao Comitê Executivo para avaliação (...) O facilitador é a pessoa encarregada de organizar e coordenar as tarefas das Forças-Tarefa, buscando o consenso do grupo (...) O presidente é um dos membros da força-tarefa em questão, que durante um ano ocupa o papel de representar objetivamente o grupo perante o Comitê Executivo e em eventos relacionados, se necessário (RTRS, 2014).

A RTRS lançou em 02 de junho de 2016 o padrão RTRS versão 3.0 para a cadeia de soja responsável, que vigora até o momento. O padrão RTRS está estruturado a partir de cinco princípios que permite aos países produtores elaborarem uma versão nacional com a série de critérios que não violem as legislações nacionais. Os países que dispõem de interpretação nacional são a Argentina, Brasil, Bolívia, Canadá, China, Estados Unidos, Índia, Paraguai e Uruguai.

Contudo, a RTRS exige que as interpretações de cada país apresentem a mesma rigidez estabelecida no padrão internacional. Quando aprovada uma nova versão, dá-se um prazo de doze meses para os produtores já certificados se adequarem as novas atualizações. A interpretação brasileira, após ser elaborada e ser disponibilizada em consulta pública, entrou em vigor em agosto de 2017. Na Tabela 7 e 8 estão os cinco princípios e respectivos critérios acentuados da interpretação nacional do Padrão RTRS de Soja Responsável versão 3.1.

Tabela 7- Princípios e Critérios do Padrão RTRS

<p><i>Princípio I</i> <i>Cumprimento da Legislação e Boas Práticas Empresariais</i></p>	<p>1.1 Toda a legislação local e nacional aplicável é conhecida e cumprida;</p> <p>1.2 Os direitos de uso da terra estão claramente definidos e são demonstráveis;</p> <p>1.3 Existe uma melhoria contínua em relação aos requisitos deste padrão.</p>	
<p><i>Princípio II</i> <i>Condições de Trabalho Responsáveis</i></p>	<p>2.1 Trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e assédio não ocorrem e não recebem apoio;</p> <p>2.2 Os trabalhadores – empregados direta e indiretamente na fazenda - e arrendatários estão devidamente informados e treinados para suas tarefas e cientes de seus direitos e deveres;</p> <p>2.3 Um local de trabalho seguro e saudável é garantido a todos os trabalhadores;</p> <p>2.4 Todos os trabalhadores gozam de liberdade de associação e do direito à negociação coletiva;</p> <p>2.5 Todos os trabalhadores da fazenda, empregados direta ou indiretamente, têm remuneração, no mínimo, igual ao valor previsto na legislação nacional e em acordos setoriais.</p>	
<p><i>Princípio III</i> <i>Relações Responsáveis com a Comunidade</i></p>	<p>3.1 Há canais disponíveis para comunicação e diálogo com a comunidade local sobre temas relacionados às atividades da fazenda produtora de soja e seus impactos;</p> <p>3.2 Em áreas com usuários tradicionais das terras, os usos conflitantes da terra são evitados ou resolvidos;</p> <p>3.3 Um mecanismo de reclamações e queixas está implantado e é acessível à comunidade local, os funcionários e aos usuários tradicionais das terras;</p> <p>3.4 São oferecidas oportunidades justas de emprego e fornecimento de bens e serviços à população local, independentemente de sexo ou raça.</p>	

Fonte: RTRS. Elaborado pelo Autor (2019)

Tabela 8- Princípios e Critérios do Padrão RTRS

<i>Princípio IV</i> <i>Responsabilidade Ambiental</i>	4.1 Os impactos sociais e ambientais dentro e fora do local foram avaliados e foram tomadas as medidas adequadas para minimizar e mitigar quaisquer impactos negativos; 4.2 A poluição é minimizada e os resíduos da produção são geridos de forma responsável; 4.4 A expansão do cultivo de soja é responsável; 4.5 A biodiversidade da fazenda é mantida e resguardada através da preservação da vegetação nativa;
<i>Princípio V</i> <i>Boas Práticas Agrícolas</i>	5.1 A qualidade e a oferta de águas superficiais e subterrâneas são mantidas ou melhoradas; 5.2 As áreas de vegetação natural em volta de nascentes e ao longo dos cursos naturais de água são mantidas ou restabelecidas; 5.3 A qualidade do solo é mantida ou melhorada e a erosão é evitada através de boas práticas de manejo; 5.4 Os impactos negativos de produtos fitossanitários sobre o meio ambiente e a saúde são reduzidos pela aplicação de técnicas sistemáticas e reconhecidas de Manejo Integrado de Culturas (MIC); 5.5 Toda aplicação de agroquímicos é documentada e há monitoramento de todo o armazenamento, manuseio, coleta e descarte de resíduos químicos e embalagens vazias para garantir a conformidade com as boas práticas; 5.6 Uso Responsável de Agroquímicos; 5.7 O uso de agentes de controle biológico é documentado, monitorado e controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos aceitos internacionalmente.; 5.8 Medidas sistemáticas são planejadas e implementadas para monitorar, controlar e minimizar a proliferação de novas pragas e espécies invasoras introduzidas; 5.9 Medidas adequadas são implantadas para evitar a deriva de agroquímicos para áreas vizinhas; 5.10 São implementadas as medidas apropriadas para possibilitar a coexistência de sistemas de produção distintos; 5.11 A origem das sementes é controlada para melhorar a produção e prevenir a introdução de novas doenças.

Fonte: RTRS. Elaborado pelo Autor (2019)

Os princípios e critérios definidos estabelecidos pelos *multi-stakeholders* são indispensáveis para a certificação da produção. A RTRS nomeia formalmente **Órgãos de Acreditação** para avaliar os pedidos e emitir as certificações conforme o padrão da organização. E com o propósito de viabilizar a certificação de pequenos produtores, foi criado o mecanismo de **Certificação em Grupo**. O grupo de produtores pode solicitar um certificado único que compreenda todos os seus campos, dividindo-se assim, os custos da certificação e de vigilância a *posteriori*. Contudo, a certificação em grupo hoje tem sido utilizada muito por grandes produtores, como visto nos trabalhos de campo realizados no Mato Grosso. Para as empresas agropecuárias detentoras de unidades produtoras em variados lugares, há opção de certificação *Multi-site*. Nesta opção, todas as fazendas com o mesmo sistema e gestão podem receber um único certificado.

O mecanismo de **entrada progressiva** foi desenvolvido pela RTRS para impulsionar o número de produtores certificados. “Para tal, dividimos os indicadores em categorias de relevância, permitindo, assim, um processo de planejamento passo-a-passo, com objetivos a serem cumpridos dentro de prazos específicos” (RTRS, 2014). A Figura 6 ilustra o nível de indicadores que os produtores devem atingir no período de preparo antes da avaliação inicial, no momento de certificação e entre um a três anos após a certificação.



Figura 6 - Mecanismo de Entrada Progressiva
Fonte: RTRS (2014)

Em relação aos **Custos da Certificação** para o produtor, há três níveis de custo: I) Implementação – esta é a categoria de maior impacto no primeiro ano de certificação. Inclui equipe interna responsável pela certificação, cursos de formação (logística e taxas), adaptações e reformas (sinalização, construção de depósitos de agroquímicos, implementação de um

sistema de controle interno etc.); II) Auditoria – taxas do órgão de certificação; II) Taxa da RTRS – A RTRS cobra 0,3 centavos de euro por tonelada certificada vendida (seja de soja física ou na forma de créditos) (RTRS/SINDICATO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2015).

A **Cadeia de Custódia** é o outro tipo de certificação criada pela organização. A ideia é garantir que a soja certificada seja monitorada, durante o armazenamento, transporte e distribuição, ou seja, garantir a rastreabilidade da soja RTRS desde a origem até o produto final. A Cadeia de Custódia foi criada com o intuito de monitorar a soja e seus derivados certificados pela RTRS, “ao longo de toda a cadeia de abastecimento, incluindo os fluxos de materiais e declarações relacionadas” (RTRS, 2014).

A RTRS oferece dois tipos de cadeia de abastecimento para garantia da rastreabilidade: a) **Segregação** – a soja com o selo de certificação de uma propriedade ou mais, é separada fisicamente da soja de fontes não certificadas pela RTRS; b) **Balanço de Massa** – a soja certificada em uma ou mais propriedade podem ser misturadas com soja não certificada, mas desde que se tenha o monitoramento durante o processo, para ser estabelecido as porcentagens de soja certificada e não certificada na fase da venda. “Todas as partes da cadeia de abastecimento devem ser certificadas por entidades independentes, em conformidade com o Padrão RTRS de Cadeia de Custódia, para garantir que não sejam produzidas misturas não autorizadas” (RTRS, 2014). Em relação a cadeia de custódia e os métodos de segregação e balanço de massa, o representante da RTRS no Brasil explicou em entrevista²¹ como ocorre atualmente na prática:

(...) Na segregação (...) ocorre igual GMO, GMO Free né, que você tem essa segregação. E você vai ter um armazém separado, um transbordo, tudo separado só para o material certificado. Acontece que acho que teve uma ou duas operações disso aí no mundo. Hoje em dia mesmo não tem mais nenhum, porque não viabiliza né. É muito caro você segregar, muito caro. ... Bom, o que acontece é o balanço de massa. Daí no balanço de massa como é que funciona? Todos os elos da cadeia têm que estar certificado, é o primeiro passo. Não é só o produtor. Tem que tá certificado o armazém, o esmagamento, o recebimento lá no porto, entendeu, tudo certificado. (...) E o organismo de certificação da auditoria externa, ele verifica os controles da empresa né. E audita os controles da empresa sabendo esse primeiro armazém recebeu de mil produtores, mas só 10 são certificados. (...) Aí qual o volume deles? Então, nesse armazém de mil toneladas entrou 100 toneladas certificadas (...). Então, se mistura, não tem problema, se mistura soja certificada com a não certificada. Mas quando a empresa “x” (grifo nosso) lá na ponta compra um navio de soja né, com mass balance, ela sabe que ela tá comprando tantos % de soja certificada e tantos % não certificada.

²¹ Entrevista concedida pelo representante da RTRS para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, em Cuiabá/MT.

Outro meio utilizado para incentivar a produção de soja certificada RTRS é a aquisição de **Créditos na Plataforma de Comercialização da RTRS**. Os créditos RTRS são uma alternativa à venda da soja física. A RTRS concede a produtores 1 crédito a cada 1 tonelada de soja produzida certificada, na qual a soja deverá ser vendida como não-certificada para evitar a “venda duplicada” de materiais RTRS. Na plataforma RTRS se tem o registro quantitativo e de rastreabilidade de soja física certificada e seus fluxos, facilitando a comercialização de créditos RTRS, que podem ser adquiridos por empresas e organizações, ainda que não sejam consumidoras diretas, interessadas em fortalecer a produção certificada pela organização (RTRS/SINDICATO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2015). Muitas empresas optam por esse método, pois beneficia diretamente o produtor que se certifica. Em contrapartida a empresa que compra créditos pode utilizar o logotipo da RTRS em seus produtos.

Considerando que a soja é matéria prima para ração animal, a RTRS desenvolveu o **Padrão GMP+ MI101** de produção e comercialização de soja RTRS, com requisitos equivalentes aos do Padrão RTRS de Cadeia de Custódia. A *Good Manufacturing Practices* (GMP) certifica produtores e comerciantes de compostos alimentícios, alimentos de origem animal, bem como laboratórios responsáveis pelas análises. “O Padrão GMP+ MI101 foi criado como uma extensão da certificação GMP+ de Garantia de Segurança da Alimentação Animal (...) as empresas podem combinar a certificação de alimentação animal segura e responsável em uma única auditoria (...)” (RTRS, 2014). E também foi criado pela RTRS requisitos de conformidade para a produção de biocombustíveis que atende a cadeia de abastecimento de exportações para a União Europeia. A União Europeia criou a **Diretiva de Energia Renovável (EU-RED)**, para regular as matérias-primas como a soja usadas na produção de biocombustíveis.

Nesse contexto, como já explanado, a RTRS é uma organização que conta com a presença de *multi-stakeholder* globais. A oleaginosa envolve atores de várias partes do mundo do âmbito público e privado ao ser matéria-prima de base para à indústria alimentícia e química e o setor bioenergético. Por ora, na próxima seção buscou-se verificar quais atores brasileiros estão envolvidos na certificação e onde ocorre a produção e o quantitativo produzido e quem está comprando soja certificada.

3.2 ATORES E PARTES INTERESSADAS NA PRODUÇÃO DA SOJA CERTIFICADA RTRS NO BRASIL

A produção de soja no Brasil foi impulsionada a partir de 1970 pela demanda internacional. Os Estados do Sul (RS, SC e PR) do país foram os primeiros a substituir pastagens pela oleaginosa. Mas já na década de 1980 a cultura começou a se expandir para as áreas de Cerrado, impulsionada pela modernização agrícola que se constituía na região Centro – Oeste (MULLER, 2002). Na década de 1990 a produção da soja no Cerrado era expressiva, o Mato Grosso já era o terceiro maior produtor do Brasil (DOMINGUES; BERMANN; ANFREDINI, 2014).

Observa-se um aumento de produção e da área plantada de soja no Brasil. A produção passou de 15,39 milhões de toneladas em 1990/91 para 53,43 milhões de toneladas em 2006/07, com maior acréscimo entre 2001/02 e 2003/04, quando a produção aumentou 10,1 milhões de toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 19,42% em relação à safra anterior (...). Em 2003 e 2004, o Brasil se configurou como o maior exportador mundial de soja, representando cerca de 8% das exportações do país. (...) A partir da safra 2006/07 (...) A área plantada de soja aumentou na região Centro-Oeste para 44%. (DOMINGUES; BERMANN, 2012, p. 6).

No cenário atual, a sojicultura representou 35,6% do valor total exportado pelo Brasil em 2016, sendo a China o principal destino ao importar aproximadamente 38.563.909 toneladas de soja em grão e 249.569 (T) (ABIOVE, 2017). Conforme o levantamento de julho de 2019 pela EMBRAPA via dados da CONAB, a produção de soja no em 2018 Brasil foi de 114,843 milhões de toneladas, sendo a segunda maior do mundo, abrangendo 35,822 milhões de hectares. Neste ano os derivados da soja tiveram desempenho expressivo nas exportações, vide Tabela 9.

Tabela 9- Exportação do complexo da soja em 2018

Exportação de soja em grão	83,6 milhões de toneladas	US\$ 33,2 bilhões
Exportação de farelo	16,9 milhões de toneladas	US\$ 6,7 bilhões
Exportação de óleo	1,4 milhões de toneladas	US\$ 1,0 bilhão
Total exportado	101,9 milhões de toneladas	US\$ 40,9 bilhões

Fonte: EMBRAPA (2019); AGROSAT
Elaborado pelo autor (2020)

No contexto nacional, o consumo interno em 2018 foi de 44,000 milhões de toneladas. O Estado de Mato Grosso foi o maior produtor nacional, ao produzir 32,455 milhões de toneladas, abrangendo uma área plantada de 9,700 milhões de hectares. O Estado do Paraná teve o segundo melhor desempenho, registrando uma produção de 16,253 milhões de toneladas, abrangendo área plantada de 5,438 milhões de hectares (EMBRAPA/CONAB, 2019).

Em relação a produção de soja certificada no Brasil, o país teve as primeiras fazendas certificadas com o padrão RTRS no mundo. As fazendas do grupo Amaggi situadas no Estado de Mato Grosso foram as primeiras a receberem o certificado em 2011²². A partir de então, a cada ano o número de propriedades certificadas no país foi crescendo. Com base na série histórica da RTRS, em 2016 foram 171 propriedades produtoras de soja certificadas em 67 municípios situados distribuídos em nove Estados brasileiros (Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rondônia e Tocantins) e o Distrito Federal – abrangendo áreas dos biomas Cerrado e Amazônia.

Em 2017 foram 206 propriedades certificadas em 69 municípios nos nove Estados mencionados, com uma área de abrangência de 952.387,70 (ha) de área plantada e produção de 3.329.016,36 (T). No ano de 2018 foram 226 propriedades certificadas em 77 municípios dos respectivos nove Estados com área de abrangência de 1.041.369,00 (ha) de área plantada, e produção de 3.919.545,06 (T). Em suma, se teve um aumento gradual a cada ano de estabelecimentos certificados, de área plantada e de produção (RTRS, 2019). De acordo com o representante da RTRS:

Hoje a questão dos produtores (...) não é o grande desafio pra RTRS. Porque (...) você vai lá ver em Sorriso, o grupo todo ano cresce. (...) Os vizinhos daquele produtor certificado ficam sabendo que ele tá certificado. Ele quer certificar também. (...) Às vezes outros grupos se iniciam (...) e os próprio grupos que já existem todo ano vão crescendo, (...) porque o produtor tem uma segurança né. Ele sabe que tem um organismo internacional vindo na sua fazenda e atestando que tá tudo certinho (...). Ou seja, não tem muito a necessidade de ir atrás de novos produtores.²³

Nesse aspecto, nos últimos três anos a produção de soja certificada cresceu mais que a demanda da indústria e gerou um problema de geração de estoque de mercado de soja certificada. Conforme o representante da RTRS “... a indústria não acompanhou os produtores, até porque os produtores cresceram muito rápido, entendeu. Então, esse é um dos motivos que

²² Informação adquirida em entrevista concedida pelas representantes da Amaggi para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, em Cuiabá/MT

²³ Entrevista concedida pelo representante da RTRS para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, em Cuiabá/MT

a gente nem procura muito até produtores pra certificar, porque já cresce naturalmente, e se crescer de mais vai de novo desbalancear essa demanda de oferta.”

O fato de o Brasil ser o segundo maior produtor da oleaginosa do mundo e o maior exportador de soja, explica a existência de muitos atores e partes interessadas serem membros permanentes e observadores dos três segmentos (produtores; indústria, comércio e finanças; sociedade civil) na mesa redonda global de soja responsável, Tabela 10. Em relação aos membros que participam do grupo de Força – Tarefa da RTRS do Brasil, o grupo é diverso e foi criado em 2013. O grupo contém 29 membros e foi responsável pela criação da versão brasileira do padrão RTRS, Tabela 11.

Tabela 10 - Membros Considerados do Brasil Na RTRS

<i>Indústria, Comércio e Finanças</i>	- Monsanto - Basf SA - Bayer AG - Cargill	- CJ Selecta - Santander - Syngenta
<i>Produtores</i>	- Agrex do Brasil S.A - Amaggi - Associação Amigos da Terra – CAT Sorriso - Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEM)	- Fundação MT - Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães - SLC Agrícola - Bartira Agropecuária S.A
<i>Sociedade Civil</i>	- Aliança da Terra - Earth Innovation Institute	- The Nature Conservancy (TNC) - WWF
<i>Observadores</i>	- BVRio - Control Union Certification - Instituto Genesis - Baltic Control Brasil Ltd. - Geofarm	- Cerquality Consultoria em Sustentabilidade e Certificação Ltd - IMAFLORA - Food Chain ID Certificação

Fonte: RTRS (2020)

Tabela 11 - Membros da RTRS na Força Tarefa Brasil

Amaggi (Produtores)	Solidaridad (Sociedade Civil)
SLC Agrícola (Produtores)	Aliança da Terra (Sociedade Civil)
Cert-ID (Ente de Certificação)	Rabobank (Finanças)
FAPCEN (Produtores)	Santander (Finanças)
Sindicato Rural Luís Eduardo Magalhaes (Produtores)	Unilever (Indústria)
Earth Innovation Institute (Sociedade Civil)	Bayer CropScience (Indústria)
Brookfield Brasil (Produtores)	Monsanto (Indústria)
WWF (Sociedade Civil)	Control Union (Ente de Certificação)
TNC (Sociedade Civil)	Schutter Brasil (Ente de Certificação)
ICV (Sociedade Civil)	Cargill
Basf	Cooperativa Agrária – PR
Banco Santander	Cooproeste – BA
CHS	Grupo Pão de Açúcar
Syngenta	CDP
Alfapress	

Fonte: RTRS (2020)

Uma observação a ser feita, é a de que empresas globais de origem de outros países como a Monsanto e Cargill, aparecem na plataforma da RTRS como membros brasileiros. Isso acontece porque a representação das empresas no Brasil é responsável por defender os interesses das corporações neste setor. O fato de haver tantos atores de origem de outros países atuando nos grupos de trabalho no Brasil, reforça a tese que a soja brasileira é de interesse global e que é importante para as partes interessadas acompanhar os rumos da certificação na sojicultura.

O representante da RTRS no Brasil relatou em entrevista a necessidade dessa ferramenta para os atores debaterem as questões locais.

(...) as decisões da assembleia e da diretoria RTRS são muito globais né, então você tem membro, um da China, um membro da Holanda, um membro da Alemanha, um membro da argentina, um membro do Brasil, questões muito globais. E as vezes uma questão muito interna, muito do Brasil, é difícil você levar pra uma assembleia, pra uma reunião de diretoria. Então o que foi criado, foi criado forças-tarefa (...) pra temas nacionais. E se esse tema nacional for implicar em alguma decisão da RTRS, encaminha decisão da força tarefa para diretoria. E daí, ou seja, na força tarefa a gente convida todo mundo, convida Ministério da Agricultura, convida Embrapa, sempre participa, entendeu, alguns representantes até de governo, de instituição de pesquisa, de universidades (...). não necessariamente é obrigado ser membro da RTRS para participar da força-tarefa, a gente convida todo mundo.²⁴

²⁴ Entrevista concedida pelo representante da RTRS para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, em Cuiabá/MT.

A representação dos produtores brasileiros nas reuniões da força-tarefa e na assembleia da RTRS é feita de sobremaneira pela organização líder do grupo de produtores, uma vez que a maioria dos produtores no Brasil são certificados em grupo (veremos nas próximas seções exemplos encontrados em Mato Grosso e Goiás). Nesse sentido, conforme as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo, os produtores brasileiros possuem pouco contato direto com a RTRS. Os motivos que pesam para isso é a questão de logística e de viabilidade operacional, pois, as reuniões que acontecem no Brasil normalmente são na cidade de São Paulo e as assembleias da mesa redonda ocorrem fora do país, além de ser realizadas em inglês (fator que dificulta a comunicação). Conforme os representantes da Amaggi:

Como a RTRS não tem braço, na verdade ela mais pede pra gente o auxílio pra representar a RTRS junto aos produtores, por uma questão realmente só estrutural né. Mas tem muita coisa assim, materiais de comunicação e tudo mais, isso acaba chegando de uma forma geral. Mas acho que a RTRS conta muito com gestores de grupo pra fazer esse trabalho mais de perto junto aos produtores. E pra ter esse trabalho mais aproximado. Uma questão realmente estrutural.²⁵

Um dos questionamentos que foi realizado ao representante da RTRS no Brasil, foi sobre a demanda da produção de soja certificada. Foi perguntado se há demanda interna ou externa de algum setor específico de soja certificada.

Tem (...) esse é meu trabalho inclusive, aumentar a demanda interna. Hoje a gente já tem cinco empresas que compram no Brasil. (...) as duas mais importante seria a Unilever e a Mars. (...) A Unilever pra diversos produtos né, da cadeia de alimentos. Já a Mars é focada, por enquanto, nos alimentos de ração animal, ração de PET... ... a Unilever faz o trabalho forte aqui no brasil ... nos outros países nem tanto, mais no Brasil. Então, ela compra da Cargill né, a soja certificada ... ela teve ano que ela já comprou, para os determinados produtos que ela usa pra soja, 80 %, 70 % ... certificado, entendeu. Então, ela quer chegar um dia no 100 % certificado sem necessitar segregar, porque segregar é caríssimo, você tem que limpar o armazém ... Então, ela tem esse interesse né, ela coloca, por exemplo, ... na maionese hellmanns, no suco ADES ... em vários outros produtos, tem tantos % de soja certificada, entendeu. Ela coloca isso no site, as vezes na embalagem (...) por exemplo.²⁶

A marca AdeS é conhecida nacionalmente pelas bebidas à base de soja, Figura 7. Até o ano de 2017 a marca pertencia a Unilever, que foi adquirida neste ano pelo sistema Coca – Cola na América Latina (COCA - COLA BRASIL, 2017). A empresa Mars é uma multinacional

²⁵ Entrevista concedida por três representantes da “Amaggi” para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, na sede da empresa em Cuiabá/MT.

²⁶ Entrevista concedida pelo representante da RTRS para Werlen Raasch no dia 25 de setembro de 2019, em Cuiabá/MT.

norte-americana fabricante de alimentos para humanos e PETS; a empresa é detentora das conhecidas marcas de ração Pedigree e Whiskas.



Figura 7 - Selo da RTRS na linha de produtos à base de soja na marca ADES da Coca-Cola Brasil, em uma unidade da rede de supermercados Carrefour em Brasília/BRA
RAASCH (2019)

Em entrevista, os representantes da “Amaggi” informaram que a demanda que chega para empresa de soja certificada é quase 100 % europeia. E, que a certificação RTRS de soja física tem atendido duas demandas comerciais. Uma é a certificação do *Eu Red*, voltado para os mercados de biocombustíveis, que atende os níveis de emissão de efeitos estufa definido pela diretiva da União Europeia (que tem se tornado forte). A outra demanda específica é a garantia de desmatamento zero ou de nível de emissão para diretivas também da UE.

Nas próximas seções e subseções, verificamos como ocorre o processo de certificação, por meio do trabalho de campo, a partir de grupos certificados e os respectivos atores envolvidos nos Estados de Goiás e Mato Grosso.



| CAPÍTULO IV |

**A REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL DE SOJA CERTIFICADA RTRS
EM MATO GROSSO E GOIÁS**

Para Santos (2006) as redes possuem três níveis de solidariedade e contradições, uma no nível mundial, a segunda no nível dos territórios dos estados e por último na escala local. Afinal, “o mundo aparece como primeira totalidade, empiricizada por intermédio das redes.” (SANTOS, p. 182). Uma rede de produção global envolve atores humanos e não humanos, com conexão material e imaterial, havendo fluxos de toda a natureza. Pois, “(...) a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração.” (SANTOS, p. 176 - 178).

4.1 A REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL DE SOJA CERTIFICADA RTRS NO ESTADO DE MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso, situado na região Centro-Oeste, é o terceiro estado brasileiro em extensão territorial, abrangendo 903.206,997 km² (IBGE, 2018). A população do Estado está estimada em 3.484.466 pessoas, sendo a cidade mais populosa a capital Cuiabá com estimativa de 612.547 mil habitantes para o ano de 2019. O Estado é o único do país a ser contemplado com três biomas - Amazônia, Cerrado e Pantanal. O potencial hídrico, as características topográficas, os climas equatoriais e tropicais (TARIFA, 2011) somados a diversidade biológica e as extensas áreas de terras, propiciam as atividades da agropecuária.

O agronegócio é o setor da economia de maior expressividade para Mato Grosso. Atualmente o Estado “(...) apresenta o quarto maior PIB *per capita* do Brasil (37.462,74 reais), e entre as 27 Unidades da Federação, ocupa o 14º lugar em relação ao montante total do PIB (123,8 bilhões em 2016)” (SEPLAN/MT, 2019). No PIB destaca-se as produções da soja (26 % da produção nacional), milho, algodão (68% da produção nacional) e a carne bovina.

Os objetos e ações sociais presentes no Cerrado mato-grossense estão interconectados com as múltiplas dimensões do agronegócio, tanto no rural quanto no urbano, estando voltados para a (re) produção do agronegócio na perspectiva dialética cidade-campo. Os territórios produtivos de grãos no Estado possuem um aparato técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006) e sobremaneira são coordenados por atores vinculados à produção no campo (produtores) e os atores das redes de comércio das cidades (varejo) onde há também a presença de plantas agroindustriais.

As cidades mato-grossenses de Campo Verde, Cuiabá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Sorriso e Tangará da Serra são exemplos de

polos de atração de *tradings* do agronegócio globalizado, sendo sede das filiais da ADM, Bunge, Louis Dreyfus Commodities (LDC), Cargill e Amaggi. E também de empresas intermediárias do complexo de carnes, que são interconectadas com a produção de grãos (soja e milho), como a BRF Brasil *Foods* (detentora das marcas Sadia, Perdigão etc.), JBS (detentora das marcas Seara, Friboi etc.) e Marfrig *Foods*.

As corporações que atuam nos segmentos de armazenamento de grãos e processamento, voltado tanto para o mercado interno quanto externo, se enraízam em cidades localizadas nos territórios produtivos e entre os corredores de escoamento amparados por uma razoável infraestrutura dos transportes. Como se vê nos municípios contemplados pelas rodovias federais BR-163, BR-364 e BR-070, e especialmente na mesorregião do sudeste mato-grossense que há centros de armazenamentos e de distribuição de cargas como o da Ferrovia Ferronorte e os terminais multimodal de Rondonópolis e Alto Araguaia.

O Mato Grosso é o maior produtor nacional de soja. No contexto da sojicultura mato-grossense, conforme o último censo agropecuário de 2017, o Estado possuía 7.097 estabelecimentos voltados para a produção do grão de soja, que produziu 29.778.544 toneladas de soja numa área de 8.863.732 de hectares (BRASIL/IBGE, 2017). Em 2016 treze municípios de Mato Grosso estiveram entre os vinte maiores produtores de soja do país, sendo eles: Sorriso (1º), Nova Ubiratã (2º), Sapezal (3º), Nova Mutum (4º), Campo Novo do Parecis (5º), Diamantino (7º), Querência (8º). Primavera do Leste (13º), Lucas do Rio Verde (14º), Campo Verde (16º) e São Félix do Araguaia (20º) (BRASIL/IBGE, 2016).

Com esse cenário sojífero, o Mato Grosso possui atualmente o maior número de estabelecimentos certificados com o padrão RTRS. O número de estabelecimentos certificados vem crescendo desde o ano de 2016. Em 2016 foram 64 estabelecimentos certificados em 20 municípios mato-grossenses. No ano de 2017 foram 77 estabelecimentos certificados, com área de abrangência de 430.400,67 (ha) de área plantada, com produção de 1.468.004,75 (T). No ano de 2018 foram 79 propriedades certificadas em 26 municípios, com área de abrangência de 504.733,09 (ha) de área plantada de soja certificada, correspondendo a 48,47% de área plantada em todo o Brasil. Neste ano a produção estadual foi de 1.796.836,24 (T), o que representou 45,84% da soja certificada pela RTRS no Brasil, Figuras 8 e 9.

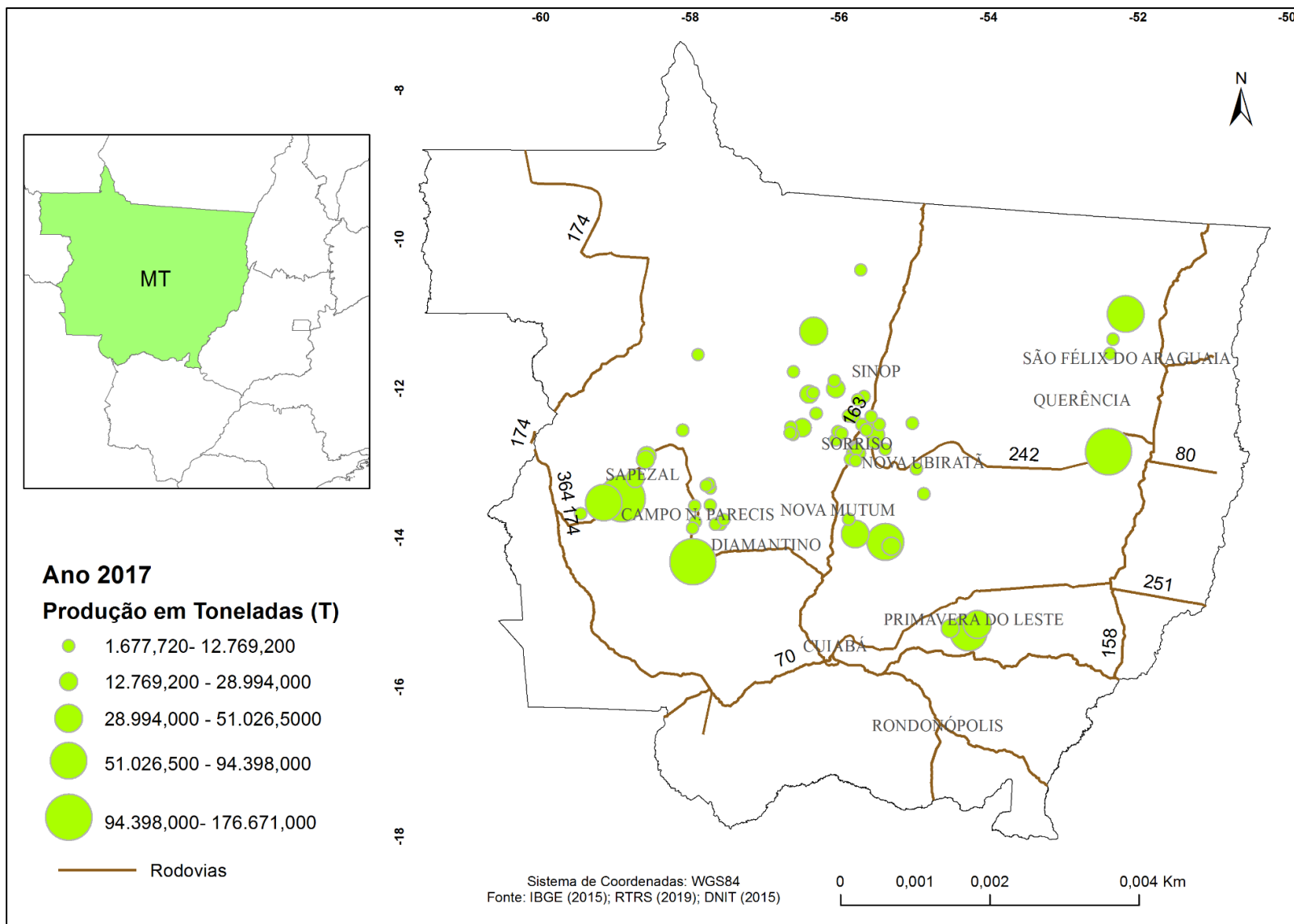


Figura 8 - Mapa de localização das fazendas certificadas no Mato Grosso e a sua produção em (T) para 2017

Elaborado por NOGUEIRA; CALDEIRA; RAASCH (2020)

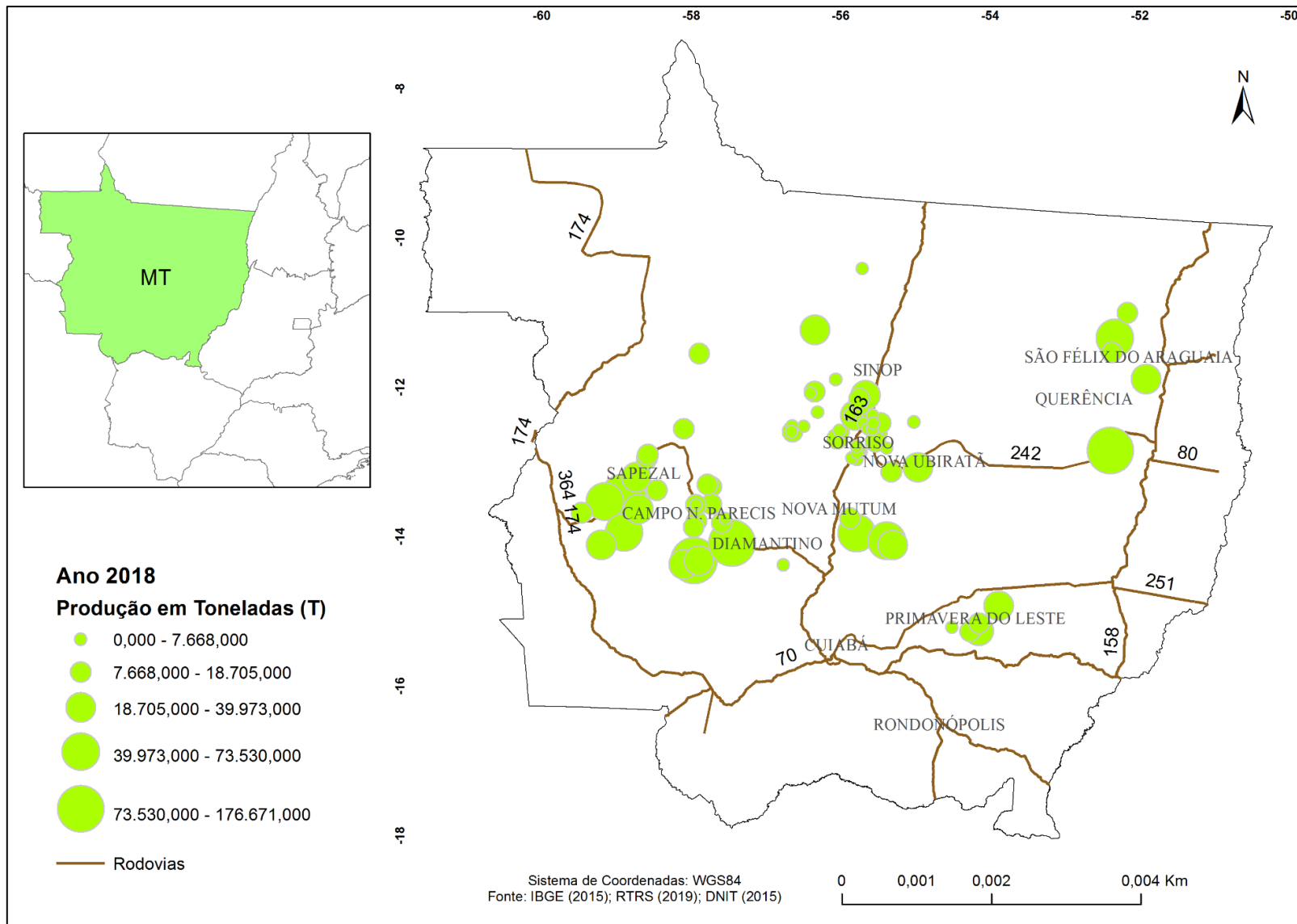


Figura 9 - Mapa de localização das fazendas certificadas no Mato Grosso e a sua produção em (T) para 2018
 Elaborado por NOGUEIRA; CALDEIRA; RAASCH (2020)

As fazendas certificadas com padrão RTRS no Mato grosso localizam-se na sua maioria em duas zonas produtivas de soja do Estado. Uma é a microrregião de Parecis, que concentra 23 fazendas certificadas em quatro municípios, no entorno do eixo da BR-364. A segunda é a microrregião de Alto Teles Pires, que concentra 35 fazendas certificadas em sete municípios, no entorno do eixo da BR-163. O município com o maior quantitativo de fazendas certificadas na microrregião de Parecis foi Campo Novo do Parecis com 11 e na microrregião de Alto Teles Pires foi o município de Sorriso com 25. As duas microrregiões totalizaram 58 das 79 fazendas certificadas com padrão RTRS no Estado, Tabelas 12 e 13.

Tabela 12 - Quantitativo de propriedades certificadas na microrregião de Parecis em 2018

<i>Municípios</i>	<i>Propriedades Certificadas</i>
<i>Campo Novo do Parecis</i>	11
<i>Campos de Júlio</i>	3
<i>Diamantino</i>	1
<i>Sapezal</i>	8

Fonte: RTRS (2019)
Elaborado pelo Autor

Tabela 13 - Quantitativo de propriedades certificadas na microrregião de Alto Teles Pires em 2018

<i>Municípios</i>	<i>Propriedades Certificadas</i>
<i>Lucas do Rio Verde</i>	1
<i>Ipiranga do Norte</i>	1
<i>Nova Mutum</i>	2
<i>Nova Ubiratã</i>	1
<i>Santa Rita do Trivelato</i>	2
<i>Sorriso</i>	25
<i>Tapurah</i>	3

Fonte: RTRS (2019)
RAASCH (2019)

A microrregião de Parecis apresentou maior produtividade que a microrregião de Alto Teles Pires, ainda que tenha o menor quantitativo de fazendas certificadas. Em 2018 foram

239.291,46 (ha) de área plantada em Parecis, com produção total de 858.335,80 (T), representando 47,77% da soja com certificado RTRS em MT. No mesmo período, em Alto Teles Pires foram 117.427,93 (ha) de área plantada, obtendo uma produção total de 445.117,00 (T), representando 24,77% da soja certificada no Estado, Figura 10.

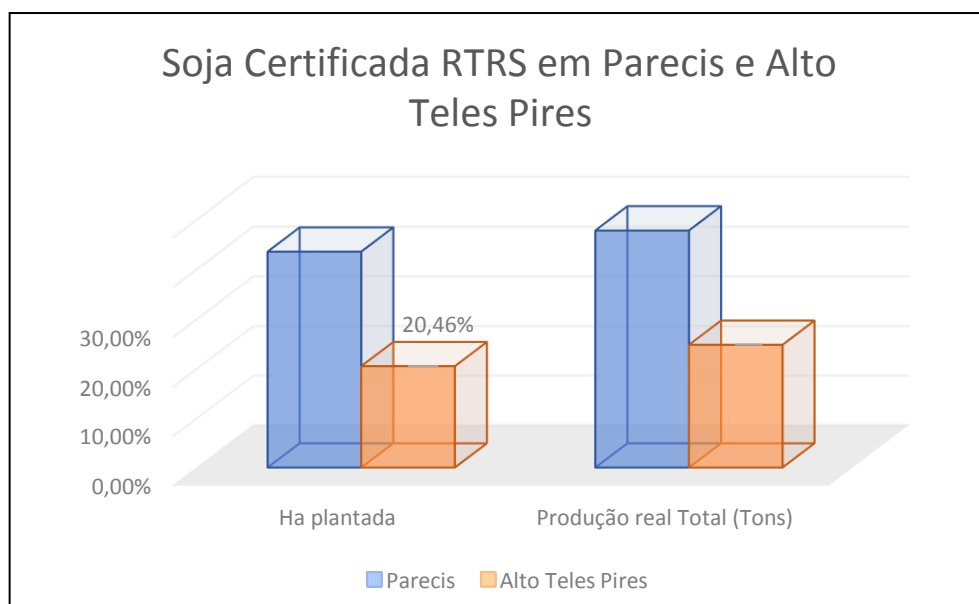


Figura 10 - Percentual de área plantada (ha) e produção em (T) nas microrregiões mato-grossense de Parecis e Alto Teles Pires para o estado em 2018
Fonte: RTRS (2019). Elaborado pelo Autor (2019)

A dinâmica territorial da soja certificada no Mato Grosso acompanha a lógica espacial da rede de sojicultura não certificada, ou seja, de enraizamento dos estabelecimentos de produção em lugares munidos de rede técnicas, que para o agronegócio prevalece a necessidade de uma infraestrutura dos transportes que possa efetivar os fluxos da produção para os destinos de consumo.

4.1.1 O que muda? O cenário do grande produtor certificado no MT

O Mato Grosso é nacionalmente conhecido pelas grandes propriedades e uso tecnológico na produção das *commodities* soja, milho e algodão. A produção da soja é feita em grandes dimensões territoriais, em fazendas modernas e cada vez mais orquestrada por grupos corporativos. Dessa forma, as observações realizadas durante os trabalhos de campo permitem constatar o que os dados e a literatura indicam. O fato marcante é que os atores da rede de produção da soja certificada de Mato Grosso, sem dúvidas, são estratégicos e possuem muita

influência e poder na rede de produção global da soja não certificada e certificada.

No Estado foi realizado uma visita técnica na Fazenda Itamarati Norte de propriedade da “Amaggi”, que além de *trading* é produtora de soja e outros *commodities*. A “Amaggi” é pioneira na certificação de soja com o padrão RTRS no mundo em 2011. A Amaggi é a gestora do grupo “Amaggi RTRS”, que atualmente possui certificação RTRS Cadeia de Custódia, Certificação Grupal e *Multi-site* e RTRS *EU RED* (certificação de biocombustíveis). A “Amaggi”, além de ser uma das fundadoras da RTRS, atualmente é membro votante, representando a esfera dos produtores, da assembleia geral da mesa-redonda.

A sede da Fazenda Itamarati Norte²⁷ está situada no entroncamento da BR – 364 com a MT – 358 em Campo Novo do Parecis/MT, na microrregião de Parecis, distante 77.2 km da sede do município e 314 km da capital do Estado, Cuiabá. Esta fazenda é um dos estabelecimentos certificados do grupo de produtores liderado pela a Amaggi. A fazenda Itamarati Norte possui uma vila comunitária, Vila Itamarati, que foi construída no entorno da sede da fazenda para que os funcionários pudessem residir, uma vez que, as cidades mais próximas estão numa distância considerável da fazenda, Figura 11.

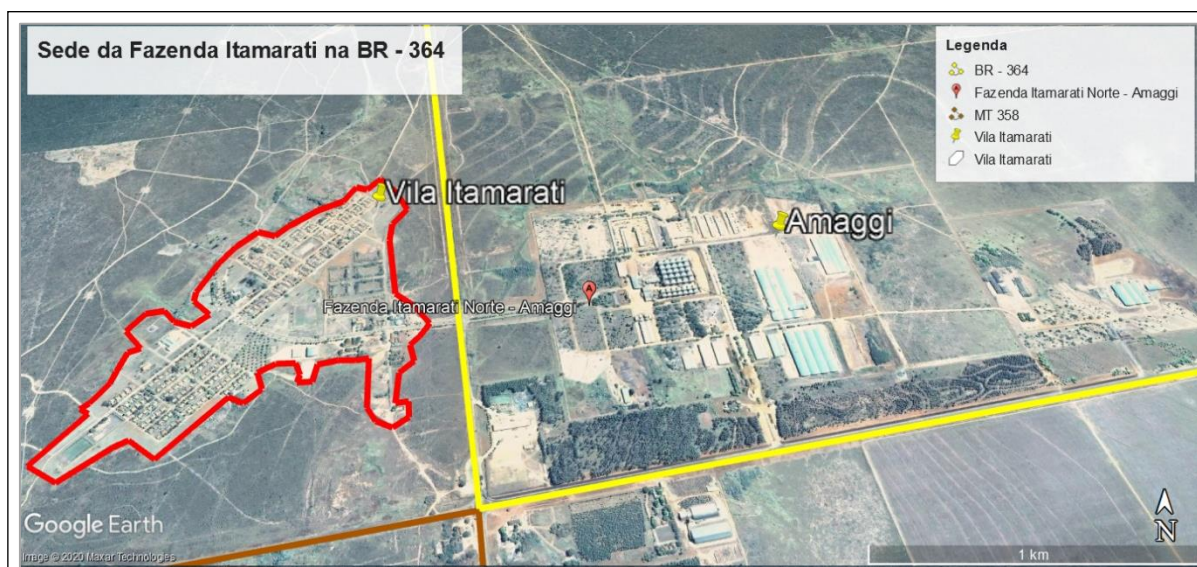


Figura 11 - Sede da Fazenda Itamarati Norte e Vila Itamarati localizada no entroncamento da BR – 364 e MT – 358

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2020). Org. RAASCH (2020).

²⁷ Conforme reportagens veiculadas na mídia, a fazenda foi comprada pelo grupo Amaggi em 2018 por 2,2 bilhões de reais. “empresa (...) já era arrendatária da propriedade de 105.000 hectares; área equivale a 147.000 campos de futebol iguais ao do Pacaembu” (VEJA, 2018). A Vila Itamarati já estava construída e foi incluída no negócio, conforme informantes da empresa na visita técnica.

Conforme dados advindos de visita técnica²⁸ *in loco*, aproximadamente 2.400 moradores residem na vila, sendo que a maioria são famílias que vivem distribuídas em 430 casas, e aproximadamente quinhentas pessoas vivem em alojamentos. Os funcionários não pagam taxas de moradia, apenas os comerciantes (uma taxa simbólica) que não necessariamente precisam ser trabalhadores da Itamarati Norte.

Os trabalhadores podem optar por receberem cesta básica de alimentos ou vale-refeição para fazerem as refeições no restaurante da empresa instalada na vila. Uma curiosidade é que a vila possui uma divisão setorial²⁹. Na vila há uma agência dos correios, uma creche e escola estadual (que foi construída pela a “Amaggi”), mercado, padaria e ainda três igrejas (sendo duas evangélicas e uma católica) e bar/lanchonete, Figuras 12 e 13.

A fazenda Itamarati Norte possui 104 mil ha, sendo 56 mil ha de áreas agrícolas e 58 mil ha de reservas e APP. Na questão da infraestrutura, a fazenda possui quatorze silos para armazenamento de grãos, um secador de grãos com capacidade de 230 toneladas, um setor específico para classificação de grãos de soja e aproximadamente quarenta unidades entre tratores e máquinas colheitadeiras em seu “barracão”, Figuras 12 e 13.



Figura 12 - A) Ruas da Vila Itamarati; B) Alojamento dos funcionários da Amaggi; C) Padrão das casas na Vila Itamarati; D) Restaurante da Fazenda Itamarati Norte na Vila Itamarati
Trabalho de Campo em set. de 2019

²⁸ Informações adquirida por representantes da empresa em visita técnica realizada na Fazenda Itamarati Norte no dia 27 de set. de 2019.

²⁹ Existe um setor de casas com padrão de estrutura melhor destinadas aos funcionários do alto escalão. Desse modo, moradores apelidaram o setor das melhores casas de “casas dos marajás”. Também existe um setor específico destinado as casas dos professores que trabalham na creche e escola da Vila.



Figura 13 - A) Agência dos Correios na Vila Itamarati; B) Escola Estadual na Vila Itamarati; C) Mercado situado na vila; D) Sede da Igreja Católica na Vila Itamarati. Trabalho de Campo em set. de 2019

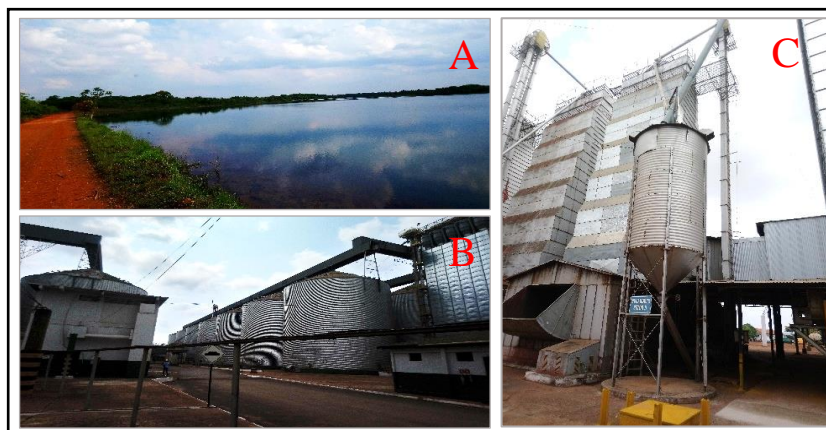


Figura 14 - A) Represa com área de APP no entorno na fazenda Itamarati; B) Silos de armazenamento de grãos da fazenda; C) Secador de grãos de 230 Toneladas da fazenda. Trabalho de Campo em set. de 2019

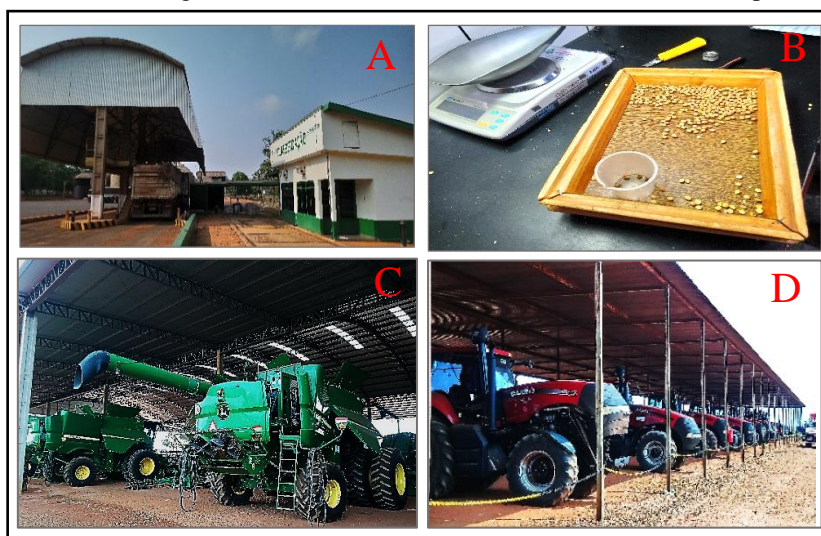


Figura 15 - A) Área de Balança e classificação de grãos na Itamarati; B) Registro de uma das etapas do procedimento classificação de grãos de soja; C) Máquinas colheitadeiras da Itamarati; D) Tratores no barracão da Itamarati; Trabalho de Campo em set. de 2019

A classificação de grãos é um procedimento que determina a qualidade do produto “mediante as análises e por comparação entre amostra analisada e padrões oficiais aprovados pelo governo federal (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa)” (SENAR, 2017, p. 7). No entanto, existe também a classificação comercial “neste caso, o comprador determina o padrão de classificação que deverá ser cumprido pelo produtor ou detentor dos grãos.” (SENAR, 2017, p. 7). A classificação de grãos foi normatizada pela Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, sendo a Lei regulamentada pelo Decreto nº 3.664, de 17 de novembro de 2000. A “Amaggi” por ser compradora de grãos de soja, é credenciada pelo MAPA e está apta a classificar grãos de soja na Fazenda Itamarati Norte. Uma das variáveis que classifica o grão é o teor da umidade, matérias estranhas e impurezas, transgênicos, ardidos e queimados e etc. (APROSOJA, 2014).

Na perspectiva socioambiental, conforme um informante da empresa que trabalha na Itamarati, para atender uma demanda específica do padrão RTRS foi construído uma lavanderia com normas específicas para lavar as roupas que são utilizadas na aplicação dos agrotóxicos nas lavouras. A quantidade de macacões lavados por dia na lavanderia pode chegar até quarenta peças. E cada aplicador possui até seis unidades. Na Itamarati Norte há um galpão destinado a separação dos resíduos sólidos que são gerados na fazenda e na vila, pois existe o serviço de coleta seletiva de lixo. Também há na propriedade uma lagoa de tratamento de esgoto. Em relação a segurança³⁰ dos moradores da vila, o sistema de segurança da fazenda da “Amaggi” que é responsável, Figura 16.

³⁰ Um procedimento que chamou atenção positivamente é a exigência da empresa para que os moradores/funcionários ao transitarem com motocicletas na vila usem além do capacete as caneleiras e roupas especiais para proteção do corpo. Porém, conforme relato de trabalhadores, no passado foi registrado acidentes com os “chapeiros” nos silos de armazenamento de grãos da Fazenda Itamarati. Mas foi relatado que também há casos que o “chapeiro” não utiliza os procedimentos de segurança por vontade própria. Os “chapeiros” são homens que entram dentro do silo para caminhar sobre os grãos com o objetivo de movimentar o grão que tende a se aglutinar por excesso de umidade. Essa prática visa desobstruir os dutos do silo. Por sua vez, um levantamento da BBC Brasil em 2018 “revela que, desde 2009, ao menos 106 pessoas morreram em silos de grãos no Brasil”. Não há dados oficiais de mortes deste tipo no Brasil, mas o levantamento foi feito considerando todas as mortes por acidente de trabalho em armazéns de alimentos a granel (não empacotados) que foram noticiadas por veículos jornalísticos (BBC BRASIL, 2018). Na maioria dos acidentes os trabalhadores podem ser soterrados ao afundar nos grãos e morrerem asfixiados ou “em outros casos, menos numerosos, o trabalhador é encoberto por uma avalanche de grãos quando paredes do armazém colapsam (...). Em alguns casos, o trabalhador cai nos grãos e é soterrado após passar mal com gases tóxicos produzidos por sua fermentação. Há ainda casos em que as mortes são causadas unicamente pela inalação desses gases.” (BBC BRASIL, 2018). De acordo com o levantamento, os Estados com mais casos de mortes em silos foram MT (28), PR (20), RS (16) e GO (9). Os municípios de Sorriso (MT) e Canarana (MT) tiveram mais casos registrados no país, sete cada um.



Figura 16 - A) Prateleira de roupas na lavanderia utilizadas na aplicação de agrotóxicos na lavoura; B) Roupas estendidas após procedimento de lavagem; C) Galpão destinado a segregação de resíduos sólidos; D) Lagoa de tratamento de esgoto situada ao lado da Vila. Trabalho de Campo em set. de 2019

Conforme informado na entrevista³¹ concedida, as fazendas de propriedade da “Amaggi” são 100% certificadas com a certificação interna ARS, e progressivamente busca-se a certificação RTRS e/ou Pró-Terra. A “Amaggi” financia 100% dos custos gerados pela certificação dos produtores fornecedores, do setor *trading* da empresa, que ingressam no grupo de produtores certificados. Conforme relatado por informantes da empresa “hoje estamos com 43 produtores dentro do grupo de certificação da Amaggi”. A empresa se responsabiliza, por exemplo, com os gastos da auditoria, assistência técnica e taxas cobradas pela RTRS. Todavia, exceto com as construções e/ou adaptações de infraestrutura que podem ser exigidas nas propriedades. Foi possível dimensionar com mais detalhes como ocorre o processo de padronização das fazendas do grupo da “Amaggi” em entrevista concedida, vide (Box 9).

Box 9 - Entrevista Amaggi

Werlen: Como é o processo de padronização da propriedade para se obter a certificação RTRS?

Representante: ... Então, primeiro, nas fazendas próprias hoje a gente tem um sistema de gestão ambiental que a gente chama aqui de GSA, que ela é um padrão ... baseada em todas as certificações que a gente possui. Então, eu não tenho só a RTRS né, eu tenho RTRS, Pró-terra, eu tenho ARS. ... Eu tenho várias certificações que tem exigências, algumas similares, e tem exigências também específicas. Então, dentro da empresa eu criei uma gestão

³¹ Informação adquirida em entrevista com três representantes no dia 25 de set. de 2018, na sede da empresa em Cuiabá/MT.

socioambiental. ... E em relação aos produtores, então, tem todo esse processo de diagnóstico que a gente faz, os produtores então antes dele ser RTRS, ele passa por um processo de diagnóstico, feita por um processo de checagem de conformidade. E aí ele entrando, depois entra numa rotina, e ano a ano a gente vai acompanhando a evolução desse produtor, ... e aí a gente faz com que esse produtor ... esteja atendendo esse padrão. ... O que a gente faz um pouco antes da RTRS também, é que, com a nossa certificação ARS, a gente chama que é o primeiro passo pra ele entrar num ambiente de certificação. Porque assim, então, de lá eu pego aquele produtor que nunca ouviu falar e começo um processo de dizer: olha existe um padrão mundialmente reconhecido. A Amaggi baseou esse ARS, que é a certificação da Amaggi, ela tem o padrão dela baseado em padrões internacionais. E a gente começa já um processo de convencimento, de conhecimento, de conscientização sobre o que a gente espera de um produtor fornecedor de grãos pra nós. Quando esse produtor, ele evolui e atende o nível desejado para uma certificação, é onde a gente normalmente pula pra uma RTRS, enfim, que é onde a gente também entra com valor agregado né. Ou seja, esse produtor, depois a gente comercializa depois esse grão, que retorna pra ele depois financeiramente que também é importante.

Werlen: O que mudou, numa perspectiva espacial, na fazenda certificada?

Representante: ... Um dos pontos, mudar talvez não seja a melhor palavra, mas isso é monitorado e controlado. ... Quando a gente começou no processo de certificação, a gente foi fazer um mapeamento da cadeia nossa. ... A maior parte dos meus produtores de soja, que fornecem soja pra gente, ele tem um passível normalmente de 1 hectare. É muito pequeno o passível. ... essa informação foi curiosa pra nós ..., mas na verdade foi uma boa notícia ... o que a gente faz, é monitorar os produtores.

Observação: a informante se referiu a área passível de desmatamento nas propriedades que entregam soja para a empresa).

Representante: O que a gente tem crescendo a cada ano é o nosso monitoramento da nossa cadeia de fornecimento, como um todo, não só a certificada. Então hoje o que a gente tem é um sistema Geoespacial, aonde eu pego os polígonos de todas as fazendas fornecedoras de soja da Amaggi, lanço isso dentro do meu sistema - eu tenho o controle Geoespacial de todos os nossos fornecedores né. Então assim, lógico, que a gente tem hoje 100 % dos 4 mil fornecedores nossos? Não, não tenho! Mas eu tenho 85% da minha cadeia mapeada hoje, já é um excelente número. Ou seja, eu tenho todos os polígonos ali das todas propriedades e eu vou monitorando o que tá acontecendo. Então assim, principalmente se tá tendo novos desmatamentos, se isso tá acontecendo. Pra nós não é algo gritante, como eu falei, o desmatamento atrelado a soja ele é muito pequeno ainda. Mas assim, o que a gente quer e não consegue fazer é o monitoramento online - vamos dizer das áreas de APP, de alerta de desmatamento. A gente tá melhorando o nosso sistema pra chegar lá. Daí você tem um controle de mudança de paisagem muito melhor. Então a gente tá evoluindo também nesse sentido.

Werlen: Quando o produtor se submete ao processo de certificação, quais as dificuldades que ele tem para se enquadrar no Padrão RTRS?

Representante: ... O produtor, ele já conhece muito bem a propriedade dele, as legislações e tudo mais. Mas tem algumas coisas que de vez em quando aparecem, são coisas novas. Por exemplo, a questão trabalhista hoje em dia tá supercomplicada ..., então a “Amaggi” funciona ali pra uma ponte pra ele, como até uma consultoria. ... São duas coisas: o que tem hoje é a informação do que precisa ser feito; eu não tô dizendo que a informação do que precisa ser feito é fácil de fazer. São duas coisas bem diferentes! Os temas que mais aparecem é das questões trabalhistas, ambientais e de saúde, e segurança também é considerável. Eu lembro deles falarem que resíduo é um grande problema. Porque resíduo você tem dificuldade pra destinar corretamente né, porque é uma cadeia longa do resíduo. ...

Depende do tipo de resíduo que se gera, você não consegue fazer com que alguém busque na sua fazenda. Às vezes tá num lugar remoto, que é bem comum ... e o custo acaba sendo alto para destinar. O resíduo, assim, o padrão tá exigindo mais de um ano pra cá. Então, nesse ano pros próximos anos que a gente vai conseguir mensurar isso junto com os produtores. Mas ele é um tema bem crítico, bem delicado. A gente precisa concentrar bastante esforço pra facilitar esse acesso à destinação.

Foi possível verificar que a Itamarati Norte é uma fazenda modelo da “Amaggi” no que se refere à infraestrutura e os recursos humanos, e não por acaso é uma das vitrines da empresa para o mundo. Entretanto, ainda que a “Amaggi” dispõem de sistemas próprios de certificação, é possível afirmar, tendo como base o exemplo da implantação da lavanderia na Fazenda e os relatos da entrevista realizada com representantes da empresa na sede em Cuiabá, que o padrão RTRS também foi um imperativo para a empresa e teve um custo ao exigir adequações estruturais e novas práticas na rotina do dia-a-dia dos funcionários na fazenda certificada Itamarati Norte.

Em Mato Grosso também foi entrevistado representantes da companhia “El Tejar”³² - no Brasil denominada “O Telhar Agropecuária”, em uma das filiais da empresa, na cidade de Primavera do Leste/MT. O grupo “O Telhar” tem um grupo de fazendas certificadas com padrão RTRS do tipo *Multi-site*, que passou pela primeira auditoria em 2018. As fazendas certificadas estão localizadas nos municípios de Primavera do Leste e Santo Antônio do Leste, no Sudeste mato-grossense, e no município de Nova Ubiratã, ao Norte de Mato Grosso. Conforme o resumo do relatório público da auditoria que ocorreu em 2018, seis fazendas do grupo estão no escopo de certificadas. As fazendas somaram juntas área total de 55.302,02 ha e área cultivada de 30.248,10 ha, com produção estimada em 98.813,00 toneladas.

Conforme o relato dos representantes da empresa, em entrevista, os motivos que levaram a companhia a certificar fazendas com o padrão RTRS foram:

³² El Tejar é uma companhia de origem Argentina que atua na América do Sul com negócios “focado principalmente na produção e comercialização de *commodities* agrícolas – soja, algodão e milho.” Os principais investidores da companhia são The Capital Group e Altima, mas existem outros investidores (O TELHAR AGRO, 2014). O grupo foi fundado em 1987, mas opera no Brasil desde 2003. Uma matéria da Reuters/Brasil, publicada pelo Jornal O Globo em 2011, contextualizou a dimensão que o grupo possuía há quase dez anos atrás no Brasil: “O grupo argentino El Tejar superou na safra 2010/11 tradicionais produtores de soja do país, utilizando uma agressiva estratégia de arrendamento... (...)” “Os maiores produtores de soja do Brasil já não são mais brasileiros (...) comentou (...) vice-presidente da Aprosoja, entidade dos produtores do Estado de Mato Grosso ... (...)” “Agora eles são os maiores do mundo”, disse (...), referindo-se ao El Tejar, que em área contínua na América do Sul planta o equivalente a mais de quatro vezes o território do município de São Paulo.”

... estar alinhada as questões ambientais ao trato com a comunidade, né, enfim, fazer tudo de acordo com as questões trabalhistas. Andar realmente na linha. Não ser uma coisa só da boca pra fora... Através da RTRS, a gente enxerga isso como uma oportunidade de agregar valor pro nosso negócio. E claro, aquilo que é a proposta do padrão pra que a gente pudesse analisar, aquilo que nós já fazíamos, e o que a gente pudesse adicionar dentro do processo pra que a gente pudesse ser ainda melhor nas nossas operações..., Então basicamente a gente enxergo uma oportunidade de agregar valor para a companhia. Porque a companhia, ela são dois fundos de investimento que são donos dessa companhia. Então de maneira, é, global pra que também outros players pudesse vir a se interessar pela companhia, como uma forma de agregar valor e mostrar que a gente também tem essa certificação. E, claro que do ponto de vista econômico também, porque você tem, é, você recebe um pagamento, um prêmio por isso.³³

Foi informado pelos representantes que as fazendas passaram por melhorias e correções, pois, a certificação exige um pouco acima da legislação brasileira. As mudanças foram na questão de infraestrutura da lavanderia, no lavador de máquinas e adaptações para melhorar as condições do ambiente de tratamento de sementes, das oficinas (com a inserção de canaletas) e inclusive melhoria da pista de pouso. Segundo os representantes, não teve aumento ou diminuição da área de produção ou de áreas de Reserva Legal das fazendas nos últimos anos, uma vez que, um dos critérios da RTRS é apresentar, na auditoria, mapas de uso e ocupação da terra desde 2009 para atestar que não teve desmatamento nesse período na propriedade.

No segundo trabalho de campo em Mato Grosso foi possível entrevistar atores e partes interessadas do grupo certificado RTRS “CAT Sorriso”. O CAT Sorriso³⁴ é a organização gestora do grupo de produtores, que também possui perfil *Multi-site*. O grupo é constituído por 27 fazendas que juntas totalizam 104.335 ha de área total. O grupo destina 72.204 ha ao cultivo da soja e possui 35.575 ha de Reserva Legal. A produção total do grupo já registrou 235.493 toneladas de soja certificada (CAT SORRISO, 2020). Em entrevista³⁵ realizada com representantes do CAT Sorriso foi informado que o grupo certificado tem produtores com o perfil do médio e do grande produtor com propriedades entre 530 ha a 20 mil ha.

³³ Entrevista concedida a Werlen Raasch no dia 01 de out. de 2019, por dois representantes na sede da empresa em Primavera do Leste/MT.

³⁴ Clube Amigos da Terra – (CAT Sorriso) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2001 por produtores de Sorriso/MT com o intuito de disseminar a prática do plantio direto no município. Desde a sua fundação, “(...) a Associação Amigos da Terra (CAT) tem trabalhado em iniciativas voltadas a reconhecer e valorizar o produtor que implementa boas práticas agrícolas, que promove a transferência de tecnologias e que está fazendo a transição para a agricultura sustentável, através do plantio direto para proteger o solo e da implementação do padrão de certificação internacional da RTRS em fazendas de médio e grande porte.” (CAT SORRISO, 2020). A organização também desenvolve projetos voltados para dar assistência técnica a pequenos produtores de produtos hortifrutí orgânicos e produção de leite de produtores da agricultura familiar de assentamentos do município. E desenvolve atividades de Educação Ambiental com promoção de cartilhas destinadas a estudantes de escolas de educação básica da cidade.

³⁵ Entrevista concedida a Werlen Raasch por uma representante do CAT, na sede da organização, no dia 25 de nov. de 2019.

Em entrevista, foi informado que o CAT atua no suporte ao produtor que está no grupo, auxiliando em todas operações referentes durante e pós o processo da certificação, promovendo, por exemplo, cursos de capacitação aos funcionários das fazendas certificadas em parceria com o SENAR do município. O CAT também realiza o canal de interlocução com os produtores de Sorriso e a RTRS. Afinal, a organização é membro votante da assembleia RTRS e representa a esfera dos produtores na plataforma global de *multi-stakeholders*.

Foram entrevistados³⁶ dois produtores que participam do grupo certificado RTRS gerido pelo CAT, que optamos por nomear de “Produtora CAT A” e “Produtor CAT B”. A Produtora CAT A informou que planta um mil hectares de soja e está no grupo certificado desde 2014. Um dos motivos que levaram ela ingressar no grupo certificado foi a necessidade de fazer mudanças estruturais na fazenda, portanto, viu na certificação RTRS uma oportunidade de colocar a sua propriedade num padrão internacional. Conforme relatado em entrevista, a produtora destacou que ela e os outros produtores de Sorriso sempre buscaram se enquadrar nas leis brasileiras, uma vez que, Sorriso é muito visado pela sua alta produtividade.

No entanto, para se certificar teve que fazer mudanças na “casinha de embalagens dos agrotóxicos” e buscar um destino correto aos resíduos sólidos da fazenda. Segundo ela, o lixo produzido na fazenda é uma das demandas mais difíceis para os produtores, sobretudo, quando as fazendas estão equidistantes da cidade. Porém, a certificação exige que os produtores certificados entreguem na cidade porque é necessário criar um histórico de entrega e apresentar um documento desta prática no momento da auditoria da certificação.

Uma outra dificuldade destacada foi a mudança de hábito dos seus funcionários da fazenda em relação ao procedimento do uso de EPI. Conforme a produtora, mesmo ela tendo um quadro de funcionários pequeno (apenas cinco) é complicado mudar a rotina quando eles estão acostumados a fazerem o trabalho de outra maneira. Uma medida tomada pela produtora foi direcionar os funcionários para fazer cursos de capacitação de segurança no trabalho e boas práticas agrícolas no SENAR. Ela contou que busca reduzir progressivamente o uso de agrotóxicos na sua propriedade e que faz análise da água na propriedade, pois este é um dos critérios da RTRS. E que todos estes procedimentos devem documentados para possível ateste com o intuito de comprovar as boas práticas nas auditorias da certificação. No mais, foi destacado que os outros critérios do padrão dependem apenas do produtor.

³⁶ Entrevista concedida a Werlen Raasch por uma produtora (Produtora CAT A) na sede do CAT no dia 26 de nov. de 2019; Entrevista concedida a Werlen Raasch por uma representante de um proprietário de uma empresa de Sorriso (Produtor CAT B) que possui três fazendas certificadas no grupo CAT Sorriso. A entrevista foi realizada na sede da empresa, em Sorriso, no dia 26 de nov. de 2019.

A representante do “Produtor CAT B” informou que ela decidiu inserir três fazendas no grupo gerido pelo CAT Sorriso porque a certificação traz segurança para o produtor. São três fazendas da empresa que foram certificadas com o padrão RTRS, sendo que duas estão desde 2014 e uma terceira foi incluída no ano de 2016.

Traz uma segurança bem grande na verdade né, porque não só pelo funcionário, mas pra a empresa né, porque é toda uma organização né. Então você sabe que, você tem que manter seu funcionário, é, com treinamentos, você sabe que você vai ter o seu funcionário com os documentos em dia, registrado. Então assim, é, traz uma segurança porque você sabe que você tá precavido. Chegar a ter uma fiscalização, alguma coisa, você já tá organizado né. Então com a certificação você passa a ter um olhar diferente né, você passa a ter um cuidado com os documentos, com a estrutura. As vezes são detalhes, que no dia-a-dia você não se atenta né. E quando se passa esse pente fino na certificação... acaba trazendo uma segurança pra gente daí, pra empresa e pro funcionário.³⁷

Na entrevista foi apontado que no decorrer do processo de certificação, assim como a salientou a “Produtora CAT A”, foi difícil mudar os hábitos dos funcionários da fazenda no que tange o uso de EPI. Segundo a representante, muitos trabalhadores da região têm experiência em fazendas que não fornecem o EPI, desse modo, foi necessário ter uma fiscalização mais forte nesse quesito e dar treinamento para os funcionários para sensibilizar eles com os motivos do uso. Também foi lembrado que os treinamentos oferecidos aos funcionários são importantes nas auditorias. Em relação as mudanças nas fazendas, ela destacou que foi necessário fazer adaptações nos depósitos de embalagens de agrotóxicos e que para o próximo ano será investido na construção de novos lavadores de maquinário para garantir que resquícios de óleos das máquinas não infiltrem no solo, seguindo as recomendações do padrão.

Na questão ambiental, foi criado um sistema para lavagem das embalagens dos agroquímicos para evitar vazamento para o solo, pois, no passado não havia esse cuidado, e também a realização de testes de potabilidade da água com regularidade. Foi informado que eles recebem cartilhas com o passo-a-passo para construir as edificações na fazenda como se recomenda o padrão. Nas cartilhas é recomendado, por exemplo, que a “casinha de agrotóxico” deve manter distância das APP e alojamentos. Existe um padrão também para as camas e armários dos alojamentos dos funcionários da fazenda. Segundo a representante, as fazendas mais antigas passam por transformações mais profundas, mas com o padrão eles aprenderam “fazer do jeito certo”.

³⁷ Entrevista concedida a Werlen Raasch pela representante do Produtor CAT B em Sorriso/MT, no dia 26 de nov. de 2019.

Nas duas entrevistas com os produtores certificados do grupo CAT Sorriso, foi pontuado que a certificação exigiu mudanças estruturais nas fazendas, mas que contribuíram para o sistema organizacional, além de gerar um monitoramento das atividades desenvolvidas na produção com a soja e trazer uma segurança para o produtor, em relação as questões trabalhistas.

4.2 A REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL DE SOJA CERTIFICADA RTRS NO ESTADO DE GOIÁS

O Estado de Goiás, situado no Centro-Oeste, abrange uma extensão territorial de 340.125,715 km², a sétima do país, com população estimada para 2019 de 7.018,354 pessoas, sendo a cidade mais populosa a capital Goiânia com 1.516.113 pessoas (IBGE/2019). O território goiano é praticamente contemplado por todo o bioma Cerrado, havendo em subespaços regionais áreas contínuas de chapadão, sobretudo, na porção Sul do Estado que é voltada para a produção de grãos. O Estado é o quarto maior produtor de grãos do país, e possui o segundo maior rebanho bovino do país, no entanto, a agropecuária correspondeu 10,4 % do PIB do Estado em 2015, sendo o setor de serviços, 65,1 % do PIB, o mais predominante (IBGE/IMG, 2015).

A dimensão territorial do Estado representa há décadas uma parcela significativa das terras agricultáveis da região Centro-Oeste. A difusão das lavouras dentro do estado ocorreu com o processo de mecanização. Na esteira da modernização no Cerrado goiano, a soja se expandiu em Goiás aliada ao aumento da expansão de áreas plantadas e com o aumento da produtividade possibilitado pela de alta tecnologia. (LUNAS, 2001).

Em relação a soja no Estado “Em 1995 a soja recebe 23,68% e o milho 59,56% do valor monetário destinado ao crédito rural em Goiás. Já o arroz e o feijão recebem respectivamente 3,4% e 4,12% do valor monetário no mesmo ano.” (LUNAS, 2001, p. 45). Neste mesmo período, “no ano de 1997 as exportações dos derivados e outros resíduos da soja representaram 51,9% do total exportado pelo Estado, e no ano de 1998 o valor elevou-se para 52,8%.” (LUNAS, 2001, p. 55).

Na microrregião do Sudoeste de Goiás a expansão da soja foi incentivada pelo programa POLOCENTRO. No que tange a estrutura fundiária, para o período, entre 1970 e 1995, ocorreu uma diminuição nos estabelecimentos e áreas de pequenas propriedades de menos de 10 ha na microrregião. E foi investido em infraestrutura de armazenamento de grãos

pelas agroindústrias para garantir a competitividade produtiva (LUNAS, 2001).

O Sudoeste de Goiás passou a concentrar o maior quantitativo da produção de grãos de Goiás, sendo composto atualmente por municípios com economia agroindustrial, a exemplo de Rio Verde, Jataí e Mineiros. Atualmente, conforme Castilho (2014), os principais produtos exportados do Estado dependem das rodovias, a exemplo das BR – 153 e BR – 060 que escoam minérios e grãos; e as BR – 364 e BR – 452 em período de safra (que permeiam o Sudoeste de Goiás).

No censo agropecuário de 2017, a produção de soja do Estado de Goiás despontou como a quarta maior do país entre os Estados brasileiros, com produção total de 10.201.843 de toneladas. A área colhida foi de 2.972.796 ha em 7.817 estabelecimentos. Os municípios com o maior quantitativo de estabelecimentos e com produção de grãos de soja são Rio Verde, Jataí e Cristalina. O maior número de estabelecimentos e produção de soja concentra-se na microrregião do Sudoeste de Goiás.

Em relação a soja certificada em Goiás, o Estado possui o segundo maior quantitativo de fazendas certificadas no país, e vem registrando aumento nos últimos três anos. Em 2016 foram 41 fazendas certificadas no Estado em 11 municípios. Em 2017 foram 50 fazendas certificadas em oito municípios goianos, e as fazendas contemplavam 90.040,22 ha de área total e 57.180,72 de ha de área plantada, tendo produção em toneladas alcançou 207.077,92. No ano de 2018 foram 58 fazendas certificadas, com área total de 101.615 ha e 75.755 ha de área plantada e produção para o ano foi de 284.430 toneladas, Figura 17.

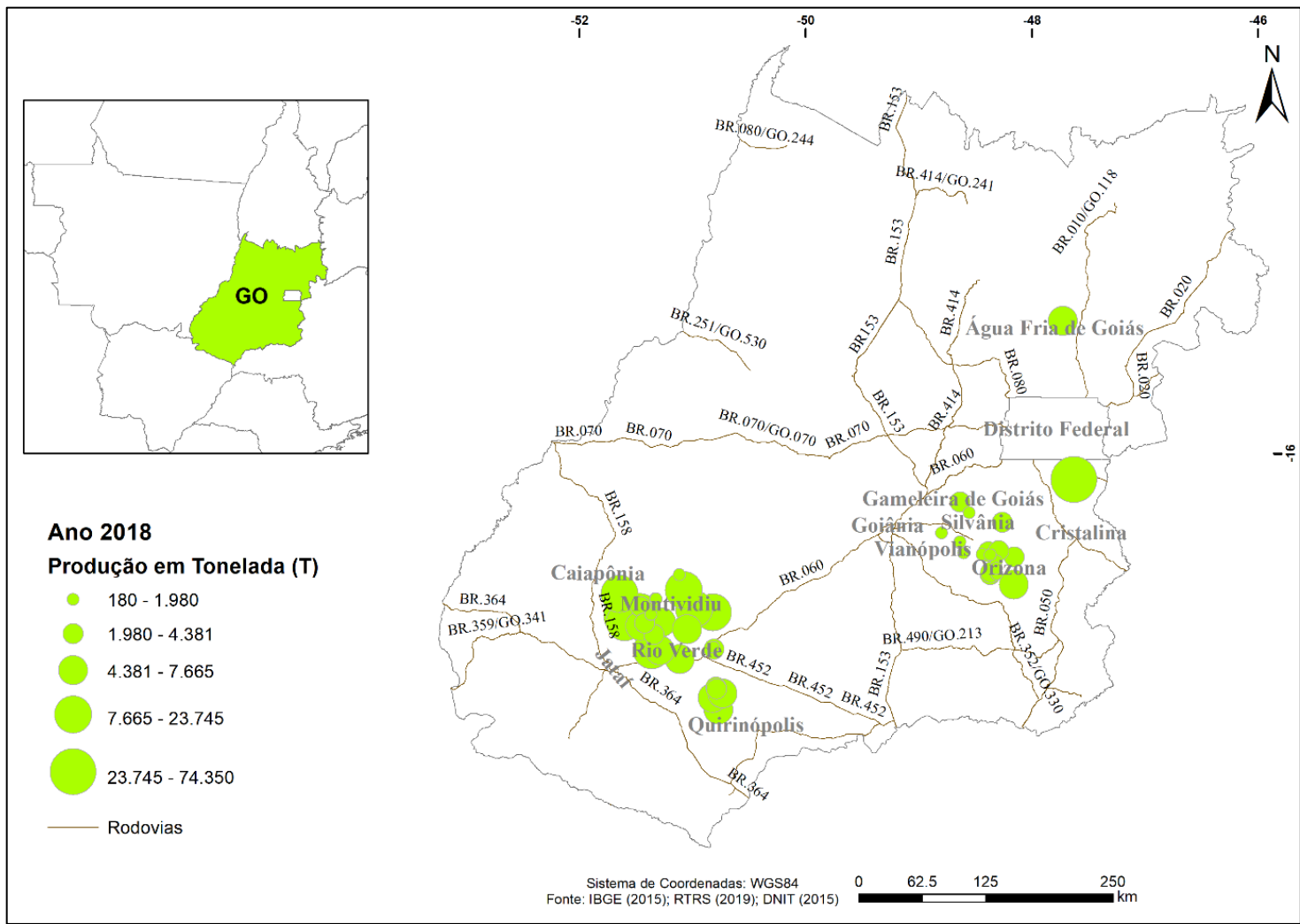


Figura 17 - Mapa de localização das fazendas certificadas em Goiás e a sua produção em (T) para 2018
 Elaborado por NOGUEIRA; CALDEIRA; RAASCH (2020)

A maioria das fazendas certificadas de Goiás estão concentradas nas microrregiões do Sudoeste de Goiás e Pires do Rio. O Sudoeste de Goiás concentrou o maior número de fazendas certificadas, foram 35 fazendas no total em três municípios – Caiapônia, Montividiu e Rio Verde, no entorno da BR – 060 e BR – 452. A microrregião de Pires do Rio concentrou 18 fazendas certificadas em três municípios – Orizona, Silvânia e Vianópolis, no entorno das rodovias BR – 457, GO – 219 e GO – 330, Tabelas 14 e 15.

Tabela 14 - Quantitativo de propriedades certificadas na microrregião do Sudoeste de Goiás em 2018

<i>Municípios</i>	<i>Fazendas Certificadas</i>
<i>Caiapônia</i>	1
<i>Montividiu</i>	8
<i>Rio verde</i>	26

Fonte: RTRS (2019); Tecnosol (2019)
Elaborado pelo Autor

Tabela 15 - Quantitativo de propriedades certificadas na microrregião do Sudoeste de Goiás em 2018

<i>Municípios</i>	<i>Fazendas Certificadas</i>
<i>Orizona</i>	8
<i>Silvânia</i>	7
<i>Vianópolis</i>	3

Fonte: RTRS (2019); Tecnosol (2019)
Elaborado pelo Autor

A dinâmica territorial da soja certificada na microrregião do Sudoeste de Goiás acompanha a lógica espacial da rede de sojicultura não certificada. No entanto, a concentração de fazendas certificadas na microrregião de Pires do Rio se dá porque há um projeto de certificação com pequenos produtores com perfil de agricultores familiar na microrregião, que será tratado na próxima subseção.

4.2.1 O que muda? O cenário do pequeno e médio produtor certificado de GO

O Estado de Goiás, assim como todos os Estados do Centro-Oeste brasileiro, apresenta uma estrutura fundiária com índices de concentração de terra acima da média nacional. Por sua vez, no Estado há territórios com uma configuração diferenciada, como verificado no território rural “Território da Estrada de Ferro”³⁸ situado no Centro Leste de Goiás. O território é composto por quatorze municípios com estabelecimentos rurais com área de abrangência em hectares bem menor do que é visto nas regiões produtivas do agronegócio.

O Território Estrada de Ferro é a principal bacia leiteira do Estado de Goiás há décadas, entretanto, a pecuária não impediu o avanço da produção da soja em alguns municípios como Orizona, Silvânia e Vianópolis. No último censo agropecuário de 2017, Orizona possuía um total de 147 estabelecimentos com produção de soja, que ocupava uma área colhida de 27. 849 hectares, e com produção de 93.302 toneladas. Neste mesmo ano, o município de Vianópolis contava 159 estabelecimentos, havendo 37.245 hectares de área colhida e produção de 124. 298 toneladas; e Silvânia contava com o quantitativo de 183 estabelecimentos, abrangendo 69.683 hectares de área colhida e produção de 247. 707 T (IBGE, 2017).

Diante desse contexto, não por acaso, o território produtivo, despertou o interesse de atores globais que buscavam desenvolver um projeto pioneiro de incentivo à certificação RTRS da soja para pequenos e médios produtores. Esse projeto trata-se do grupo de produtores certificados RTRS “Cresol Estrada de Ferro”, que foi iniciado em setembro de 2015. A líder do projeto é a organização não-governamental TRIAS³⁹, da Bélgica. O histórico de criação do projeto⁴⁰, que resultou no grupo de produtores “Cresol Estrada de Ferro”, começou em 2014 quando a Bemefa (empresa de ração alemã) procurou a TRIAS para iniciar negociações para que, empresa e ONG, desenvolvessem projetos que ajudassem os parceiros da ONG e que fosse ao encontro dos interesses da empresa, que utiliza a soja como matéria-prima em seus produtos.

³⁸ O Território Estrada de Ferro trata-se de um território rural “(...) localizado na Região Centro Leste do Estado de Goiás e ocupa uma área de 11.623,7 km², o que equivale a 3% da área total do Estado. É composto por 14 municípios, distribuídos em duas microrregiões - Goiânia e Pires do Rio. Na primeira estão localizados os municípios: Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldazinha e Leopoldo de Bulhões; na segunda, encontram-se os municípios de Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis.” (CASTRO et al., 2014, p. 91).

³⁹ A TRIAS é uma ONG de origem belga, com sede em Bruxelas. No seu histórico, a ONG afirma que atua há mais de 50 anos. Atualmente existe uma rede de escritórios que apoia organizações e empreendedorismo de agricultores familiares em vários países, porém com um foco maior na América Latina e África. A TRIAS informa em seu portal que em 2018 o seu orçamento foi de 40 milhões de euros, sendo monitorado por 150 funcionários (TRIAS, 2019).

⁴⁰ Informações da entrevista concedida ao Werlen Raasch pela representante da TRIAS no Brasil no dia 03 de fev. por telefone (via skype).

As negociações entre a ONG e a Bemefa não avançaram, por outro lado, a Bemefa indicou a ONG para a Colruyt, uma rede de supermercados belga. A TRIAS e o grupo Colruyt⁴¹ chegaram num acordo que foi colocado a certificação como “moeda de troca”. A rede de supermercados belga é membro da RTRS e se comprometeu a comprar os créditos, na plataforma da RTRS, gerado pelo volume da produção de soja durante os três anos do processo progressivo de certificação do futuro grupo de pequenos e médios produtores de soja. Ou seja, o principal incentivo financeiro aos produtores viria da venda dos créditos da plataforma RTRS para a Colruyt. Mas além da Colruyt, a própria TRIAS, a fundação da Solidaridad Network⁴² e o Instituto holandês IDH foram organizações que contribuíram com recursos financeiros para desenvolver esse projeto.

É de interesse da Colruyt demonstrar para os seus clientes mais atentos as questões sustentáveis, que a empresa tem apreciação por iniciativas mais “responsáveis” na sua cadeia de abastecimento. A rede de supermercados vende carne do Brasil aos seus consumidores, que é alimentado com derivados da soja. Para a TRIAS, a parceria tornou-se interessante porque o projeto beneficiaria agricultores familiares, que é o foco do trabalho da ONG, com melhorias nas propriedades através do bônus da venda de créditos na plataforma RTRS. E, também ajudaria os colaboradores da organização não-governamental, que neste projeto em especial foi a Cooperativa Cresol.

A ONG escolheu a Cooperativa de Créditos Cresol⁴³ para ser a instituição gestora e responsável juridicamente do futuro grupo certificado no país (TRIAS e Cresol desempenhavam projetos em parceria no Brasil desde 1995). Como informado pela

⁴¹ Colruyt é um grupo belga que teve origem em 1928 em Halle na Bélgica. Atualmente o grupo é mais famoso pela sua rede de supermercados com foco no varejo e atacado de alimentos em três países da Europa (Bélgica, França e Luxemburgo). O grupo é detentor de uma ampla gama de marcas e atividades próprias no setor de alimentos e também não-alimentos (combustíveis, atacado e serviços de alimentação). Em 2018/2019 a receita da empresa cresceu 9.4 bilhões de euros (COLRUYT, 2020).

⁴² A Solidaridad é uma organização de origem holandesa fundada em 1969 por bispos católicos do país com o objetivo de ajudar no desenvolvimento da América Latina. A organização traz no seu histórico que nestes cinquenta anos buscou-se trabalhar em torno do comércio justo. “A Solidaridad fundou a Fundação Max Havelaar em 1988, lançando o primeiro rótulo de comércio justo para café sustentável.” Nas décadas de 1990 e 2000 apoiou iniciativas de certificação socioambiental no setor agroalimentar por considerar que o comércio justo, mesmo sendo importante, criava nichos de mercado. A Solidaridad adotou por exemplo a iniciativa da mesa redonda para o óleo de palma (RBS). Porém, gradativamente reconheceu que a certificação tem limitações e concentrou esforços nas abordagens setoriais. “Atualmente a “Solidaridad Network” trabalha para trazer soluções de sustentabilidade para velocidade e escala.” (SOLIDARIDAD, 2019). A Rede Solidaridad está registrada como uma fundação na Câmara de Comércio em Utrecht, na Holanda. Segundo a organização “em 2019, a Solidaridad operou em todo o mundo e tem uma ambição total de continuar seu trabalho como uma organização da sociedade civil orientada para soluções, acelerando o desenvolvimento sustentável e inclusivo global.” (SOLIDARIDAD, 2019).

⁴³ A Cresol é uma cooperativa de créditos criada em 1995 em Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. A Cresol informa em seu portal que possui atualmente mais de 200 mil famílias cooperadas em dez estados brasileiros (PR, SC, RS, MG, ES, RO, SP, RJ e AM). A cooperativa oferece serviços de crédito rural, financiamentos e seguros (CRESOL, 2020).

representante da TRIAS, a ideia sempre foi desenvolver o projeto no Brasil, todavia, dois motivos principais levaram os envolvidos a escolher o Território da Estrada de Ferro. O primeiro critério era um lugar em que a Cresol atuasse, e o segundo era onde pudesse haver mais recursos e oportunidades. A produção de soja por pequenos produtores também foi um critério, que neste caso havia as opções em Goiás e no Paraná. Como a Cresol se preparava para se instalar no Território Estrada de Ferro em 2015⁴⁴, foi mais interessante para a cooperativa buscar novos cooperados e apoiar projetos no âmbito da agricultura familiar no território goiano.

Para colocar o projeto em prática, era necessário iniciar o processo progressivo da certificação RTRS com os produtores. A partir desta etapa foi envolvido uma quantidade significativa de atores e pessoas no Brasil e no exterior. Por meio da pesquisa empírica foi identificado que os principais atores locais do grupo de produtores certificados RTRS se encontram, em sua maioria, em Orizona/GO (BOX 10). Portanto, o trabalho de campo com a rede desse grupo de produtores certificados RTRS foi concentrado neste município.

BOX 10 - ORIZONA - DOS TEMPOS DA VIAÇÃO FÉRREA

Orizona era conhecido Até 1890 como a vila da “Capela dos Correias”, sendo elevado posteriormente à categoria de município com o nome de “Campo do Formoso” em 1909. A alteração do nome do município para o topônimo Orizona (termo de origem latina, Oriza = Arroz + Zona = Região “Zona do Arroz”) ocorreu em 1943. Na época havia outro município brasileiro com o mesmo nome de Campo do Formoso, e como o município goiano era um dos grandes produtores de arroz do Estado, optou-se pela alteração (PORTAL PREFEITURA DE ORIZONA, 2017). Contudo, no processo histórico “o predomínio da pecuária no município mostra um quadro em que as culturas temporárias possuem pouco destaque, mesmo o arroz que foi cultivado no cerrado como uma cultura desbravadora, não possuiu relevância em Orizona.” (BEZERRA, 2002, p. 36). Orizona está situado no Sul de Goiás, região que recebeu os primeiros trechos dos trilhos da “Estrada de Ferro Goiás” na primeira década do século XX (CASTILHO, 2014). A construção da Estrada de ferro “teve início em 1909 no município de Araguari, e em 1911 o primeiro trecho da ferrovia foi inaugurado. (...) Nesse mesmo ano foi inaugurada, já em solo goiano, a estação de Anhanguera e, em 1913, as estações de Cumari, Veríssimo, Goiandira, Engenheiro Raul Gonçalves e Ipameri.” (CASTILHO, 2014, p. 69). A Estrada de Ferro Goiás chegou nos territórios dos municípios que hoje compõem o Território Rural Estrada de Ferro, em especial Orizona, Silvânia e Vianópolis, com a inauguração da estação Urutaí (1914). E posteriormente com a construção da linha “Linha-Tronco Pires do Rio - L. Bulhões” (1922

⁴⁴ A cooperativa inaugurou a sua primeira filial no Território Estrada de Ferro na cidade de Orizona, em dezembro de 2015.

– 1931), que garantiu as inaugurações das estações Pires do Rio em 1922 (Pires do Rio), Engenheiro Balduino e Egerineu Teixeira em 1922-1923 (Orizona), Caraíba em 1923 (Vianópolis) e Silvânia em 1930 (Silvânia) e outras, Figura 18 (CASTILHO, 2014). ... Em relação ao contexto fundiário de Orizona, Bezerra (2002, p. 43) abordou um estudo feito nos anos 2000 pelo INCRA/FAO, que revelou que “em Orizona, a agricultura familiar apresenta um quadro diferente em relação à região Centro-Oeste (...). Enquanto os agricultores familiares ocupam, no Brasil, um percentual de 30,5% da área total, o que corresponde a 85,2% do número total de estabelecimentos, no Centro-Oeste, os números são respectivamente 12,6% e 66,8%. (...) em Orizona, os agricultores familiares ocupam 58,8%



Figura 18 - Estação Caraíba no Distrito de Caraíba/Vianópolis, distante 20 km da cidade de Orizona; Trabalho de Campo, dez. 2019

da área do município e 84,3% do número total de estabelecimentos.” Bezerra (2002, p. 110) concluiu que “Orizona é um município que se distingue das características gerais do estado, no tocante a sua estrutura fundiária, pois apresenta grande presença de pequenas unidades de produção familiares ao lado da incipiente existência de culturas mecanizadas no município, como a soja e o milho.” Conforme Bezerra (2002, p. 37) “a soja, que, na região Centro-Oeste e no estado de Goiás, substituiu grande parte das áreas destinada à pecuária a partir da década de 1980, começou a se expandir no município a partir de 1985, quando a área passou de 0,6% do total para

3,2% (...)” Porém, de acordo com Lemes e Mendes (2011, p. 161) “(...) observa-se que anualmente essa produção vem crescendo (...). Ao analisar os dados do IBGE (1990-2004) verifica-se que a área (ha) dessa cultura cresceu consideravelmente, uma vez que em 1990 a área plantada fora de 5.000 hectares, chegando em 2004 na casa dos 20.000 hectares, ou seja, a área ocupada pela soja quadruplicou.” Atualmente o município de Orizona possui uma área territorial de 1.972,884 km² e está situado na Mesorregião do Sul Goiano, dentro da microrregião de Pires do Rio. A população estimada para o ano de 2019 foi de 15.605 hab. (IBGE, 2020). O Cerrado é o bioma predominante. O relevo é caracterizado por terrenos planos, entrecortado por serras, típico do Planalto Goiano (PORTAL PREFEITURA DE ORIZONA, 2017). E, “não há predomínio de áreas específicas de chapadões.” (LEMES; MENDES, 2011, p. 166). As áreas de chapadão estão dispersas no território do município. A atividade econômica de maior destaque atualmente no município é o setor lácteo, que correspondeu, no ano de 2017, a maior produção de litros de leite de vaca por município do Estado de Goiás (IBGE, 2017).

Dentre as funções da Cresol, a cooperativa contratou técnicos agropecuários para desenvolver o trabalho com os produtores a partir de setembro de 2015, via cooperativa “Solater” (que prestava trabalho de assistência técnica e extensão rural). Até fevereiro de 2016 foram contratados quatro técnicos para desenvolver as primeiras atividades. Conforme o Registro de Memória de 2016 do grupo Cresol Estrada de Ferro:

A primeira atividade desenvolvida foi o levantamento de produtores de soja pertencentes a agricultura familiar e que estão ativos no projeto do biodiesel na região conhecida como Território Rural estrada de ferro. (...) Esse levantamento dos produtores foi feito mediante uma parceria com a Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), o qual forneceu uma planilha com todos os produtores de soja, do estado de Goiás, com DAP e ativos no programa do biodiesel, forneceu também contatos de empresas que compram soja para o programa do biodiesel (TECNOSOL, 2019).

Para atuar no projeto os técnicos tiveram que passar por cursos de capacitação. Desse modo, Cresol e a Trias convidaram a Solidaridad “(...) para treinar os técnicos da cooperativa para adaptar seus processos de produção às exigências da RTRS.” (SOLIDARIDAD, 2018).

A primeira iniciativa foi a realização de um workshop conduzido pela Solidaridad para permitir que a equipe da Cresol entendesse os padrões da RTRS e realizasse o trabalho de certificação como um grupo. Além da preparação teórica, complementada por aulas práticas, também foram direcionadas ações em campo para a implementação das mudanças. Canais de comunicação entre os técnicos da Solidaridad e da Cresol foram criados para fornecer orientação durante a execução do projeto (SOLIDARIDAD, 2018).

Dentre as atribuições predestinadas aos técnicos agropecuários, estava o cumprimento de visitas aos produtores de soja de Orizona e Silvânia para convidá-los a participar das palestras sobre a certificação RTRS e o projeto que a Cresol estava à frente localmente. Está no registro de memória de 2016 do grupo que as primeiras palestras reuniram em média oitenta produtores de soja e foram dadas por um representante da Solidaridad, pois, até o momento a equipe envolvida no projeto ainda não conhecia os trâmites da certificação RTRS, Figura 19.



Figura 19 - Registro de uma das palestras destinada aos produtores de Orizona e Silvânia com o tema “Do comércio Justo até as Mesas Redondas” em fevereiro de 2016

Fonte: Tecnosol (2019)

Em abril de 2016 surgiu a necessidade de contratar a empresa Camponesa Socioambiental⁴⁵ para desenvolver o trabalho mais burocrático de coordenação do grupo de produtores e auxiliar a equipe técnica. E por motivos internos, posteriormente foi criado pelos próprios técnicos agropecuários contratados a empresa Tecnosol⁴⁶. Os técnicos da Tecnosol que fazem o trabalho técnico de campo, de fazer o acompanhamento da evolução dos produtores e auxiliá-los no enquadramento das propriedades no padrão RTRS.

No memorial do grupo consta que em março de 2018 havia 21 produtores dentro do grupo “Cresol Estrada de Ferro”, com fazendas certificadas localizadas nos municípios de Gameleira, Orizona, Silvânia e Vianópolis. Atualmente o grupo certificado RTRS “Cresol Estrada de Ferro” reúne dezoito produtores, sendo que oito estabelecimentos estão localizados em Orizona, sete em Silvânia e três em Vianópolis, estando ambos situadas na microrregião de Pires do Rio, Figura 20 (TECNOSOL, 2019).

⁴⁵ A Camponesa Socioambiental desempenha dentre as suas atividades consultoria socioambiental com foco na agricultura familiar e no cooperativismo.

⁴⁶ A empresa Tecnosol foi criada pelos técnicos agropecuários para prestar serviços consultoria rural.

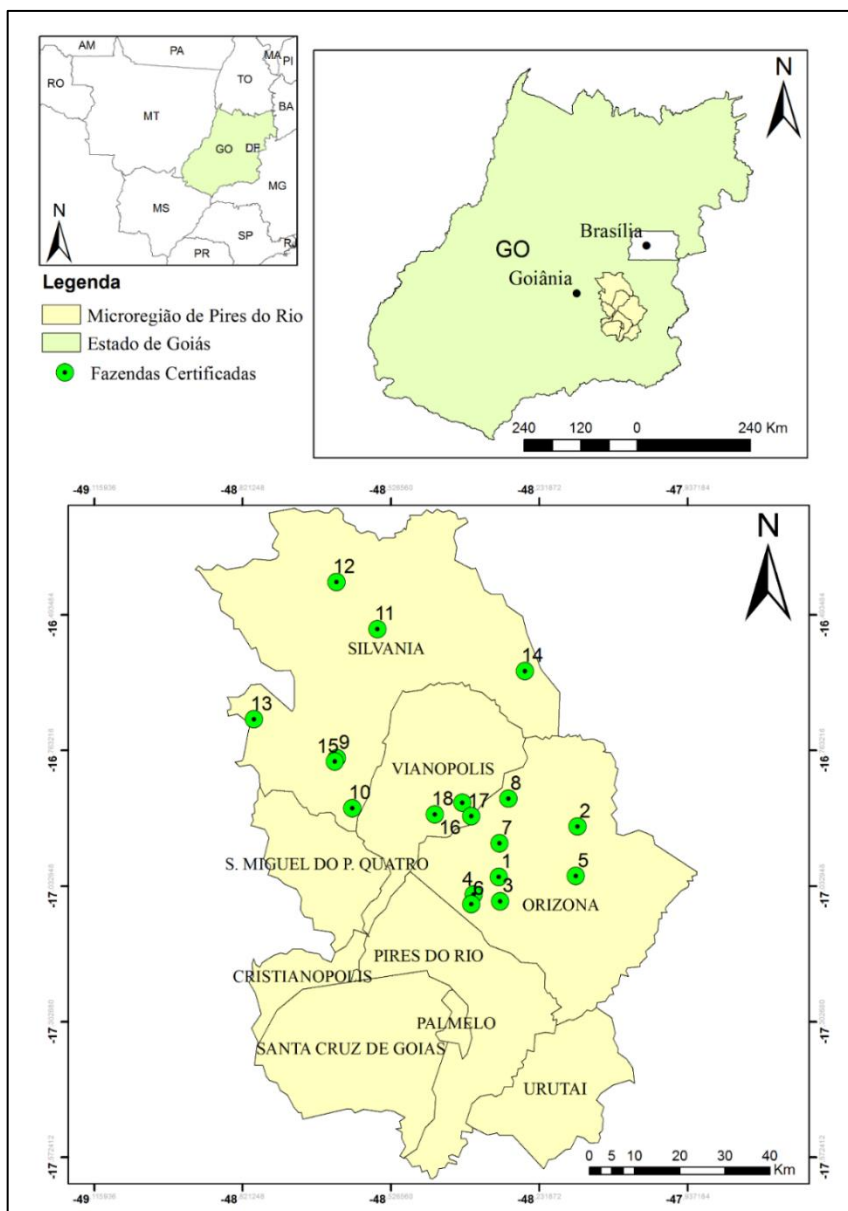


Figura 20 - Mapa de localização das fazendas certificadas na microrregião de Pires do Rio
 Fonte: Tecnosol (2019).; Org. NOGUEIRA; CALDEIRA; RAASCH (2019)

As características das fazendas especializadas no mapa podem ser visualizadas abaixo no Quadro. De acordo com os dados disponibilizados, é possível verificar que as fazendas do grupo totalizam juntas uma área de 10.990 hectares, sendo que 9.577 hectares é destinado ao plantio de soja. As Áreas de Preservação Permanente correspondem a 213,9 hectares e as de Reserva Legal 1.199,4 hectares. O grupo produziu na safra de 2018/2019 um volume de 32.638,8 toneladas de soja com o certificado RTRS, contando com um número baixo de funcionários apenas em algumas fazendas (TECNOSOL, 2019).

Quadro: Características das fazendas do grupo Cresol Estrada de Ferro

Estabelecimentos Certificados	Área total (ha)	Área plantada de soja (ha)	Produção de soja 2018/2019 (T)	Área de APP (ha)	Área de Reserva Legal (ha)	Quantitativo de empregados
ORIZONA – GO						
Fazenda 1	76.422,1	60	209	3.424,3	12.997,8	0
Fazenda 2	1.097,2	900	313,2	20	177,2	3
Fazenda 3	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado
Fazenda 4	932,2	810	2.563,00	15	107,2	7
Fazenda 5	1.960	1.930	4.863	4	26	4
Fazenda 6	1.031	850	3.315	19	160	2
Fazenda 7	366	300	1.080	12	54	1
Fazenda 8	800	700	2.688	20	80	2
SILVÂNIA – GO						
Fazenda 9	326,68	315	1.228	5,89	5,79	2
Fazenda 10	490	400	1.536	10	80	0
Fazenda 11	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado
Fazenda 12	725	650	2.496	15	60	2
Fazenda 13	103	85	326	2	16	0
Fazenda 14	936,03	700	2.688	50,69	185,34	3
Fazenda 15	362	290	1.113	13	59	0
VIANÓPOLIS – GO						
Fazenda 16	1.232	1.050	3.528	22	160	1
Fazenda 17	87	87	146	0	0	0
Fazenda 18	465,81	450	1.728	1,9	13,91	0
Características gerais do grupo	10.990 hectares	9.577 hectares	32.638,8 toneladas	213,9 hectares	1.199,4 hectares	27 funcionários

Fonte: Tecnosol (2019); Org. Raasch (2020)

No memorial do grupo de março de 2018, a Cresol enfatiza algumas características peculiares que diferencia o grupo de produtores dos outros grupos de produtores certificados em Goiás e no Brasil. Para Cresol o diferencial principal do grupo é a certificação de agricultores familiares. “Temos o diferencial de buscar certificar agricultores familiares que conduzem suas propriedades e cultivos, geralmente com a participação de diversos membros da família (principalmente jovens) e eventual contratação de mão de obra assalariada (...).” (TECNOSOL, 2019).

No segundo trabalho de campo realizado em Orizona foi possível visitar a Fazenda Cachoeira no dia 20 de dezembro de 2019, que se trata da Fazenda 2 espacializada no mapa da Figura 19 e caracterizada no Quadro. A sede da fazenda está localizada 22 km da cidade de

Orizona, na estrada vicinal sentido ao povoado de Cachoeira. Na sede, foi possível verificar algumas mudanças realizadas na propriedade, apontadas por um dos técnicos agrícolas da equipe de campo, por requisitos da certificação RTRS.

Na fazenda foi construído pelo produtor um depósito de armazenamento de embalagens de agrotóxicos e um lavador com estrutura adequada para impedir o escoamento de resíduos de óleo dos veículos, Figuras 21 e 22. As edificações devem ser construídas conforme os critérios do padrão. Por exemplo, os depósitos de agrotóxicos devem ser fechados para impedir acesso de terceiros, possuir telas para circulação de ar (mas que impeça a entrada de qualquer animal) etc.



Figura 21 - A) Depósito de armazenamento de agrotóxicos construído na Fazenda Cachoeira; B) Telas de ventilação obrigatórias no depósito de armazenamento de agrotóxicos conforme critérios da certificação RTRS. Trabalho de Campo (2019)



Figura 22 - A) Lavador de veículos construído seguindo às exigências dos critérios RTRS; B) Funcionário da Fazenda Cachoeira realizando a lavagem de uma máquina agrícola. Trabalho de Campo em dez. de 2019

No galpão que armazena o tanque de combustível foi necessário fazer canaletas no piso para impedir possíveis escoamentos de resíduos de óleo no solo, Figura 22 e 23. Também foi concedido fotos, do acervo de fotografias do grupo, de instalações físicas e/ou adaptações e novas práticas que tiverem que ser padronizadas pelos produtores do grupo Cresol Estrada de

Ferro em suas fazendas no processo progressivo de obtenção do certificado RTRS, Figuras 23, 24, 25 e 26.



Figura 23 - A) Depósito de tanque de combustível da Fazenda Cachoeira; B) Caneletas no piso do depósito do tanque de combustível para impedir escoamento de óleo no solo
Trabalho de Campo (2019)



Figura 24 - A) Antes e depois da certificação RTRS em uma fazenda certificada do grupo Cresol Estrada de Ferro; B) Antes e depois em uma fazenda certificada do grupo Cresol Estrada de Ferro
Fonte: Camponesa Socioambiental/Tecnosol



Figura 25 - A) Construção de depósitos de agrotóxicos em duas fazendas certificadas do grupo Cresol Estrada de Ferro; B) Instalação de um trailer para servir de depósito em uma das fazendas certificadas do grupo Cresol Estrada de Ferro. Fonte: Camponesa Socioambiental/Tecnosol



Figura 26 - A) Produtor do grupo fazendo aquisição de equipamentos EPI; B) Instalação de placa normativa e cerca em APP em uma fazenda certificada; C) Placas normativas para uso de EPI em uma das fazendas certificadas do grupo Cresol; D) Placa de instrução em uma propriedade. Fonte: Camponesa Socioambiental/Tecnosol

Foram entrevistados três produtores que compõem o grupo Cresol Estrada de Ferro, e optamos por nomear de “Estrada de Ferro A”, “Estrada de Ferro B” e “Estrada de Ferro C”. O produtor “Estrada de Ferro A” de Orizona produz soja há quinze anos em sua propriedade e entrou para o grupo de produtores certificados desde o início do projeto, em 2015. O produtor afirma plantar um mil hectares de soja, sendo que metade está plantada em sua fazenda e a outra metade são em áreas arrendadas. Ele argumentou que não é um problema certificar às terras que ele arrenda porque todas são documentadas e seguem os parâmetros ambientais das leis brasileiras. A sua produção fica em torno de 45 mil sacas de soja, sendo entregue na região para a Caramuru e as vezes uma empresa ligada a Louis Dreyfus, entretanto, ele não sabe informar o destino final da soja que ele produz.

Segundo o produtor os motivos que levaram ele a se certificar foi à busca por melhorias na propriedade, ainda que no início o investimento financeiro seja maior que o retorno. Na sua fazenda as mudanças mais significativas foram no depósito para adequar o armazenamento das embalagens de agrotóxicos e construir um novo lavador, adequado aos critérios da RTRS, para o maquinário utilizado na produção. O produtor “Estrada de Ferro A” destacou que teve que mudar hábitos, a exemplo de passar a armazenar o óleo diesel e ter um monitoramento das folhas de ponto dos três funcionários que trabalham na fazenda. Ele comentou que o uso de EPI por parte dos funcionários é mais complicado para monitorar, mas que ele entrega aos trabalhadores os equipamentos e pede para que eles assinem um termo de recebido.

O “produtor Estrada de Ferro B” de Orizona afirmou estar no grupo de produtores certificados Cresol desde o início do projeto e atualmente ele planta quase dois mil hectares, sendo a maior parte em terras arrendadas. A sua produção aproximada é 110 mil sacas de soja, sendo vendida para Caramuru (que esmaga para produzir óleo de soja e ração) e a Bunge que exporta à produção. Em relação as terras arrendadas, o produtor pontuou que é um pouco complicado convencer o proprietário que é necessário fazer alterações na sua propriedade, entretanto, com o diálogo torna-se possível.

Segundo o produtor, os motivos que levaram ele a se certificar foi ajudar desenvolver uma agricultura sustentável, que é uma exigência do mundo. E também, pelo retorno financeiro que viria pela venda de créditos na plataforma da RTRS. Além de estar consciente que está seguindo o rigor da lei nacional. O produtor afirmou que sempre buscou “fazer o certo” na sua propriedade ao estar preservando as APPs, conter erosão de solo etc.; mas a certificação exigiu que ele fizesse mudanças na estrutura de sua fazenda, sendo construído “casa” para guardar as embalagens de agrotóxicos. Ele afirmou que continua se adaptando às exigências documentais,

porém o mais difícil é sensibilizar o uso dos equipamentos EPI para os quatro funcionários da fazenda.

O produtor “Estrada de Ferro C” afirmou plantar 41 hectares de soja em Vianópolis, sendo que toda a sua produção está em áreas arrendadas. Conforme o produtor, ele produz soja há sete anos, e que sua produção muda de acordo com a safra, mas que habitualmente são 147 toneladas de soja, sendo entregue para a Cargill de Vianópolis e a Caramuru em Orizona. Em relação as terras arrendadas, ele afirmou que isso não foi um problema para obter a certificação. Segundo ele, dois motivos o levaram a se certificar, o primeiro foi o dinheiro extra com a venda dos créditos, o segundo foi contribuir com a preservação do meio ambiente.

O produtor relatou que recentemente um vizinho havia desmatado legalmente três hectares de mata nativa, mas que hoje a tecnologia empregada na semente da soja é muito alta comparada há vinte anos atrás, e que é possível produzir mais sem desmatar. Ele disse que o retorno financeiro direto com a certificação ainda é pequeno, entretanto, por meio da certificação ele conseguiu diminuir o uso de agroquímicos, que gera a diminuição de custos. O produtor afirmou que teve que começar a registrar em relatórios as suas idas à “roça”, porque foi recomendado pela equipe técnica do projeto criar um registro com as práticas semanais realizadas na lavoura.

O produtor possui um sócio, que é um membro da família, e não tem funcionário para trabalhar na produção. Por esse motivo ele fez alguns cursos de mecânica, descarte de óleo e aplicação de defensivo no SENAR da região para estar se capacitando. Como ele não tem sede na fazenda, ele disse fazer parcerias com empresas para fazer manutenção de máquinas, aplicar agrotóxicos e descartar resíduos. Desse modo, os documentos de prestação dos serviços atestam nas auditorias que ele mantém boas práticas. Segundo o produtor, se ele tivesse sede, com certeza seria mais difícil se adequar. Segundo ele, para se certificar foi necessário construir apenas um paiol (depósito) para guardar embalagens de agrotóxicos nas terras de produção.

Os dois primeiros produtores destacaram que tiveram que fazer alterações na estrutura da fazenda. Os três enfatizaram que a certificação exige uma nova prática de monitoramento de performance, porque tiveram que criar um acervo documental para comprovar as práticas realizadas quando houver auditorias.

*“O Cio da Terra
(...) Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão”*
Chico Buarque e Milton Nascimento



| CAPÍTULO V |

UMA ANÁLISE DA CERTIFICAÇÃO RTRS NA SOJICULTURA

Os mecanismos de certificação são apontados, por linhas teóricas mais críticas, de funcionar como “caixas pretas”, porque os padrões privados tendem a ser inquestionáveis, uma vez que, algumas organizações podem restringir as formas de entrada dos atores e partes interessadas nas organizações criadoras de padrões, aspecto que deslegitima o padrão privado a ser criado (ELGERT, 2012). A certificação também é apontada por setores mais críticos por ser “como uma parte cada vez mais integrante da governança neoliberal privatizada (Bartley, 2003; Walter, 2003), e as maneiras pelas quais a dominação da certificação 'restringe a luta política' e 'limita o escopo da ação' (Klooster, 2010).” (ELGERT, 2012, p. 296, Tradução Nossa). Em relação a constituição das mesas redondas, conforme Elgert (2012, p. 296, Tradução Nossa):

alguns autores mostram que a distribuição desigual do poder de decisão entre as partes interessadas resulta em sistemas de certificação que são mecanismos de 'controle à distância' (Klooster, 2005; McEwan e Bek, 2009; Ponte e Gibbon, 2005). Esses autores argumentam que os pequenos produtores, que são menos poderosos e influentes em relação a outros na cadeia de valor global, são reféns das demandas de compradores ou consumidores internacionais de se conformarem com padrões que eles não deram entrada na criação.

Outro questionamento é que o enquadramento dos estabelecimentos agropecuários aos *standards* também pode envolver grandes investimentos, tornando-se uma barreira aos pequenos produtores que não dispõe de recursos para investir (KLOOSTER, 2005). E conforme Hubert et al. (1998), os mecanismos de certificação refletem a incapacidade institucional, até mesmo do Estado, de propor maneiras de superar os problemas ambientais e sociais.

O debate se os sistemas de certificação contribuem para trazer resultados benéficos quando se pensa numa produção sustentável e relações sociais justas é definitivamente importante (ELGERT, 2012). Conforme Draegni (2015) poucas pesquisas tem sido desenvolvidas sobre a certificação de soja no Brasil. E mais, nota-se que raras são as pesquisas internacionais que possuem maior abordagem empírica e que propuseram uma análise a partir de quem participa diretamente e indiretamente do processo de certificação da soja, sobretudo, a partir dos produtores, que são os submetidos a produção.

Uma justificativa plausível para isso encontra-se em uma das frases que mais foi replicada pelos entrevistados nesta pesquisa, “a certificação da soja é muito nova”. Porém, neste capítulo propomos uma análise do que se viu nos lugares da produção e se ouviu de quem está envolvido

no processo de certificação. E buscamos aplicar, ainda que com certas restrições, o conceito de RPG para dimensionar a rede de certificação RTRS.

5.1 AS MULTIDIMENSIONALIDADES DA REDE GLOBAL DE SOJA CERTIFICADA RTRS

Uma das propostas desta pesquisa é compreender a certificação RTRS para a soja pelo conceito de Rede de Produção Global. Foi discorrido no capítulo I que o conceito propõe realizar análises não pelo Estado, mas por uma **Empresa líder** ou **Empresa Inter-firmas**, que quase sempre atuam em escala global em tempos de globalização. Contudo, Coe; Dicken e Hess (2008) enfatizam que é possível ter como foco vários pontos de uma rede. Por sua vez, Coe e Yung (2015, p. 54-57) ressalta que os atores intermediários extra-firmas ganharam influência e poder nas RPG, podendo envolver vários atores humanos e não-humanos. Como já explicitado, as pesquisas de Rede de Produção Global e Cadeia Global de *Commodity* pouco tratam do consumo e dos atores extra-firmas, a exemplo das organizações criadoras de *standards* privado.

Entretanto, nesta pesquisa a análise parte, conforme definido pelos autores, de um ator intermediário extra-firmas, que nesse caso trata-se da mesa redonda de soja responsável RTRS. Porém, optamos por substituir a terminologia de **Ator Intermediário** extra-firmas por **Ator Líder**, porque entende-se que a RTRS lidera uma rede de produção global própria. A RTRS é provedora de um produto “gourmetizado”, na medida em que os produtores de soja utilizam do padrão RTRS de soja responsável para melhorar as formas de produção existentes. A mutação das formas de produção é atestada por uma auditoria de terceira parte através do instrumento da certificação socioambiental. A empresas de auditoria são **Parceiros Especializados** da RTRS.

Tendo como parâmetro o capítulo IV e respondendo uma das perguntas da pesquisa, vimos que o padrão da RTRS gerou mudanças positivas no âmbito social e ambiental nas formas de produção das fazendas certificadas em Mato Grosso e Goiás. E que a padronização gerada pelo padrão RTRS implementou uma nova governança corporativa⁴⁷ nas fazendas produtoras, funcionando também como um padrão educativo de boas práticas.

O padrão da RTRS gera um **Valor Criado** para a soja, ou seja, a soja certificada tem

⁴⁷ Ver no Box V “Usos de Governança” na p. 50 do capítulo II.

valor agregado porque muda-se as condições em que se produz a oleaginosa. A soja física certificada é taxada com um valor maior no mercado, e o valor muda de acordo com as negociações dos atores envolvidos. Em um dos trabalhos de campo⁴⁸ foi informado que a soja física certificada já foi negociada por 2,50 a 3,50 USD por tonelada a mais que a soja não certificada. O fato de a certificação agregar valor, explica o **Enraizamento Territorial** das fazendas certificadas brasileiras, ao estarem todas localizadas nos territórios produtivos da soja não certificada.

Mas o **Enraizamento de Rede** da RTRS nas áreas de Cerrado pode ser entendida através de dois motivos: o primeiro é a exportação - a produção de soja nas áreas de cerrado são voltadas, sobretudo, para o mercado externo, que é o mais interessado pela certificação; o segundo motivo é a questão ambiental – os problemas ambientais atrelados a soja são mais fortes nas áreas de Cerrado e de transição para o bioma amazônico do que no Sul do Brasil, onde estão os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, que são o segundo e o terceiro na produção nacional, mas não têm fazendas certificadas pelo padrão da RTRS.

É necessário ressaltar que a RTRS é orquestrada por *multi-stakeholders* e o padrão de soja responsável é fruto da interação de atores privado e público, uns com interesses mais diretos e outros nem tanto, todavia, como parte interessada na soja certificada. O fato de ser uma mesa de discussão denota-se o caráter sócio-político das decisões tomadas a partir de interesses socioeconômicos diversos, gerando uma governança chamada por Kooiman apud Rhodes (2015) de sistema sócio-cibernético.

Um ator de muito poder na rede de soja certificada RTRS são as *tradings* do agronegócio. Elas são **Inter-Firmas** da RPG e possuem **Poder** do tipo corporativo. As *tradings* são intermediárias entre quem produz e quem compra a soja não certificada e certificada. Portanto, elas concentram todo o volume de soja que é produzida e centralizam mais poder que qualquer outro ator. As *tradings* tem mais poder para barganhar a qual **Valor Capturam** a matéria-prima da soja e o quanto se paga pelo **Valor Ampliado** que foi gerado pela certificação da soja.

As principais *tradings* do agronegócio são membros da RTRS - “Amaggi”, ADM, Bunge, Cargill, COFCO e Louis Dreyfus – e são essas corporações os atores que mais podem influenciar à expansão da demanda de soja certificada no mundo. Essa governança corporativa das *tradings* foi relatada no trabalho de campo.

⁴⁸ Informação adquirida nas entrevistas com os representantes da RTRS e da companhia O Telhar em set. de 2019 em Mato Grosso.

Quem faz o elo principal entre produção e o consumo, seja animal ou seja humano, é a trading. Todas as tradings são membros da RTRS. Assim, não lembro alguma que não seja, todas são. Bunge, Cargill, ADM, ... Amaggi, Dreyfus ... COFCO. ... Ok, daí se fala... se elas são membros, então elas devem comprar só soja certificada? Não, o volume que elas compram de soja certificada é mínimo. Daí a gente fala pra elas ... vocês são membro, concordam com tudo, participam, porque vocês não aumentam a demanda né, de soja. Aí eles falam: se meu cliente não pede, eu não vou comprar. Eu sei que o produto RTRS é mais caro né. Tem um custo maior. Porque eu vou ter esse custo se a Nestlé, a Unilever, o Carrefour, o Walmart, ninguém tá me pedindo. Então, as tradings..., 100 % do volume está na mão dela. Ela deveria ser o driver disso aí, mas ela não é. Porque ela ... trabalha com escala; ela diz que não tem poder nenhum de convencer.⁴⁹

Neste contexto, podemos concluir que as *tradings* argumentam que esperam ser pressionadas pelos seus clientes, que são a indústria e o varejo do setor agroalimentar, para comprar uma soja mais “responsável”. Tanto a indústria como o varejo agregam mais valor na matéria-prima agrícola. Por outro lado, através do mecanismo de créditos a RTRS criou um caminho para que os atores finais da rede de produção global da soja possam incentivar em quais condições a soja será produzida. Porém, o valor a ser pago pela compra de créditos é negociada entre as partes envolvidas, ou seja, entre os representantes dos produtores e dos compradores.

Nas negociações subentende-se que os compradores tem mais poder de decisão porque a maioria são multinacionais que concentram mais poder aquisitivo e a maior demanda para compra. Após a negociação fechada, é pago uma taxa para a RTRS, que segundo os representantes da companhia O Telhar⁵⁰, são 0,30 centavos de Euro por crédito. Os representantes argumentaram que consideram que o valor poderia ser mais justo, pois, não barato e a companhia busca negociar diretamente com os compradores para evitar pagar mais taxas aos intermediadores.

As empresas que compram os créditos da RTRS são **Parceiros Estratégicos** e detém **Poder Corporativo**, e nem sempre quem compra depende diretamente da matéria-prima da soja, a exemplo da multinacional Bayer. Foi mencionado nos trabalhos de campo alguns compradores de créditos da plataforma RTRS: A Bell (empresa de laticínios da Holanda) fez aquisição de créditos gerados pelo grupo do CAT Sorriso; a Colruyt (rede de supermercados da Bélgica) faz aquisição de créditos gerados pelo grupo Cresol; a Cefetra do grupo alemão BayWa (distribuidora de matérias-primas agrícola para indústria de alimentos) fez aquisição de

⁴⁹ Entrevista concedida ao Werlen Raasch pelo representante da RTRS no dia 25 de set. de 2019.

⁵⁰ Entrevista concedida ao Werlen Raasch pelos representantes da companhia O Telhar, na sede da empresa de Primavera do Leste no dia 01 de out. de 2019.

créditos gerados pelo O Telhar. No caso específico da Colruyt e da Cefetra pode-se afirmar que as empresas estão atentas ao **Poder Coletivo**, que em outras palavras é o “consumo de ativismo”.

... Com quem a gente fez negócio até agora que de fato a gente entendeu que era uma negociação justa, foi a Cefetra. E a Cefetra, a negociação vai pro mercado consumidor ..., chega tanto pra uma Unilever da vida ..., aí vão chegar pras empresas de hamburguer ... pros fast food e tal. E quer queira ou quer não, os clientes perguntam, poxa como é que essa soja foi produzida ..., não envolveu trabalho escravo, não envolveu desmatamento! ... Eles lá fora fazem esse trabalho de apresentar..., realmente a soja foi produzida de acordo respeitando as leis ambientais, respeitando o trato com a comunidade, respeitando as boas práticas trabalhistas e assim sucessivamente. Então eles fazem esse trabalho, de certa forma tá vendendo isso lá fora.⁵¹

A “Amaggi” por ser produtora e *trading* demonstra que monitora o poder coletivo, e vê a certificação socioambiental como uma garantia de gestão de risco para empresa.

A gente ganha dinheiro com a certificação? Não é verdade! (...) Mas a questão que não é só isso, você tem uma marca, uma imagem né. A certificação sem dúvidas nenhuma traz uma garantia, e uma proteção de imagem diretamente muito maior para a empresa. Então, não é o valor diretamente agregado. Mas pode te abrir um mercado. (...) então eu acho que ela abriu portas e de certa forma te dá a garantia da gestão de risco. Gestão de risco hoje é dinheiro né. Te dá melhores financiamentos. Quanto menor risco você tem (...) sem dúvidas nenhuma você tem o credito melhor. Não diretamente, mas tem uma gama de benefícios por você ter uma certificação.⁵²

Para compreender um pouco da **Estrutura** da rede certificada enraizada no Cerrado, foi identificado dois epicentros da certificação RTRS, um distribuído no território de Mato Grosso e outro no território goiano, que compreendem a área de estudo desta pesquisa. Compreender a estrutura da rede em Mato Grosso foi mais difícil, porque as informações adquiridas nos trabalhos de campo foram mais restritas. Dessa forma, não foi possível ter uma dimensão completa do quantitativo de atores e partes interessadas envolvidas na certificação no Estado. Porém, nota-se que em Mato Grosso a certificação ocorre onde a produção da soja é demasiadamente *business*, e isso diminui o número de atores envolvidos no processo de certificação porque o poder é mais centralizado.

⁵¹ Entrevista concedida ao Werlen Raasch pelos representantes da companhia O Telhar, na sede da empresa de Primavera do Leste no dia 01 de out. de 2019.

⁵² Entrevista concedida ao Werlen Raasch por representantes da “Amaggi”, na sede da empresa em Cuiabá/MT no dia 25 de set. de 2019.

Por outro lado, no grupo de pequenos e médios produtores de Goiás a certificação envolveu mais atores e foi possível identificar, por exemplo, que as empresas Tecnosol, Camponesa Socioambiental e a organização Solidaridad Network funcionaram no território da Estrada de Ferro como *parceiros especializados* da certificação. A ONG TRIAS fez o papel de *Ator Intermediário* no projeto implementado em Orizona/GO. Mas tanto o projeto de Goiás, do grupo de produtores de Cresol Estrada de Ferro, quanto o grupo de produtores gerido pelo CAT Sorriso em Mato Grosso, possuem *parceiros estratégicos* em âmbito local. O grupo de Goiás conta por exemplo com o SENAR, a Escola Agrícola EFAORI e o Sindicato Rural de Orizona.

No Mato Grosso o SENAR, o Sindicato Rural de Sorriso e a APROSOJA são parceiros estratégicos do CAT Sorriso. A Escola técnica de Poxoréu e o IFMT são instituições que a companhia O Telhar faz parceria em Primavera do Leste para desenvolver o lado social da empresa e qualificar a mão-de-obra, sendo *parceiros estratégicos e especializado*. Os sindicatos e associações exercem influência a nível local e estadual, possuindo *Poder Institucional e Poder Coletivo*. As escolas técnicas ao ofertar cursos de capacitação são parceiros são *parceiros especializados*.

Através do empirismo identificamos que os gestores de grupo dos produtores certificados, ou, as próprias empresas que possuem fazendas certificadas do tipo *multi-site* são *Atores intermediários* da RTRS. Nesse sentido, a “Amaggi” e o CAT Sorriso são gestores de grupo em Mato Grosso e a Cresol em Goiás. A “Amaggi” e O Telhar em Mato Grosso são empresas com fazendas certificadas do tipo *multi-site*. Em relação a “Amaggi” e o CAT Sorriso, a empresa e a organização são membros votantes da RTRS na assembleia geral, representando os produtores. Por natureza, esses atores se enquadram também como *Parceiros Estratégicos* do Brasil da RTRS.

E por fim, mas não menos importante, os produtores de soja, que produzem a matéria-prima, se comportam na RPG da RTRS como **Consumidores** da certificação. O produtor na RPG da soja certificada RTRS se comporta como consumidor final, e em alguns casos cumprem o papel de consumidores passivos, sem o poder de crítica e participação nas decisões em âmbito local ou global. A maioria dos produtores não participam das tomadas de decisão na RTRS, por uma questão de viabilidade estrutural, e acabam sendo subordinados, se optar pela certificação, às normas tais como elas são. Contudo, os grupos de certificação propiciam a unidade dos produtores e a interação gerada pode resultar em *poder coletivo na RPG* da soja certificada.

Cada ator ou parte interessada pode ter mais de uma funcionalidade na rede de

produção global, e o seu poder influência numa RPG dependerá das variáveis acumuladas. Buscamos esboçar as variáveis que um ator ou parte interessada poderá ter na rede de produção global da RTRS, conforme o modelo proposto por Henderson et al. (2011) para analisar uma rede de produção global. O esquema da Figura 27 é uma simulação aproximada da arquitetura da RPG da RTRS, conforme as informações obtidas nos trabalhos de campo. Assim, foi identificado “braços” da rede, que também pode, estar sendo estudadas como outras RPG em microescala.

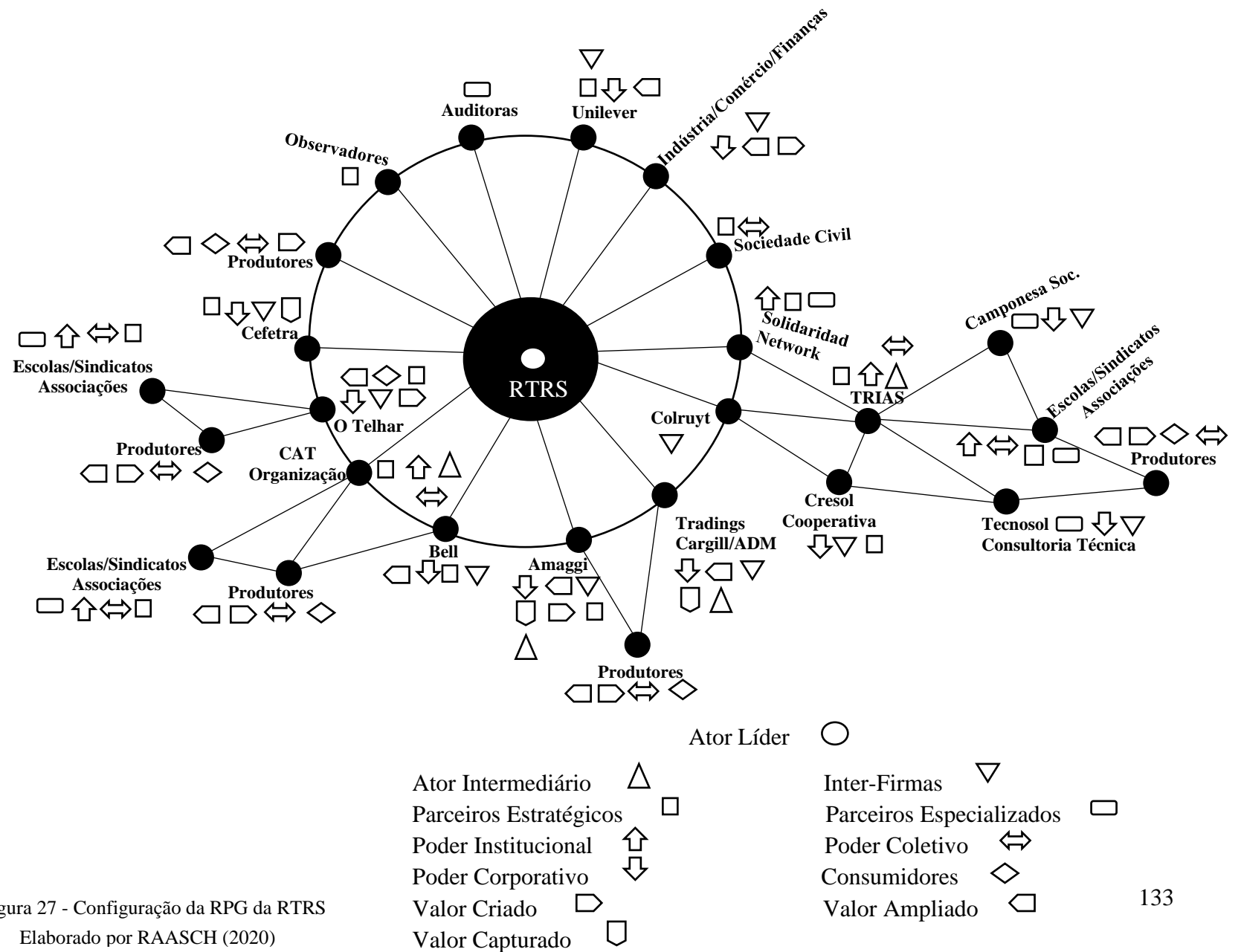


Figura 27 - Configuração da RPG da RTRS
 Elaborado por RAASCH (2020)

Durante o processo progressivo da certificação dos produtores foi visto que acontecem workshop para os produtores sobre a certificação e a RTRS e encontros entre produtores e atores locais nos municípios como os sindicatos, associações e escolas de capacitação técnica, além de cursos de treinamento para os funcionários. Esse movimento provocado pela certificação RTRS provoca uma governança territorial, uma vez que, implica na articulação de atores que definem ações e estratégias que configuram o território.

Uma ação notória provocada pela RTRS através do seu padrão de soja responsável é a sua capacidade de normatizar o território. Um exemplo emblemático a se dar é o critério de desmatamento zero. O produtor que se certifica não pode ter provocado desmatamento em sua propriedade desde o ano de 2009. Essa exigência transcende a legislação nacional, pois o código florestal permite, dentro dos parâmetros estabelecidos na lei, que o produtor brasileiro possa desmatar áreas na sua propriedade rural, independente do bioma.

Como já discorrido no capítulo III, o critério de desmatamento zero foi inclusive o fator que pesou na retirada da Aprosoja e Abiove da mesa redonda e provocou posteriormente a criação do Soja Plus. Este episódio revela por um lado que a RTRS não é uma unicidade entre os atores hegemônicos da soja, e que neste caso específico a configuração híbrida da mesa redonda, em três segmentos, gerou um equilíbrio nas relações de poder. Por outro lado, esse é um flagrante exemplo de como o global interfere no local.

Nesse sentido, atualmente setores de representação do agronegócio mato-grossense e nacional, que inclusive estão na esfera governamental, fazem *lobby* ao governo federal e se posicionam publicamente⁵³ para derrubar a moratória da soja da Amazônia, que veio da pressão internacional, e que segundo eles “ferem a soberania nacional”. No trabalho de campo foi verbalizado o posicionamento contrário à moratória da soja e o critério de desmatamento zero do padrão da RTRS pelo presidente de um dos sindicatos rurais de produtores de Mato Grosso.

⁵³ A atual Ministra do MAPA, que faz parte da FPA, fez críticas públicas em novembro do ano passado durante o AgroBit no Paraná “eu acho que a moratória da soja é um assunto privado, na qual eu acho um absurdo. Nós temos como mostrar onde a nossa soja é produzida e se pode ser cultivada naquele local.” (ECO, 2019). E a Aprosoja também em nov. de 2019: “com o apoio do presidente Jair Bolsonaro (...) Aprosoja Brasil pretende fazer uma reclamação no **Conselho Administrativo de Defesa Econômica** (CADE) contra as *tradings* agrícolas.” (VALOR ECONÔMICO, 2019, grifo nosso). O atual Presidente da Aprosoja argumentou em 2019 que os “agricultores que atuam na legalidade são colocados em uma lista suja da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que compra quase todo o grão produzido. Com isso, a indústria deixa de adquirir a produção feita de forma legal.” (CANAL RURAL, 2019).

... se o produtor tá dentro do que a lei permite, ele tá no direito dele. A lei federal se sobrepõe a qualquer outra lei..., a moratória ela é muito injusta pra quem só favorece as pessoas que ganham com a nossa produção. Essa é a simples realidade...! Porque que um produtor ... que tá no bioma amazônico, ele não pode abrir 20 %, se a lei permite que ele abra, preservando as nascentes, preservando mananciais, preservando topografia, tipo de solo? A lei permite! Ele tá produzindo alimento, ele não tá desmatando a floresta. Ele tá produzindo alimento, é diferente.⁵⁴

A tentativa do agronegócio brasileiro de recorrer a esfera pública contra a iniciativa privada e pública que resultou na moratória revela contradições, pois, desde sempre estes setores defendem a autorregulação do mercado e o mínimo possível de interferência estatal (crença neoliberal). A tentativa de reivindicar o fim do acordo da moratória pelas associações Abiove e Anec pode ser interpretada como uma tentativa de regulação do consumo porque as associações perderiam o poder de escolher o produto que querem comprar. Essa conjuntura conflitante revela que o entrelaçamento entre o público com o privado acontece, sobretudo, quando atores privados ou públicos estão em desvantagem nas relações de poder.

A moratória da soja e o critério de desmatamento zero da RTRS deriva de ações sociais conflitantes, que por ora são intrínsecas das “(...) relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.” (SANTOS, 2000, p. 104-105). As relações complementares e conflitantes se dão no território usado (SANTOS, 2000). O conceito de Território usado é sinônimo de espaço banal⁵⁵.

Uma perspectiva do *território usado* conduz à ideia de *espaço banal*, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise. (SANTOS, 2000, p. 104, grifo nosso).

Os atores globais e partes interessadas da soja que fazem parte da RTRS usam o território e conformam uma rede interorganizacional. E, promovem um gerenciamento da rede

⁵⁴ Entrevista concedida a Werlen Raasch por um presidente de um sindicato rural de produtores de um município de Mato Grosso em set. de 2019. Obs. Esta entrevista foi consentida e esclarecida, porém, foi recomendado não identificar o sindicato.

⁵⁵ O espaço geográfico para Santos é a interação do sistema de objetos artificiais e naturais com o sistema de ações sociais. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2006, p. 30)

de soja certificada RTRS, que também implica na rede de produção global da soja, por meio de uma governança do tipo auto-organizada (RHODES, 2015). Neste sistema de ações há disputas de interesses, se revela relações de poder e há troca de serviços, informações e conhecimento de âmbito público, privado e voluntário. E nota-se que o padrão RTRS é legitimado com base na confiabilidade, reputação e cooperação mútua entre atores da soja e partes interessadas que estão como membros e observados na mesa redonda e também atores não relacionados a respectiva rede de produção.

5.2 A CERTIFICAÇÃO DA SOJA É UM DILEMA MORAL E UM INSTRUMENTO EDUCATIVO

Na pesquisa realizada por Draegni (2015) sobre a certificação RTRS da soja em Mato Grosso, nos anos iniciais das primeiras fazendas certificadas, foi apontado alguns problemas e desafios para o produtor de soja se certificar com um padrão socioambiental privado: I) o custo para o produtor se certificar pode ser elevado, sendo habitual a certificação da soja entre os grandes produtores do agronegócio, pelo seu alto poder aquisitivo; II) é baixo o valor pago pela soja certificada, sendo este um motivo desestimulador que inviabiliza economicamente a certificação; III) uma grande parte dos produtores de soja adquirem empréstimos financeiros com as *tradings* para comprar sementes e agroquímicos, circunstâncias que gera uma dependência do produtor com essas corporações e provoca endividamento, levando o produtor a se preocupar mais com a produtividade e rentabilidade e muito pouco com uma produção mais sustentável.

Outras questões gerais foram levantadas por Draegni (2015) referente aos desafios e problemáticas da produção de soja que afetam a certificação socioambiental: I) existe uma tendência de arrendamento de terras por parte de pequenos produtores de soja para empresas ou produtores maiores. É crescente o número de pequenos produtores de soja que alugam às terras para evitar riscos com a produção, ainda que a margem de lucro seja menor. E ainda, muitos produtores atuam como gestores nas suas próprias terras para as empresas focadas no lucro; II) a soja por se tratar de uma *commodity* “escondida” do consumidor final, não estando visível e palpável, torna-se mais difícil criar uma demanda do consumidor para como a soja certificada; III) o custo de produtos certificados tendem a ser mais elevados, fator que dificulta a compra da oleaginosa pelas *tradings*.

O arrendamento da terra foi um fato que chamou a atenção nos trabalhos de campo

realizados tanto em Mato grosso quanto em Goiás. Um dos produtores entrevistado em Sorriso/MT, nomeado de CAT B no capítulo II, possui terras arrendadas, além da companhia O Telhar de Primavera do Leste, que segundo uma notícia publicada em 2011⁵⁶, a empresa tornou-se naquele ano o maior produtor de soja do Brasil porque passou a implementar essa prática. No grupo de produtores certificados de Goiás, muitos produtores arrendam terras para o cultivo da soja. Os três produtores que foram entrevistados do grupo Cresol Estrada de Ferro arrendam terras na região para plantar a oleaginosa, sendo que um deles produz soja apenas em terras arrendadas.

Nesse sentido, foi relatado no trabalho de campo em Orizona/GO que recentemente um produtor que estava no grupo de produtores Cresol Estrada de Ferro foi excluído do grupo porque ele arrendou terras, sem ter o devido conhecimento, que tiveram áreas desmatadas depois de 2009. Portanto, ao incluir as terras como área a ser certificada, o produtor foi impedido de continuar sendo certificado conforme o critério de desmatamento zero do padrão RTRS. Essa situação aconteceu porque na auditoria são entregues mapas de uso e ocupação do solo desde o ano de 2009. Em relação ao arrendamento das terras na região de Orizona, foi frisado em entrevista com o representante da Cresol⁵⁷ no Estado de Goiás, que o arrendamento diminui a relação do homem com a terra, enfraquecendo o princípio social da terra, porque diferentemente das plantas hortaliças e frutíferas, a soja é uma cultura temporária.

Em relação as especificidades da soja, por ser um produto “escondido”, isso inibe uma pressão maior de consumidores finais para com a produção mais responsável da oleaginosa. Essa questão também foi salientada na entrevista realizada com o representante da RTRS quando ele foi perguntado, na visão dele, qual o nível de influência da RTRS na rede de produção global da soja.

... estamos bem nesse momento fazendo essa análise de poder de influência e etc. ... eu acredito que ainda o poder de influência da RTRS é pouco, ele é pequeno. ... porque a soja é um produto escondido. ... as pessoas se fazem essa pergunta ..., pra que se usa soja?... tá em quase em todos os alimentos, ele é boa parte pra alimentação animal, só que as pessoas não sabem disso! E muitas das empresas e muitos dos membros da RTRS não querem falar. Não querem falar pro consumidor que ele come soja todo dia, que ele depende de soja né, toda a alimentação dele é baseada em soja. Ele não quer falar isso, é, quer deixar como tá, como um produto escondido. ... Porque as transações são, às vezes, gigantes né, de uma trading pra outra trading, da trading pra uma indústria de alimentos né, pra uma indústria de carnes, então são transações muito grandes, ... que as vezes, não chega ao conhecimento dos consumidores. Então aí, ou seja, tem pouco poder de influência.⁵⁸

⁵⁶ Notícia produzida pela Reuters/Brasil publicada pelo jornal O Globo em jul. de 2011. <<https://oglobo.globo.com/politica/grupo-argentino-el-tejar-lidera-em-producao-de-soja-no-brasil-2721688>>

⁵⁷ Entrevista concedida pelo representante da Cresol de Goiás na sede da empresam no dia 20 de dez. de 2020.

⁵⁸ Entrevista concedida ao Werlen Raasch pelo representante da RTRS no Brasil em Cuiabá/MT no dia 25 de set.

Em relação a viabilidade econômica da certificação da soja, foi argumentado pelos representantes das empresas produtoras de Mato Grosso que a certificação não pode ser analisada apenas se ela traz ou não um retorno financeiro direto no momento da venda da soja física. Os representantes tanto da “Amaggi” quanto da companhia O Telhar explicou que a certificação contribui para agregar valor ao produto, auxilia na gestão de risco e, sobretudo, zela pela a imagem da empresa, sendo este um fator que pesa nas relações das corporações com as questões socioambientais. A preocupação com a imagem que a empresa passa para a sociedade explica as intencionalidades das empresas do final da RPG da soja quando estas compram créditos na plataforma da RTRS, a exemplo da rede de supermercados Colruyt.

Os representantes da O Telhar enfatizou que hoje as questões socioambientais também influenciam na atração de investidores e que a certificação pode ser um diferencial para o mercado, que é competitivo. Mas em relação aos médios e pequenos produtores entrevistados, é notório que o custo da certificação é um problema porque demanda investimento financeiro relativamente alto e também demanda recursos humanos para eles. Nessa perspectiva, nota-se que a experiência pioneira no território rural da Estrada de Ferro em Goiás com médios e pequenos produtores de soja foi exitosa porque envolveu esforços de muitos atores e investimento financeiro externo.

Outra questão apontada pelos produtores, em especial de Sorriso/MT, foi que o padrão da RTRS propicia um sistema organizacional nas fazendas certificadas, que no passado não existia, e que no médio e longo prazo evita perdas porque é edificado um monitoramento de controle de gastos, ou seja, aumenta a produtividade. Essa alteração nas formas de se produzir significa que o padrão da RTRS é educativo aos produtores e promove uma nova governança. Nesta perspectiva econômica, a ferramenta de venda de créditos está sendo um incentivo de retorno mais imediato para os produtores e tem incentivado a expansão da certificação. O pagamento de bônus tem sido usado como uma das justificativas internas do setor de sustentabilidade dos grandes produtores para que se inicie uma certificação socioambiental, a exemplo da companhia O Telhar e do produtor CAT B de Sorriso.

O produtor de Orizona, nomeado de “Estrada de Ferro A” no capítulo IV, afirmou que para a soja certificada ser economicamente viável é necessário aumentar a articulação entre as partes envolvidas, pois, ele não faz parte das negociações da venda dos créditos gerados pela sua produção, desse modo, ele considera que ocorre uma decisão verticalizada.

Um dilema para certificação da soja é a expansão de mercado, pois, ainda é um nicho.

Mas acreditamos ser pretencioso para esta pesquisa, neste momento, pensar no futuro da certificação RTRS da soja porque é um movimento ainda recente. No entanto, procuramos saber dos produtores e partes envolvidas na certificação RTRS o que eles esperam para o futuro do mercado da soja certificada. A produtora de Sorriso, nomeada de CAT A no capítulo II, afirmou que participa de encontros da RTRS na Europa e demonstrou otimismo com a venda de soja física certificada para o continente no futuro, porque segundo ela, as fazendas europeias são pequenas e eles demandam produtos brasileiros, porém, existe demanda por produtos mais seguros. A representante do produtor CAT B de Sorriso afirmou que quer incluir outras fazendas da empresa na certificação RTRS, mas que encontra dificuldade nas fazendas arrendadas porque o padrão da RTRS demanda mudanças na estrutura da propriedade.

A representante do CAT Sorriso afirmou que a meta é incluir dez novos produtores no grupo e que eles buscam em outros municípios do Estado de Mato Grosso. CAT e produtores demonstraram interesse e expectativa de certificar a pecuária e o milho produzido, este último na safrinha, nas mesmas fazendas certificadas pela soja. O *standard* RTRS para a produção responsável do milho já foi elaborado de forma preliminar por um grupo de trabalho com atores e partes interessadas internacionais e atualmente se encontra em fase de consulta pública, devendo ser colocado em breve para votação na assembleia geral da mesa redonda da soja.

O representante da companhia O Telhar afirmou que o objetivo é certificar todas as fazendas do grupo. Entretanto, segundo ele falta demanda de soja certificada e defendeu que a RTRS pode e deve estimular a demanda em fóruns de discussão. A “Amaggi” aposta há muitos anos em sistemas de certificação. Por sua vez, em entrevista a representante da empresa considera que, na visão dela, a certificação será sempre um nicho de mercado, porém tem potencial de expansão.

Eu acho que ainda tem potencial de crescimento, principalmente que 2020 tá aí né, um monte de empresa consumidora final com suas metas pra atender né. A maioria tem meta pra 2020 pra responder principalmente desmatamento zero. E a certificação é a resposta mais rápida dentro da cadeia dele que ele poderia fazer. Então, assim, as empresas consumidoras finais tão cada vez mais precisando mostrar pros consumidores, pros seus clientes, de que elas têm feito alguma coisa né. Então Eu acho que ainda tem sim um potencial de expansão do mercado de certificação. Mas ele é limitado. Também não acho que isso vai virar uma escala 100% da soja. Eu acho que vai sempre ser um nicho.⁵⁹

⁵⁹ Entrevista concedida ao Werlen Raasch por representantes da “Amaggi”, na sede da empresa em Cuiabá/MT no dia 25 de set. de 2019.

Os produtores de Goiás que foram entrevistados demonstraram interesse de continuar certificados, no entanto, foi perceptível que a continuidade do recebimento do bônus da venda dos créditos influenciará muito para eles se manterem certificados. Nesse sentido, a rede de supermercados Colruyt se comprometeu a fazer a aquisição por mais três anos a partir de 2020. Por sua vez, no registro de memória do grupo de produtores de 2016, foi observado pelos atores envolvidos no projeto a necessidade ampliar a demanda de mercado.

(...) foi observado que é necessário promover uma demanda de mercado na região para soja certificada, isto deve ser conseguido com uma possível conversa com as empresas que compram soja na região da estrada de ferro (Granol, Caramuru, Cargill e outras); é necessário criar um plano de marketing para promover o projeto da certificação. (TECNOSOL, 2019).

O produtor de Orizona “Estrada de Ferro B” afirmou que pretende continuar na certificação porque já fez investimentos e eles são duradouros e melhoram a gestão da fazenda, e que pretende ampliar a sua produtividade sem aumentar a área plantada. O produtor acredita que no futuro a soja certificada poderá trazer lucro porque a maior parte da soja produzida é exportada e futuramente a China e a Europa irão demandar mais o produto certificado. Mas por enquanto, o retorno direto é por meio da venda dos créditos na plataforma RTRS.

O produtor de Vianópolis “Estrada de Ferro C” afirmou que compensa certificar porque acredita que ele está se adiantando as exigências que virão no futuro. Ele acredita que os governantes irão, por meio do Estado, passar a exigir comprovação que ocorre às boas práticas socioambientais na etapa de produção. Para ele, a certificação é importante, porque existem leis, mas não há fiscais vindo nas propriedades verificar como se dá no dia-a-dia. Para ele, se todos seguissem as leis, não era necessário a certificação. Mas, o produtor defende que tenha uma maior cobrança da RTRS para com as tradings, pois a soja certificada é entregue ao mesmo valor pago a soja não certificada. Segundo ele são necessárias parcerias com a indústria para que a soja certificada seja mais valorizada. Ele acredita que o valor pago a mais pela soja certificada atrairia grandes produtores para a certificação.

Todavia, por outro lado, emerge um desafio porque os próprios produtores terão que gerir o grupo a partir deste ano, uma vez que, foi encerrada a participação da TRIAS, contudo, a equipe técnica continuará participando (Cresol e Tecnosol). Ainda nessa perspectiva de futuro da soja certificada, o representante da RTRS no Brasil pontuou que:

... É muito novo né, tudo muito novo. Ou seja, o padrão ficou pronto em 2011..., mas assim, em 2013, 2014 era uma coisa bem insignificativa. (...) ou seja, começou ter um volume de centenas de produtores, de 2015 pra frente. Então, ou seja, esses produtores estão aí na sua primeira certificação ainda né. A certificação leva 5 anos né. Bom, todos eles não pensam em desistir né. A maioria que eu converso, eles acham importante ter né. Muitos tem outros benefícios além da questão da venda em sim. Eles têm benefícios por exemplo com financiamentos bancários né, que dão melhores financiamentos pra eles. O banco vê ele de uma forma mais segura pra emprestar dinheiro. Então eu não vejo eles querendo desistir muito. Lógico, o produtor as vezes fica com aquele interesse do benefício, do benefício financeiro né, de ter uma venda melhor.⁶⁰

Corroboramos com Draegni (2015, p. 73) ao afirmar que “embora exista uma demanda ligeiramente crescente por soja certificada dos países europeus, ela só pode estimular a demanda até certo ponto.” Por ora a China é atualmente o maior mercado importador da soja mundial e consequente do Brasil. “Na safra 2000/01 a China já era uma grande importadora da oleaginosa, com 13,2 milhões de toneladas (...) no ano de 2016/17 as importações de soja em grão da China atingiram a elevada soma de 93,5 milhões de toneladas, um crescimento 605,89%, com participação de 64,8% no mercado internacional.” (CONTINI et al., 2018, p. 8).

O Brasil e Estados Unidos representam 80 % da exportação mundial de soja, contudo, o aumento das exportações depende das políticas comerciais dos principais países importadores, como a China e outros países da Ásia e Europa. “O Brasil, maior exportador mundial de soja, deve aumentar os embarques entre 2016/17 e 2025/26 em 35%, para 76,4 milhões de toneladas. As exportações de soja (...) dos Estados Unidos, devem crescer 6%, atingindo 52,4 milhões de toneladas no mesmo período (USDA, 2016, Tradução Nossa).

A demanda de soja chinesa se dá pelo aumento crescente dos níveis de urbanização e aumento da renda da população, pois, estas variáveis elevam a necessidade de dietas proteicas, como o aumento do consumo da carne e outros produtos agrícolas à base da proteína de soja. As projeções agrícolas da USDA⁶¹ prevê uma tendência de crescimento na demanda de soja até 2025 devido à crescente demanda por grãos de ração e refeições proteicas à base de soja para a produção de gado e óleos vegetais para alimentos, bem como, para a produção e consumo de aves e proteínas em países em desenvolvimento como a China (USDA, 2016, Tradução Nossa).

Contudo, a China se mostra, por enquanto, mais preocupada com a escala da produção e o volume comprado do que com as implicações ambientais provocadas nos países produtores. por conseguinte, os representantes da “Amaggi” avaliaram em entrevista que já percebem uma

⁶⁰ Entrevista concedida ao Werlen Raasch pelo representante da RTRS no Brasil em Cuiabá/MT no dia 25 de set. de 2019

⁶¹ USDA é o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, um órgão público, que cuida da agricultura nos Estados Unidos, tendo como objetivo desenvolver e executar políticas relacionadas à agricultura.

mudança de comportamento da China, porque o “gigante asiático” não quer o “vilão da história”.

Há 10 anos a China tava precisando comprar soja a qualquer custo.... mas hoje a gente tá vendo uma mudança da própria China. Tá preocupada em relação a questão ambiental, mas não se compara à Europa. A China, a primeira preocupação é volume. Tá mudando, e pode haver mais exigências no futuro. A médio prazo eles vão começar a exigir pensando na imagem do país. E a certificação pode responder a demanda. Acho que eles estão pensando sobre isso... o que é aceitável ou não. A China tá no momento de pensar sobre os critérios da cadeia dela de certificação....⁶²

Em síntese, percebe-se que há uma preocupação com a imagem por questões aparentemente morais, dos atores da rede de produção global da soja, de não estarem atrelados pela opinião pública às práticas não ambientalmente sustentáveis e socialmente justas.

⁶² Entrevista concedida ao Werlen Raasch por representantes da “Amaggi”, na sede da empresa em Cuiabá/MT no dia 25 de set. de 2019.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio compreende sistemas diversos que detém grande potencial para dinamizar o território. Nesse sentido, verificamos que a certificação socioambiental na sojicultura trata de um instrumento capaz de gerar um novo *modus operandi*, sendo importante compreender as dimensões que a certificação tem alcançado na produção de uma soja mais responsável. A investigação da certificação RTRS da soja foi um desafio porque trata-se de um movimento novo na rede de produção da soja. Por ser recente, não há um vasto conteúdo teórico com abordagens diversas, sobretudo focadas no empirismo, que auxiliaria de forma significativa o debate proposto.

Nesta pesquisa foi delimitado como objetivo geral compreender as multidimensionalidades da certificação RTRS nos espaços produtivos dos Estados de Mato Grosso e Goiás no contexto de difusão do agronegócio globalizado. A partir de dados fornecidos, foi possível mapear a rede de produção de soja certificada dos Estados de Mato Grosso e Goiás, para que sequencialmente identificássemos os atores e partes interessadas envolvidas no processo de certificação RTRS. Ao verificar o contexto de grupos de produtores nos Estados, vimos que o quantitativo de atores e partes envolvidas na certificação é diversa, incluindo produtores, líder de grupo de produtores, órgãos de autoria, empresas, instituições e organizações.

Dentre os três objetivos específicos definidos, concluiu-se que a difusão da soja nas áreas de Cerrado está atrelada ao avanço da agricultura científica e a comoditização de culturas voltadas para a exportação. E que um nicho do mercado internacional, sobretudo europeu, tem gerado a demanda por uma soja mais responsável, que conseqüentemente acarreta num crescimento exponencial do quantitativo de estabelecimentos certificados e escala de produção nos Estado de Mato Grosso e Goiás.

Ao retomar as perguntas desta pesquisa... em que medida o padrão RTRS de soja responsável está alterando as formas de se produzir nos estabelecimentos certificados? essas mudanças gerariam alterações no espaço agrário? onde estão os territórios da soja certificada no Brasil? o que leva os produtores a se certificarem? quais atores e partes interessadas estão envolvidas no processo de certificação RTRS da soja e as suas intencionalidades? ... dá-se as seguintes considerações.

Primeiro é interessante recapitular que os produtores não consideram que há mudança do ponto de vista espacial nas fazendas produtoras, mas sim há um monitoramento de

performance. Por sua vez, na perspectiva de espaço geográfico de Santos (2006), entendemos que a certificação RTRS altera as formas dos objetos artificiais e os sistemas de ações são alteradas.

E mais, o padrão RTRS através da certificação normatiza não apenas às práticas do ponto de vista social e os objetos artificiais das fazendas, ele normatiza o uso e ocupação da terra, ao exigir desmatamento zero do produtor, critério que transcende a legislação nacional. Desse modo, conclui-se que o território é normatizado num movimento, sim, voluntário, mas há consigo arestas de decisões verticalizadas na certificação RTRS da soja.

Segundo ponto, a RTRS é fruto da auto-organização da rede de produção da soja, sendo orquestrada por atores e partes interessadas em escalas espaciais diversas. As decisões dos atores globais que estão na mesa redonda são refletidas nos lugares, onde se dá a produção. E respondendo a outra pergunta da pesquisa, nota-se que a soja certificada está enraizada nos territórios produtivos de soja não certificada, que estão difundidas nas áreas do bioma Cerrado. Foi interpretado que um dos motivos é o interesse pela agregação de valor que a certificação gera ao produto e o perfil dos produtores, que produzem de forma intensiva para a exportação.

Terceiro, uma consideração a ser feita é que o padrão RTRS por ser de iniciativa privada que envolve várias partes, deriva de uma problemática que os atores da soja compartilham em comum, que neste caso é a questão ambiental e a seguridade de se produzir soja sem restrições comerciais. Nesta relação de interdependência, há variáveis conflitantes que instiga a busca por um denominador comum através da governança interna da organização em formato de mesa redonda. E neste espaço de discussão são reveladas contradições inerentes das relações de poder.

Quarto, concluímos que a certificação da soja é um instrumento, a princípio, com limitação de expansão de demanda de mercado porque os atores e partes interessadas com interesses escusos conectados à margem de lucro e a espoliação corporativa o controlam, sendo estes elementos indissociáveis do sistema de produção hegemônico vigente. Mas, essa condição atual é mutável porque as relações de poder entre os atores se alteram de acordo com a conjuntura social e econômica, no entanto, mudar o *status quo* da rede de produção global da soja dependerá de rearranjos a partir de um movimento multiescalar do tipo macroeconômico e social.

Nesta perspectiva de expansão de mercado e da promoção de práticas sustentáveis pelos padrões privados, Draegni (2015) concluiu que a certificação RTRS tem potencial limitado para ganhar terreno no futuro. “(...), no entanto, se a certificação ganhou terreno entre

os agricultores e foi vista como um mecanismo atraente, ainda é questionável se isso melhoraria significativamente a sustentabilidade do setor de soja e criaria mudanças reais.” (DRAEGNI, 2015, p. 73, Tradução Nossa).

Esse é um questionamento importante de se fazer em estudos futuros com o intuito de provocar reflexões e críticas construtivas sobre as contradições que estão sempre presentes nas partes do todo. Afinal, o quanto os sistemas de certificação contribuem para uma rede de produção mais sustentável, ou, uma produção de soja mais responsável? Porém, ainda que esta pesquisa não estava focada em medir o quanto é mais sustentável o padrão RTRS de soja responsável, vale ressaltar, com base na empiria, que o critério de desmatamento zero presente no padrão RTRS é um avanço importante porque biomas como o Cerrado continuam sendo *fronts* agrícolas com um grande passível de desmatamento, prática que gera impactos desmedidos à fauna e a flora. Entretanto, conforme Elgert (2012, p. 302):

(...) qualquer etiqueta de certificação que emerge do processo de desenvolvimento de critérios da RTRS pode tranquilizar o consumidor global e pode até resultar em impactos ambientais reduzidos por meio de práticas agrícolas, planejamento e zoneamento aprimorados. Por outro lado, é improvável que esse rótulo aborde questões como uma distribuição mais equitativa da terra e oportunidades que, para muitos camponeses, estão no centro dos problemas da indústria da soja.

De fato, ao avaliar a estrutura fundiária brasileira, nota-se que a concentração de terras é um problema grave, sobretudo, para um país com um território de proporções continentais. Essa condição é histórica e deve ser rejeitada. No entanto, uma reflexão para se fazer é, até que ponto uma organização com atores global tem legitimidade para impor uma agenda que mudaria a configuração, de forma profunda, no território de um país? Isso leva há uma discussão acerca da soberania dos Estados nacionais.

E, talvez, seria pretencioso de mais acreditar que a distribuição mais justa de terras se tornasse agenda de uma mesa redonda global voltada, sobretudo, para a certificação. Pois, diferentemente das questões ambientais, a concentração de terras não é uma agenda emergente global, até porque o Brasil é uma das poucas nações dentre as maiores economias capitalistas do mundo que não fez uma reforma agrária, que em outrora, foi uma condicionante que garantiu a reprodução do sistema capitalista em outros países.

Por fim, as impressões deixadas pela certificação socioambiental, em especial da certificação RTRS de soja responsável, foi que este é um instrumento educativo para os produtores que se certificam, promovendo uma nova governança nas formas de produção ao

implicar em mudanças estruturais e boas práticas agrícolas nas fazendas certificadas.

No mais, a RTRS está passando por uma avaliação interna do passado, presente e futuro da mesa redonda. Pois, “... *nunca teve, a RTRS, ... um planejamento estratégico né, sobre o que a RTRS quer ser no futuro ..., os erros e acertos, as metas de curto, médio e longo prazo. É o processo que a gente tá fazendo agora. Até final do ano vai estar isso pronto, com metas pra 2025 ...*”⁶³.

⁶³ Entrevista concedida ao Werlen Raasch pelo representante da RTRS no dia 25 de set. de 2019.

REFERÊNCIAS

ABIEC. Mapa das Plantas. Disponível em <<http://www.abiec.com.br/MapaDasPlantas.aspx>>. Acessado em: 05 de out. de 2018.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. O que é certificação?. 2014. Disponível em <<http://www.abnt.org.br/certificacao/o-que-e>>. Acessado em: 04 de ago. de 2019.

ADM BRASIL. Unidades. Localidades. Disponível em <<https://www.adm.com/adm-worldwide/brazil-pr/neg%C3%B3cios/origina%C3%A7%C3%A3o>>. Acessado em: 05 de set. de 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ANVISA. BRASIL. Institucional. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/institucional>>. Acessado em: 20 de set. de 2018.

ALGODÃO SOCIAL. Quem somos. Disponível em: <http://www.algodaosocial.com.br/site/quem_somos.php>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

AMAGGI AGRO. Unidades. Disponível em <<https://www.amaggi.com.br/negocios/agro/>>. Acessado em: 25 de set. de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ, ABIC. Certificação. Disponível em: <<http://abic.com.br/certificacao/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS, ABIOVE. Sustentabilidade. Disponível em: <<http://abiove.org.br/sustentabilidade/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO, ABRAPA. 2016. Algodão Brasileiro Responsável. Disponível em: <<https://www.abrapa.com.br/Paginas/sustentabilidade/algodao-brasileiro-responsavel.aspx>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO, ABRAPA. 2014. Algodão Brasileiro Responsável. Disponível em: <<https://www.abrapa.com.br/Paginas/sustentabilidade/algodao-brasileiro-responsavel.aspx>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DE MATO GROSSO, APROSOJA. Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comissao/sustentabilidade>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE NELORE DO BRASIL, ACNB. Institucional. Disponível em: <<http://www.nelore.org.br/Institucional/ACNB>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

BBC BRASIL. As silenciosas mortes de brasileiros soterrados em armazéns de grãos. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45213579>> Acesso em: 05 de ago. de 2019.

BENCHERKI, Nicolas. Actor–Network Theory. In: SCOTT, Craig; LEWIS, Laurie (Orgs.). **The International Encyclopedia of Organizational Communication**. New York: University New York, 2017.

BETTER COTTON INICIATIVE, BCI. Who we are. Disponível em: <<https://bettercotton.org/better-cotton-leaderboard/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

BEZERRA, Juscelino E. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. Doutorado (Tese) – Pós-Graduação em Geografia, UNESP, 2012.

BEZERRA, L. M. C. **Associativismo Rural em Orizona (GO): A Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC**. 149 f. Mestrado (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2002.

BONSUCRO. About Bonsucro. Disponível em: <<https://www.bonsucro.com/what-is-bonsucro/>>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

BRASIL. Lei Nº 12.097 de 24 de novembro de 2009. Presidência da Casa civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112097.htm>. Acessado em: 20 de jul. de 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76517>. Acessado em: 20 de set. de 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema brasileiro de recuperação automática (SIDRA). 2016. Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2016_v43_br.pdf>. Acessado em: 20 de set. de 2018.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Presidência da Casa civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acessado em: 18 de ago. de 2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes/IBGE. v. 43. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2016_v43_br.pdf>. Acessado em: 20 de set. de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Presidência da Casa civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>. Acessado em: 20 de jul. de 2019.

BUNGE. Unidades. Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/Bunge/Unidades.aspx>>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

CAFÉ DO CERRADO. Denominação de origem. Disponível em: <<https://www.cafedocerrado.org/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

CANAL RURAL. Aprosoja Brasil pede fim da Moratória da Soja na Amazônia. 2019. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/projeto-soja-brasil/aprosoja-brasil-pede-fim-da-moratoria-da-soja-na-amazonia/>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

CARGILL. Unidades. Localidades. Disponível em <<https://www.cargill.com.br/ptBR/localidades>>. Acessado em: 01 de set. de 2018.

CARVALHO, A. P.. **Rótulos ambientais orgânicos como ferramenta de acesso a mercados de países desenvolvidos**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV, 2007.

CASTILHO, Dênis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 221 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

CASTILLO, Ricardo Abid *et al.* Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo- Cidades e Reestruturação Urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós- graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. V.12, n.18, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24490/1/2016_art_regi%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 01 de nov. 2017.

CASTILLO, Ricardo Abid, FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**. V.9, n.18, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/330>>. Acesso em: 01 de nov. 2019.

CASTRO, M. C. et. al.. Cadeia Produtiva do Leite em Goiás: uma análise para o Território Estrada de Ferro. SEGPLAN, 2014. Disponível em: <http://wwwold.imb.go.gov.br/pub/conj/conj30/artigo_06.pdf>. Acessado em: 02 de fev. 2020.

CHALIES, Edward. The Limits to Voluntary Private Social Standards in Global Agri-food System Governance. *Int. Jrnl. of Soc. of Agr. & Food*, Vol. 20, No. 2, pp. 175–195

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLUBE AMIGOS da TERRA. Quem somos. Disponível em: <<http://www.catsorriso.com.br/pagina/3-quem-somos>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

COE, N.; DICKEN, P; HESS, M.. Global Production Networks: Realizing the Potential. **Journal of Economic Geography**. V.8, n.3, p.271-295, 2008.

COE, Neio M.; YEUNG, Henry W.. **Global Production Networks: Theorizing Economic Development in an Interconnected World**. UK: Oxford University Press, 2015.

COLRUYT. Home. Disponível em: <<https://www.colruytgroup.com/wps/portal/cg/splash>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

CONTINI et al.. EMBRAPA. SÉRIE DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO (NT1) Parte 1: COMPLEXO SOJA - Caracterização e Desafios Tecnológicos. 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/0/COMPLEXO+SOJA++Caracteriza%C3%A7%C3%A3o++Desafios+Tecnol%C3%B3gicos/709e1453-e409-4ef7-374c-4743ab3bdcd6>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

CRESOL. Institucional. Disponível em: <<https://www.cresol.com.br/site/>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, Denizar F.. Governança territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, n. 2, v. 1, p. 73-97, 2003.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A.. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DJAMA, M., Fouilleux, E. and Vagneron, I.. Standard-setting, certifying and benchmarking: a governmentality approach to sustainability standards in the agro-food sector, in: S. Ponte, P. Gibbon and P. Vestergaard (eds) *Governing through Standards*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2001.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio; MANFREDINI, Sidneide. A PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA. **RPGeo**, N. 01 (2014). P. 32 – 47. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/2308>> Acessado em: 02 de fev. de 2020.

DRAEGNI, Tora Tokvam. **The Present and Future of Certifications: A Study of the Formation and Functioning of Soybean Certifications in Mato Grosso, Brazil**. 96 f. Mestrado - Department of International Environment and Development Studies, Norwegian University, 2015.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em Revistas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216/1859>>. Acessado em: 02 de fev. de 2020.

ECO. Ministra da Agricultura critica moratória da soja. 2019. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/ministra-da-agricultura-critica-moratoria-da-soja/>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

ELGERT, LAUREEN. Certified discourse? The politics of developing soy certification standards. **Geoforum**, 43 (2012) 295–304.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/14.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ELIAS, D. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 12, 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

EMBRAPA/CONAB. Embrapa soja. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 030 de set. de 2019.

FACCIN, Ana Carolina T.; CASTILLO, Ricardo A.. **A Centralidade do Complexo- Soja na economia brasileira**: manutenção da produção agrícola extravertida: Análise da soja em Mato Grosso do Sul. **Geosul**. V. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 111-129, 2019.

FAIR WEAR FOUNDATION. About. Disponível em: <<https://www.fairwear.org/>>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

FAIRTRADE INTERNATIONAL. About. Disponível em: <<https://www.fairtrade.net/about-fairtrade.html>>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo do Cerrado: Expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade de Brasília - USP, São Paulo, 2008.

GEREFFI, Gary; FERNADEZ_STARK, Karina. **Global Value Chain Analysis**: a primer. Center on Globalization, Governance & competitiveness (CGGC). Durham: Duke University, 2011.

GLOBALG.A.P. O referencial global para boas práticas. Disponível em: <<https://www.globalgap.org/pt/>>. Acessado em: 01 de ago. de 2019.

GOOD ON YOU. GOTS Global Organic Textile Standard. Disponível em: <<https://goodonyou.eco/global-organic-textile-standard-gots/>>. Acessado em: 25 de junho de 2019.

GUERGHE, Sabrina/FGV. Maggi, Blairo. 2009. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/blairo-borges-maggi>> Acessado em: 29 de jan. 2020.

GUNDERSON, M. A. et. al; Agribusiness Organization and Management. **Encyclopedia of Agriculture and Food Systems**. San Diego, v.1, p. 54-70, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HATANAKA, Maki. BUSCH, Lawrence. Third-Party Certification in the Global Agrifood System. **Food Policy**, n. 30, 354-369, 2005.

HENDERSON, Jeffrey et al. (2011). Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós-Ciências Sociais**. v.8, n.15, p. 143-170.

HENSON, Spencer; HUMPHREY, John. Codex Alimentarius and private Standards. In: MEULEN, Bernd van der (Org.). **Private food law: governing food chains through contract law, self-regulation, private standards, audits and certification schemes**. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2011.

HOSPES, O. (2014). Marking the success or end of global multi-stakeholder governance? The rise of national sustainability standards in Indonesia and Brazil for palm oil and soy agriculture and Human Values. 31(3), 425-437.

HUERTAS, D. M. O Papel do Transporte Rodoviário de Carga em Uberlândia, Epicentro Logístico do Setor Atacadista-Distribuidor. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 445-458, set/dez/2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v26n3/0103-1570-sn-26-3-0445.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. BRASIL. Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes/IBGE. V. 43. (2016). Rio de Janeiro. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2016_v43_br.pdf>. Acessado em: 20 de set. de 2018.

IAS, INSTITUTO ALGODÃO SOCIAL. 2012. Programa ABR. Disponível em: <<http://www.algodaosocial.com.br/site/>> Acessado em: 15 de dez. 2019.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA, IMAFLORA. Certificação Socioambiental. Disponível em: <<http://www.imaflora.org/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA, Inmetro. Brasil. Apresentação. Disponível em <<http://www.inmetro.gov.br/prodcert/>>. Acessado em: 01 de ago. de 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS, IFOAM. About Us. Disponível em: <<https://www.ifoam.bio/en/about-us>>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

ISEAL ALLIANCE. About Iseal. Disponível em: <<https://www.isealalliance.org/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

JESSOP, Bob. **The State: past, present, future**. Cambridge: Polity, 2016.

KLOOSTER, D., 2005. Environmental certification of forests: the evolution of environmental governance in a commodity network. **Journal of Rural Studies** 21 (4), 403–417.

LDC. Unidades. Disponível em < <http://www.ldc.com/br/pr/sobre-nos/unidades-2/>>. Acessado em: 01 de set. de 2018.

LIMA, Ronei. C. **O uso corporativo do território pelo agronegócio e a questão da logística de transportes em Mato Grosso**. 2015. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2015.

LUNAS, Divina Aparecida Leonel. **Constituição do Complexo Agroindustrial da Soja no Sudoeste de Goiás**. 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da Universidade de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2001.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. 1993. (Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, MAPA. BRASIL. SISBOV. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/rastreabilidade-animal#section-0>>. Acessado em: 20 de jul. de 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, MAPA. BRASIL. SDA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/ acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/secretaria-de-defesa-agropecuaria>>. Acessado em: 20 de jul. de 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, MAPA. BRASIL. SISORG. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acessado em: 20 de jul. de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MMA. BRASIL. Moratória da Soja Conserva Amazônia. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informmma/item/14566-noticia-acom-2018-01-2792.html>>. Acessado em: 20 de jul. de 2019.

MORENO, Gislaire; HIGA, Tereza Cristina Souza (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MUELLER, C. et al.(2002). **Análise da expansão da soja no Brasil**. Brasília: Banco Mundial.

NEGRI, Sérgio S. **Uso desigual do território em Rondonópolis no processo de expansão do agronegócio da soja em Mato Grosso**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Rio Claro.

NOVACANA. Usinas Brasil. Disponível em: <https://www.novacana.com/usinas_brasil>. Acessado em: 05 de out. de 2018.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

O TELHAR AGRO. Nosso negócio. 2014. Disponível em: <<https://eltejar.com/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PINTO, Luís Fernando Guedes; PRADA, Laura de Santis. Fundamentos da Certificação. In: ALVES, Francisco et al. (Orgs.). **Certificação Socioambiental para a Agricultura**: desafios para o Setor Sucroalcooleiro. EDUFSCAR: Piracicaba, 2008.

PREFEITURA ORIZONA. História do município. 2017. Disponível em: <<https://www.orizona.go.gov.br/pagina/144-historia-do-municipio/>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

RAFFESTIN, Claude **Por uma Geografia do Poder** (Tradução Maria Cecília Franca). São Paulo: Ática, 1993.

REDE ECOVIDA. Certificação. 2019. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

REUTERS/BRASIL. Jornal o Globo. Grupo argentino El Tejar lidera em produção de soja no Brasil. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/grupo-argentino-el-tejar-lidera-em-producao-de-soja-no-brasil-2721688>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

RHODES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, 44, p. 652-667, 1996.

ROMANELLI, G.. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: Geraldo Romanelli; Zlia Maria Mendes Biasoli Alves. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. 1ª ed. Ribeirão Preto-SP: Ed. Legis Summa Ltda, 1998, p. 119-133.

ROSENAU, James N.. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Orgs.). **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília, Editora UnB, 2000.

RTRS, Round Table on Responsible Soy. Sobre a RTRS. 2014. Disponível em: <<http://www.responsiblesoy.org/?lang=pt>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

RTRS. Relatório Público. 2019. Disponível em: <<http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/informe-publico-o-telhar-agropecuaria->>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

RTRS/SINDICATO RURAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Guia passo-a-passo para se tornar um produtor de soja RTRS. Luís Eduardo Magalhães, 2015.

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**, v. V, n. 9, p. 103-109, dez. 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

SCHMIDT, Verônica et al.. Percepção dos consumidores sobre o consumo de alimentos certificados. In: DÖRR, Andrea C.; ROSSATO, Marivane V.; ZULIAN, Aline (Orgs.). **Agronegócio**: Panorama, perspectivas e influência do Mercado de alimentos certificados. Curitiba: Editora Appris, 2012.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2003.

SEPLAN/MT. CENÁRIOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 2019. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/11245058/Cen%C3%A1rio+Socioecon%C3%B4mico+v+1.0.01+conclu%C3%ADdo+20190329.pdf/05c8f4d6-4bbb-ff02-c122-e6518a6ae1a8>>. Acesso em: 25 de jan. de 2020.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR. Grãos: classificação de soja e milho. / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. – Brasília: SENAR, 2017. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/178-GR%C3%83OS.pdf>>. Acessado em: 29 de jan. de 2020.

SILVA, Odair Machado da Filho; PALLET, Dominique; BRABET, Catherine. **Panorama das Qualificações e Certificações de Produtos Agropecuários no Brasil**. São Paulo: Prosper, 2002.

SOIL ASSOCIATION. Certification. Disponível em: <<https://www.soilassociation.org/certification/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

SOIL ASSOCIATION. Textiles. Disponível em: <<https://www.soilassociation.org/certification/fashion-textiles/types-of-certification/>>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

SOJA PLUS. Relatórios. Disponível em: <http://www.sojaplus.com.br/storage/site/downloads/documentos_referencia/relatorios_resultados/relatorio-de-realizacoes-20175a0307bb37b6d.pdf>. Acessado em: 25 de junho de 2019.

SOLIDARIDAD NETWORK. SOLIDARIDAD PARTNERS HELP SMALL SOY FARMERS MEET INTERNATIONAL CRITERIA. 2018. Disponível em: <<https://www.solidaridadnetwork.org/news/solidaridad-partners-help-small-soy-farmers-meet-international-criteria>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

SOLIDARIDAD NETWORK. About. 2019. Disponível em: <<https://www.solidaridadnetwork.org/>>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

TARIFA, José Roberto. **Mato Grosso Clima**: Análise e representação cartográfica. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

TERRA CLASS/INPE. 2013. Disponível em: < <https://www.terraclass.gov.br/>>. Acesso em: 25 de jan. de 2020.

TRIAS. Disponível em: <<https://www.trias.ngo/en/worldwide/brazil>>. Acesso em: 25 de jan. de 2020.

USDA. Major Factors Affecting Global Soybean and Products Trade Projections. 2016. Disponível em: < <https://www.ers.usda.gov/amber-waves/2016/may/major-factors-affecting-global-soybean-and-products-trade-projections/>>. Acessado em: 25 de jan. 2020.

VEIGA, João Paulo C.; RODRIGUES, Pietro Carlos. Certificação social e ambiental: arranjos institucionais e impactos sobre as commodities brasileiras. Rio de Janeiro. **Breves Cíndes**, p. 01 - 30, 2010.

WINSTON, M.. NGO strategies for promoting corporate social responsibility. **Ethics and International Affairs**, n.2, 71–87, 2002.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Agribusiness Systems Analysis: origin, evolution and research perspectives. **RAUSP Management Journal**. São Paulo, v.52, n.1, p.114– 117, 2017.